



Relatório da VI+4 CESAN-MA

São José de Ribamar - MA
4 e 5 de dezembro de 2025



FICHA TÉCNICA

CARLOS ORLÉANS BRANDÃO JÚNIOR

Governador do Estado do Maranhão

PAULO CASÉ FERNANDES

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social – SEDES
e Presidente da CAISAN-MA

LOURVÍDIA SERRÃO ARAÚJO CALDAS

Secretária Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional – SASAN
e Secretária Executiva da CAISAN-MA

LUÍS FERNANDO AMORIM PEREIRA

Superintendente da Segurança Alimentar e Nutricional
e Secretário Executivo do CONSEA/MA

JEAN MARIE VAN DAMME

Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar
e Nutricional – CONSEA/MA

JOSANIRA ROSA SANTOS DA LUZ

Coordenadora do Fórum Maranhense de Segurança Alimentar e Nutricional

Pleno Secretarial da Câmara Interinstitucional de Segurança Alimentar e
Nutricional – CAISAN-MA

SEDES - Secretário Paulo Casé Fernandes - Presidente da CAISAN; **SAF** - Secretário Bira do Pindaré; **SAGRIMA** – Secretário Palio Gentil; **SEDIHPOP** – Secretária Lilian Raquel Silva Souza; **SEIR** – Secretária Célia Salazar; **SETRES** – Secretário Luiz Henrique Silva de Sousa; **SES** – Secretário Thiago José Mendes Fernandes; **SEDUC** – Secretária Jandira Dias; **SEMA** – Secretário Pedro Carvalho Chagas; **SECTI** – Secretária Natássia Weba Cutrim; **SEMU** - Secretária Abigail Cunha de Almeida Sousa; **SEPLAN** – Secretário Vinicius César Ferro Castro.

Conselheiras/os do CONSEA/MA - Mandato 2024-2026

ACONERUQ - Ana Lúcia Martins (T) e Raimundo de Moraes (S); **ASP-MA** - Jean Marie A. E. Van Damme (T e Presidente) e Maria José Pereira (S); **AMIMA** - Wagner Crowareh Krikati (T) e Haidzmora Cintia Santana Guajajara (S); **AEMP** - Janete Araújo Amorim (T) e Thayná de Pinho Rocha (S); **Ação da Cidadania** - Márcia Regina Cutrim de Carvalho (T) e Maria José Pereira (S); **ASA-MA** - Edna Maria Alves Rodrigues Sousa (T) e Rocino Mousinho (S); **TIJUPÁ** - Antônio Bonfim Pereira (T) e Cidevânia Andrade de Oliveira (S); **AMAN** - Gustavo Monteiro da Silva (T) e Francly Anne Lindoso Câmara Sousa (S); **CNBB** - Maria das Graças Araújo Santos (T) e Zenilda Ferreira Bezerra (S); **CUT-MA** - Raimundo Monteiro dos Santos (T) e Manoel Lages Mendes Filho (S); **CMTR** - Antônia Luana Macedo Moraes (T) e Maria Delma Mendes de Sousa (S); **CMP** - Luís Carlos Reis (T) e Darlúcia Silva de Sá (S); **Clube de Mães de Pindoba** - Maria da Conceição de Almeida Ferreira Patrício (T e Secretária Geral) e Driane Ferreira Silva (S); **CENTRO NEGRO COSME** - Maria do Rosário Silva Rodrigues (T) e Sandra Rodrigues Lima (S); **CCN** - Josanira Rosa Santos Luz (T) e Avelino Antônio Silva Jansen (S); **CEBs** - Audecy Maria Rodrigues Ferreira (T) e Maria do Carmo Mendes (S); **CEPRODC** - Francisco das Chagas Sousa (T) e Maria Helena Silvestre da Silva (S); **FETAEMA** - Lígia Daiana Pereira Alves (T) e Nilvane dos Santos (S); **IASD** - Kurt Clajus Oliveira (T) e Ivanilde Soares Santos (S); **IEPTA** - VAGA; **MIQCB** - Rosenilde Gregória dos Santos Costa (T) e Edileuza Oliveira dos Santos Almeida (S); **MNPR** - José de Ribamar Araújo Marques (T) e Arivaldo Leite de Souza Júnior (S); **SINTSPREV** - Margarida de Jesus Santos da Costa (T) e Maria Mirian Penha Leal (S); **SINDSEP** - Francisco José Farias Diniz (T) e Cleonice Rocha (S); **SEDES** - Luís Fernando Amorim Pereira (T e Secretário Executivo) e Pedro Henrique Laerte Santos (S); **SAF** - Ana Cleide Teixeira Barros (T) e Tercia Cristina dos Reis Silva (S); **SES** - Leudimar Carvalho Soares Filho (T) e André Vinicius Nunes Lopes (S); **SETRES** - Ricardo Costa Gonçalves (T) e Rosemeire Rabelo Moreira (S); **SEIR** - Sebastião Cardoso Junior (T) e Maria do Socorro Guterres (S); **SEDUC** - Diana Messala Pinheiro da Silva Monteiro (T) e Suzana Borba Fonseca da Silva (S); **SAGRIMA** - Nadir Soares Diaz (T) e Maria Aurea Paiva Bezerra (S); **SEDIHPOP** - Kelly dos Santos Araújo (T) e Alice de Macedo Lira (S); **FAMEM** - Erline Araújo Muniz (T) e Maria Aurea de Souza Silva (S); **FCP** - Gerson Carlos Pereira Lindoso (T) e João Batista da Silva (S); **MDA** - Suziane Oliveira Machado (T) e Vicente Carlos de Mesquita Neto (S); **CONAB** - Francisco José Cysne Aderaldo (T) e José Carlos Lima Feitosa (S).

APRESENTAÇÃO

A VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional +4 (VI+4 CSAN) tem sido mais uma etapa no percurso da Política de SAN no Maranhão. CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional) e CAISAN (Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional) apresentam neste relatório como foi o processo de organização e execução da Conferência e encaminha para a sociedade as avaliações, os debates e as proposições formuladas ao longo de um ano em 151 conferências municipais.

A Política de SAN continua sendo um desafio para o Estado do Maranhão, onde quase 500 mil cidadãos e cidadãs, crianças, pessoas idosas, jovens, homens e mulheres permanecem extremamente vulneráveis quanto aos seus direitos básicos. A conferência quis colocar no centro da sua atenção as populações indígenas, quilombolas e demais segmentos étnicos e culturais, mas também os produtores do alimento saudável e suas demandas por apoio institucional, trabalhadores rurais familiares, quebradeiras de coco, pescadores e demais profissionais vinculados à produção, manipulação e preparo do alimento cotidiano.

Que este relatório sirva de instrumento de debate, de articulação e progresso constante na consecução do Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável para a população maranhense.

Paulo Casé Fernandes

Presidente da CAISAN-MA
Secretário de Estados do Desenvolvimento Social

Jean Marie Van Damme

Presidente do CONSEA-MA



SUMÁRIO

Lista de Siglas	08
Lista de ilustrações.....	10
Introdução	11
1. Dia 04 de dezembro de 2025.....	14
1.1 – Mesa de Abertura.....	14
1.2 – Leitura e apreciação do Regulamento do evento.....	18
1.3 – Exposição inicial do tema	19
1.4 – Apresentações das Secretarias de Estado sobre a Política de SAN	23
A) SAF e SEDES.....	23
Debate com o Plenário	37
B) SEDIHPOP, SES, SETRES, SEIR, SEMA, SEDUC e CONAB	43
Debate com o Plenário	63
1.5 – Dispositivo de Honra.....	67
2. Dia 05 de dezembro de 2025.....	82
2.1 – Relato do dia	82
3. Sistematização das propostas.....	84
3.1 – Propostas Estaduais	84
3.2 – Propostas Nacionais.....	87
Conclusão.....	90
Anexos.....	92

LISTA DE SIGLAS

ADEVIRC – Associação de Desenvolvimento das Vilas Rurais e Comunidades
ADQR – Programa de Agentes de Desenvolvimento Rural Quilombola
AGED – Agência Estadual de Defesa Agropecuária
AGERP – Agência de Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão
Ambev – Companhia de Bebidas das Américas
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APRAPORTO – Associação de Produtores Rurais de Porto Franco
APS – Atenção Primária à Saúde
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADÚNICO – Cadastro Único
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAF – Cadastro da Agricultura Familiar
CAISAN – Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CEASA – Centrais de Abastecimento S.A.
CEAV – Centro Especializado de Atendimento à Vítima
CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CESIR – Centro de Estudo Sindical Rural
CGE – Controladoria-Geral do Estado
CIT – Comissão Intergestores Tripartite (no âmbito do SUS)
COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CPCE – Colegiado dos Presidentes dos CONSEAs Estaduais
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
DOU – Diário Oficial da União
EaD – Educação a Distância
EAN – Educação Alimentar e Nutricional
EES – Empreendimentos de Economia Solidária
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FAPEMA – Fundo de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do MA
FBSSAN – Fórum brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional
FEMAF – Feira Maranhense da Agricultura Familiar
FESMA – Força Estadual de Saúde do Maranhão
FIEMA – Federação da Indústria do Maranhão
FMSAN – Fórum Maranhense de Segurança Alimentar e Nutricional
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEMA – Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFMA – Instituto Federal do Maranhão
IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional
IPEM – Instituto de Pesos e Medidas
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais, Não-binários e outros
MATOPIBA – Região formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MIR – Ministério da Igualdade Racial
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NPPA – Núcleo de Políticas Públicas
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAGES - Projeto Amazônico de Gestão Sustentável
PBF – Programa Bolsa Família
PCD – Pessoa com Deficiência
PGIS – Projeto de Gestão Integrada e Sustentável
PLAMSAN – Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANEPIR – Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial
PLANESAN – Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Maranhão
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPS – Política Nacional de Promoção da Saúde
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PROCAF – Programa de Compras da Agricultura Familiar
PSA – Pagamento por Serviços Ambientais
REAFRO – Rede Nacional de Afro-empresendedores
RP's – Restaurantes Populares
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SASAN – Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional
SECMA – Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
SEDES – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDIHPOP – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
SEGOV – Secretaria de Estado de Governo do Maranhão
SEIR – Secretaria de Estado da Igualdade Racial
SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SES – Secretaria de Estado da Saúde
SETRES – Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária
SETUR – Secretaria de Estado do Turismo
SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUS – sistema público de saúde do Brasil
TRIA – Triagem para Insegurança Alimentar
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
UEMA-SUL – Universidade Estadual do Maranhão do Sul
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UNICQUITA – União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
URE – Unidade Regional de Educação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Abertura: Fala da secretária adjunta Lourvídia Caldas.....	15
Figura 2 - Vista parcial da Plenária.....	18
Figura 3 - Girlene: Componentes do SISAN.....	20
Figura 4 - Cartaz 4ª FEMAF.....	25
Figura 5 - Cursistas de padaria artesanal.....	32
Figura 6 - Pitaya (Foto: Ribamar Neto/UFC).....	34
Figura 7 - Mesa de representantes das secretarias da CAISAN.....	43
Figura 8 - Elisabetta Recine.....	68
Figura 9 - Homenagem a Alexandrina e Carol.....	70
Figura 10 - Foto de José de Ribamar Araújo.....	72
Figura 11 - Foto de Miércio Roberth Lopes Martins.....	73
Figura 12 - Excelente atendimento do SAMU aos doentes.....	82
Figura 13 - Plenária final 05 de dezembro.....	90

Introdução

As Conferências de Políticas Públicas são realizadas com intervalos regulados por lei, ordinariamente a cada quatro anos pelo menos. Servem principalmente para avaliar ações, resultados e impactos da política e definir diretrizes e proposições para que o objetivo final – melhorar as condições de vida do universo da população – seja atingido. Os relatos das conferências devem orientar o Poder Executivo a elaborar seus planos plurianuais (PPAs), suas diretrizes, objetivos, ações, metas e resultados, tanto físicos quanto financeiros. Também as Câmaras e Assembleias Legislativas são destinatárias destes relatórios. Porque são eles que em última instância deliberam sobre as políticas, enquanto representantes e vozes da população em todos os seus segmentos e grupos específicos. Esta é a teoria, que nem sempre, no entanto, acontece na prática política brasileira.

O direito humano a alimentação adequada e saudável (DHAA) entrou tardiamente na Constituição Federal da República Brasileira. A política de SAN foi instituída em 2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, Lei 11.346/2006), e em 2010 a alimentação foi incluído entre os direitos sociais. “Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

A Primeira Conferência Nacional de SAN foi realizada em Brasília, nos dias 26 a 28 de agosto de 1994. A grande promotora da Conferência foi a Ação da Cidadania e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) que foi criado em 1993, no governo Itamar Franco, para articular políticas e ações emergenciais contra a fome. “Em 24 de abril de 1993, o Presidente (Itamar Franco) assina o decreto número 807, criando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o CONSEA, órgão de aconselhamento da Presidência da República, do qual participam os Ministros da Justiça; Educação; Cultura; Fazenda; Saúde; Agricultura; Trabalho; Bem Estar Social; Planejamento e o Secretário-Geral da Presidência da República, além de 21 representantes da sociedade civil, dos quais 19 indicados pela Ação da Cidadania.”

Em 2003, no primeiro ano do Governo Lula, foi lançada a estratégia Fome Zero, que recriou o CONSEA, base para a institucionalização da SAN e que influenciou políticas como o Bolsa Família.

Desde os primeiros anos da sua criação, o Estado do Maranhão se empenhou em implementar a Política de SAN, uma necessidade num estado que sofria dos piores índices de fome e subnutrição do país. A sociedade civil teve uma contribuição decisiva, destacando entre seus representantes os ex-presidentes José de Ribamar Araújo (da Ação da Cidadania) e Miércio Roberth Martins (representante das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs). Ambos foram homenageados de forma póstuma durante a VI Conferência Estadual de SAN +4 (VI+4 CESAN). Apesar da suspensão do CONSEA Nacional pelo Decreto presidencial 870/2019, o Maranhão manteve a Política de SAN funcionando e realizou no final daquele ano

a VI Conferência Estadual, como previsto no calendário das mesmas. Incorporou-se à agenda nacional do Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e da CPCE (Colegiado dos Presidentes dos CONSEAs Estaduais), que projetaram a realização de uma Conferência Autônoma e Popular para dar expressão à necessidade de o Brasil continuar combatendo a fome e a sub- e má nutrição. O processo foi interrompido por causa da pandemia de COVID-19 nos anos de 2020-2022. Neste último ano, o Maranhão começou a preparar a sua Conferência intermediária para avaliar as progressões atingidas na Política e apontar novos e velhos desafios a serem enfrentados pela Política de SAN. A VI+2 pode ser realizada nos dias 11 e 12 de maio de 2023, quando o presidente Lula já tinha reinstalado o Conselho Nacional, reinstalada a Política Nacional de SAN e a VI Conferência Nacional convocada para o final do ano de 2023.

Seguindo o calendário, esperava-se a convocação da VI Conferência Nacional +2 para o final de 2025. Nesta perspectiva, desde o começo do ano, o COSEA-MA veio se preparando, convocando a sua nova Conferência de SAN para setembro de 2025, através de Portaria nº 19 da SEDES (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social) de 25 de fevereiro de 2025. Diante da incerteza das instruções do CONSEA Nacional para o evento nacional – definido posteriormente como Encontro Nacional VI+2 – e para oportunizar mais tempo para os municípios realizarem as suas conferências, a data da Estadual foi alterada algumas vezes e por fim fixada para os dias 04 e 05 de dezembro. Como o Maranhão já realizou uma conferência intermediária (VI+2) e em diálogo com o CONSEA Nacional e a Secretaria da CAISAN Nacional, a Conferência foi sendo mais uma intermediária, desta vez VI+4.

Os municípios maranhenses foram incentivados a realizarem suas conferências municipais, inclusive em vista da elaboração de seus Planos Municipais de SAN, mas também houve todo um trabalho da CAISAN Estadual com participação do CONSEA-MA de orientação para a adesão ao SISAN – Sistema Intersetorial de SAN. Os municípios atenderam em massa. De 141 município já adesos em fevereiro de 2025, mais 40 municípios fizeram sua adesão até o final do ano, chegando 181 dos 217 municípios adesos no Maranhão e 151 municípios realizaram suas respectivas conferências.

Muitos municípios aptos a enviarem as suas delegações, não o conseguiram fazer, por diversos motivos. O adiamento e mudanças de data pode ter sido um deles. Mas houve também falta de encaminhamento dos nomes das pessoas eleitas para registro nas planilhas do CONSEA, indisposição de governos municipais de arcar com sua parte, mesmo que mínima, das despesas sob sua responsabilidade ou impedimento de última hora das pessoas eleitas para se deslocar até o CESIR em São José de Ribamar (Centro de Estudos Sindical Rural da FETAEMA, na Estrada de Raposa, Araçagi). Ao todo, 101 municípios enviaram uma delegação e participaram 353 pessoas, delegadas representando a Sociedade Civil e o Poder Público e observadoras, que tinham direito a voz, mas não votariam.

Inserido na agenda nacional, o tema da Conferência continuava sendo o da VI Conferência Nacional: “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”. Mesmo saída do Mapa da Fome da FAO (Food and Agriculture Organization da ONU – Organização para a Alimentação e a Agricultura) em 2025, o combate à fome e o acesso a Comida de Verdade por grandes segmentos da população maranhense continuam necessitando de mobilização social e de investimento em políticas públicas de SAN.

O Objetivo geral da VI+4 CESAN era ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da Soberania Alimentar, garantindo a todas e todos o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão Intersetorial no Sistema, na Política e no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Este Objetivo Geral foi desdobrado em Objetivos Específicos: a) Analisar os desafios da atual conjuntura estadual, nacional e internacional para a Política de SAN; b) Redimensionar a situação da fome, desnutrição e subnutrição no Maranhão e sua incidência nas populações mais vulneráveis; c) Avaliar programas e projetos implementados pelo Governo do Maranhão no combate à Insegurança Alimentar e Nutricional e seu alcance; d) Fortalecer o SISAN, a adesão dos Municípios, a participação da sociedade (o controle social) através dos Conselhos, a elaboração dos Planos de SAN pelas CAISANs e a parceria e cooperação entre Poder público e Sociedade Civil organizada; e) avaliar e rever as diretrizes nacionais do Plano Nacional de SAN; f) Eleger representantes do Maranhão para a VI +2 CNSAN). Estes objetivos tiveram que ser adequados ao momento conjuntural, mas estiveram presentes de alguma forma no desenvolvimento do evento.

1. Dia 04 de dezembro 1º dia da Conferência

No dia 04 de dezembro de 2025, às 8.00 horas, os participantes para a VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e nutricional +2 – VI+4 CESAN, fizeram seu credenciamento na entrada do auditório do CESIR. Um bom número já tinha chegado no dia anterior. Às 9.00 horas, Driane Ferreira Silva, conselheira suplente, como cerimonialista do momento, convidou as pessoas a tomarem seus assentos no auditório, fez a saudação e convidou para a mesa da abertura a Secretária-Adjunta de Estado de SAN, representando a CAISAN, o Presidente do CONSEA, o representante do Fórum Maranhense de SAN (FMSAN) e a representante da FETAEMA.

1.1 - Mesa de abertura

Cerimonialista: Senhoras e senhores, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, CONSEA, e a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, CAISAN, desejam as boas-vindas a todas e todos. Neste momento, daremos início à VI+4 Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Maranhão. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional foi instituída pelo governo federal em 2003 e é muito maior do que combater a fome extrema, que infelizmente ainda existe em nosso país e em nosso estado. Sua maior finalidade é garanti para todas as pessoas i direito ao acesso a uma alimentação adequada, suficiente e saudável. E isso implica enfrentar a má alimentação, proporcionar a soberania alimentar e proteger as culturas alimentares locais e étnicas.

É nessa perspectiva que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o SISAN, vem atuando através de seus componentes, dentro dos quais as conferências ocupam um lugar de destaque. São a expressão mais efetiva da democracia, da democracia participativa, mencionada na Constituição Federal no seu primeiro artigo. quando diz que o poder será exercido também diretamente pelo povo. A 6ª Conferência Nacional de SAN aconteceu em dezembro de 2023 e para prepará-la, o Maranhão organizou uma conferência intermedia, a VI+2. Por este motiva, esta conferência figura como mais uma intermediária e intitulada como a VI+4 CESAN.

O principal objetivo desta Conferência é avaliar os resultados obtidos no combate à fome e insegurança alimentar e nutricional em nosso Estado. através da execução do terceiro plano estadual de estando (3º PLANESAN), que abrange o período de 2024 a 2027. Novas propostas foram formuladas pelas conferências municipais a fim de reorientar a Política Estadual e Nacional a partir de novas demandas ou demandas ainda não respondidas adequadamente.

Para iniciar os trabalhos, convidamos a senhora Lourvídia Caldas, Secretária-adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional da SEDES e secretária executiva da CAISAN e o senhor Jean Marie Van Damme, presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional para tomarem assento na mesa de abertura.

Convidamos ainda, para representar o Fórum Estadual de SAN, a senhora Darlúcia Silva de Sá e para representar a FETAEMA, a senhora Lígia Daiana Pereira Alves.

Em nome da FETAEMA, Lígia Alves, saudou os participantes. Na sua fala, congratulou-se com as pessoas que, mesmo enfrentando desafios e dificuldades, conseguiram se organizar para garantir sua participação na Conferência. Sublinhou a importância do controle social nas políticas públicas. É papel de cada um e cada uma das representantes dos municípios conhecer a execução da Política de SAN. Tanto quem é do poder público, quanto das pessoas da sociedade civil e especialmente estes, devem realizar este controle sobre a execução das políticas públicas, especialmente hoje aquelas que garantem segurança alimentar e nutricional. Deu as boas-vindas em nome da presidenta da FETAEMA, Ângela, que se fará presente na sessão da tarde quando falará em nome da federação.

Incentivou as pessoas em ocupar todos os espaços de debate e fazer as intervenções necessárias a fim de garantir segurança alimentar e uma alimentação de qualidade para todas as pessoas, para todas as gerações, para que a gente consiga, através de uma alimentação saudável, garantir uma vida melhor para a sociedade urbana, para a sociedade rural, especialmente, valorizando e fortalecendo as políticas públicas que potencializam a produção de alimentos saudáveis. Esse alimento deve prevalecer no prato da sociedade maranhense e da sociedade brasileira. Por isso devem ser fortalecidos os programas e as políticas públicas que promovem e ajudam a produção da agricultura familiar.



Figura 1 - Abertura: Fala da secretária adjunta Lourvídia Caldas

Em nome do Fórum, Darlúcia Silva de Sá fez a saudação e desejou bom êxito para a Conferência.

Lourvídia Caldas, secretária-adjunta da SEDES/SASAN e secretária executiva da CAISAN, após a sua saudação, ressaltou a importância e o poder que tem uma Conferência e a sociedade civil organizada. Muitas vezes, o poder público não pode chegar em todos os momentos, em todos os lugares, com voz e vez. Mas os conselhos podem, a sociedade civil pode. Parabenizou os participantes, acreditando que os dois dias serão proveitosos graças à participação de todos.

Jean Marie Van Damme, presidente do CONSEA, iniciou saudando sem microfone as pessoas com baixa visão e fazendo sua autodescrição. Concordou com a secretária Lourvídia, reafirmando a importância da sociedade civil e suas organizações nestes espaços de discussão e deliberação. Significam possibilidades de ter uma incidência efetiva da definição da política.

A participação da população na política é um direito que consta na Constituição Federal, no seu primeiro artigo: todo poder emana de povo. E acrescentou: a Constituição não só permite, mas delega à sociedade civil o exercício do poder em diversas oportunidades. É papel da sociedade de conduzir as todas as políticas públicas um nível nacional, estadual e municipal. Existe uma política chamada e política nacional de participação social – PNPS, coordenado pelo Ministério do Gabinete Presidencial. É importante que todos nós levamos essa política para o nosso município. É no município que são executadas as políticas. Eles são a base do exercício do poder, inclusive pelo governo federal. É no município que os políticos são eleitos. A população nos municípios é fundamental, é básico. Em função dele existem as políticas públicas. Como conferencistas, nosso papel é de representar esta população e depois levar depois para o nosso município o que aconteceu aqui.

A alimentação constitui um direito humano, uma alimentação adequada e saudável. Esse direito foi reconhecido já tardiamente na nossa Constituição, só em 2010. Faz apenas 15 anos, é pouco tempo. Desde então, o povo encontra mais força na legislação de exigir este direito. É preciso garantir alimento para 100% da população, que pode ser exigi-lo. Tem que haver uma política que garanta isso. Pelo que se sabe, existem ainda municípios que não querem aderir ao SISAN, ao Sistema Intersetorial de Segurança Alimentar. Não tem problema, porém a responsabilidade do gestor permanece. Essa negação só vai fazer com que o governo federal e o governo estadual não dão apoio ao governo municipal, mas não exime o município de atender às exigências de alimentação para todos os munícipes. O papel é do município, com ou sem apoio das demais esferas de governo. E o governo federal, através do SISAN, e o governo estadual pretendem apoiar e ajudar os municípios na consecução deste direito que assiste a todas as pessoas. Aqui reside a importância deste momento e é isso que está em discussão nesta conferência. Muitos municípios pedem mais tempo. Porém há anos, desde 2015 são convidados a fazerem sua adesão. De 2003 até hoje já se passaram mais

de 2005, 20 anos. E ainda tem municípios sem conselho funcionando. A partir do próximo ano, o Ministério vai exigir o funcionamento do COMSEA, para que o município permaneça aderido.

Esta política pede, que exista os planos de SAN que explicita como o municipal irá combater à fome e à insegurança alimentar. As conferências formam o passo inicial para a elaboração dos planos SAN, porque é a população que sabe onde estão as principais necessidades.

Apesar do pouco apoio que, como Conselho Estadual pudemos dar às conferências nos municípios, ficou extremamente satisfeita com a realização de 151 conferências municipais no Maranhão. Todos esses municípios estão de parabéns.

Ter alimentação adequada. Não é só acabar com a fome. Porque tem gente que come o suficiente, que não sente fome, mas que carecem de nutrientes. Consomem alimentos ultraprocessados nos supermercados, que não é comida de verdade. Estar bem alimentado não é apenas não sentir fome.

Combater a fome extrema é um primeiro passo. Há muitos outros passos a dar para que realmente a nossa alimentação seja adequada e saudável. Conselhos e conferências precisam vigiar essa realidade, por exemplo, na alimentação escolar. Não é mais permitido utilizar refrigerantes, embutidos e produtos industrializados. Refrigerantes devem ser substituídos por sucos naturais, fornecidos pela produção da Agricultura Familiar. É essa a discussão nesta conferência. Agradecendo a presença de todos e todas as pessoas que ajudaram na organização e realização do evento, que era muita gente. Podem surgir problemas, mas serão empenhadas todas as forças para resolver as questões que certamente vão surgir no decorrer dos dois dias. Finalizou sua fala, agradecendo a FETAEMA pelo espaço, a SASAN pelo apoio e delegadas delegados pela sua presença.

1.2 - Leitura e apreciação do Regulamento da VI+4 CESAN

Após a mesa de abertura, a diretoria do CONSEA assumiu a condução das atividades. O presidente permaneceu na mesa e foram chamados a Secretária-Geral Concita da Pindoba, secretária-executivo, Luiz Fernando Amorim.

O presidente introduziu a apresentação da leitura do Regulamento do evento, que tinha sido disponibilizado para todas as pessoas através de um QR-code. Esclareceu que algumas modificações de última hora seriam introduzidas, por causa de informações sobre o Encontro Nacional de SAN, que tinham chegado no dia anterior. Não será realizada uma Conferência, mas um Encontro Nacional VI+2. Está agendado para o mês de junho de 2026 e terá participação limitada dos Estados, com apenas seis representantes, sendo o Presidente do CONSEA Estadual, o Presidente ou Secretário-executivo da CAISAN Estadual e mais quatro pessoas com notório conhecimento e participação na Política de SAN e representando as populações vulneráveis com capacidade de contribuir significativamente, um do poder público e três da sociedade civil. Os CONSEAs Estaduais ficaram responsáveis pela indicação destes representantes. Isso significava que não haveria eleição de delegadas/os no decorrer desta conferência. O evento contará com no máximo 250 pessoas. A VII Conferência Nacional será realizada provavelmente em 2027.



Figura 2 - Vista parcial da Plenária

Feito este esclarecimento, o sr. Luís Fernando iniciou a leitura da minuta do Regulamento, previamente elaborado e discutido pelo CONSEA. Após a leitura do texto, houve algumas intervenções. No artigo 5º, onde constava que pessoas não credenciadas como delegadas, mas participavam enquanto observadores, estes não teriam direito a voz. O Regulamento foi alterado, e todos os participantes teriam igual direito a manifestação, só não a voto. A alimentação estaria disponível para todos e o material impresso na medida do possível visto que o número esperado de participantes talvez não seria alcançado.

Algumas pessoas com deficiência visual cobraram uma cópia do material impresso também em braille. Após conversa com as pessoas, aceitaram que a coordenação disponibilizasse no dia seguinte, após contatos com a Escola de Cegos e o setor da UFMA.

Com ampla maioria, com quatro votos contra e três abstenções, o Regulamento foi aprovado por ampla maioria com levantamento de crachá pelos delegados/as.

1.3 - Exposição inicial do tema

Em seguida, o presidente apresentou a programação do evento e convidou a sra. Girlene Costa para fazer uma primeira exposição sobre o tema central da conferência: "Erradicar a fome e garantir o direito a comida de verdade, com democracia e equidade." A exposição visava fundamentar os debates da conferência. Girlene Soares Costa era técnica experiente, com vasto currículo. O presidente limitou-se em lembrar como Girlene começou a atuar na política de SAN no Município de São Luís, junto com Lourvídia Caldas quando era secretária municipal, e atua como Assessora do Município de Parnarama.

Depois de fazer sua autodescrição, Girlene fez uma exposição, ricamente ilustrada com figuras e fotos em PowerPoint.

Focou sua intervenção no esclarecimento sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A Política de SAN é uma referência no Brasil e no Mundo.

O SISAN é o conjunto de órgãos, entidades e instâncias de participação social que articulam políticas públicas para garantir o direito humano à alimentação adequada (DHAA). O Sistema é composto por diversos componentes: a Conferência em primeiro lugar. O Conselho, que é espaço permanente de controle social, com suas responsabilidades e atribuições. A CAISAN e o Órgão Gestor são responsáveis pela execução da Política. Várias entidades e organizações da sociedade civil e instituições privadas completam o Sistema, do qual podem se tornar parceiros. Girlene insistiu na necessidade da sociedade civil organizada assumir o seu lugar, incidir e participar. Já se avançou no Estado, mas é preciso avançar mais.

Primeiro, a CAISAN propõe a articulação intersetorial entre as diversas secretarias.

Em segundo lugar, o CONSEA é instância de participação Social e tem a função de monitorar, propor e avaliar políticas públicas de SAN. A Conferência é a instância de participação social que tem como objetivo formular as diretrizes e as prioridades a serem implementadas pela Política de SAN. Órgãos e entidades de SAN, aqueles que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, participam como parceiros no processo de combate à fome e à má nutrição.

Componentes do SISAN

1. **CASAM** - propõe a articulação intersecretarial entre diversas secretarias
2. **CONSEA** - instância de participação Social, tem a função de monitorar, propor e avaliar políticas públicas de SAN;
3. **CONFERÊNCIA** - instância de participação social que tem como objetivo as diretrizes e as prioridades de SAN;
4. **ÓRGÃOS E ENTIDADES DE SAN** - que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN




Figura 3 - Girlene: componentes do SISAN

A política é materializada num Plano de Ação. A Câmara Intersecretorial chama para fazer o plano para o Município ou Estado. As conferências fazem a parte mais importante. Girlene pretendia com a sua exposição dar orientações para estes Planos.

E recomendou aos delegados de fazerem a parte mais importante depois. Era preciso que todos falassem e discutissem as propostas que vieram dos municípios. Eles pararam, juntaram sua população, numa linda ação, analisaram suas diferentes realidades. As diversas secretarias terão suas próprias ações para que o Plano possa acontecer.

Passou a expor os princípios norteadores do SISAN, que são a universalidade, a intersecretorialidade, a participação social e o respeito pela diversidade regional.

O SISAN é sustentado por três pilares, afirmou a palestrante, sendo o Gestor político da SAN o primeiro e composto pelo prefeito, seus secretários e os demais órgãos governamentais. O segundo pilar da Política de SAN é sua governança

intersetorial, que é articulada pela CAISAN. O terceiro é a participação social, principalmente exercida pelo Conselho de SAN. Sem estes três elementos, o Sistema não se concretiza.

A CAISAN, a Câmara Intersetorial de SAN é o coração da coordenação da Política. Neste espaço, as diversas políticas setoriais se encontram. Secretarias como da Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura, Planejamento, Meio Ambiente e setores como Vigilância Sanitária, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico se encontram para elaborar estratégias em conjunto para que seja garantido o DHAA de todas as cidadãs e cidadãos.

O CONSEA é a força da sociedade civil, na consecução do Direito Universal a uma alimentação adequada e saudável. Nele, a sociedade civil tem voz, poder e protagonismo. Podem estar representados neste conselho movimentos sociais, associações, sindicatos, igrejas, coletivos, organizações de agricultores, entidades de nutricionistas, de educadores, entidades tradicionais – indígenas, quilombolas e de matriz africana. É uma multiplicidade de organizações que, de acordo com as realidades locais, podem ter assento nos conselhos de SAN.

O papel do CONSEA é fundamental para uma boa política de SAN. É ele que tem a competência de identificar as demandas reais das comunidades. Ele propõe ações. Delibera sobre os rumos da política e fiscaliza a execução das políticas setoriais relacionadas à segurança alimentar e nutricional pelos diversos órgãos do governo municipal ou estadual. Ele fortalece a democracia participativa e faz o controle social de segurança alimentar. É a sociedade dizendo: queremos políticas que funcionem, queremos respeito e queremos direitos garantidos.

Mas a política, para sua operacionalização, enfrenta também dificuldades, tanto relacionadas à CAISAN quanto ao Conselho. Gírlene apontou algumas: a fragmentação de ações entre as diversas secretarias em primeiro lugar. Cada setor trabalha “por si” quando não há uma boa articulação na CAISAN. Às vezes falta de capacidade técnica ou desconhecimento do SISAAN pelos próprios gestores e servidores, que nunca foram capacitados adequadamente na temática do SAN e do DHAA.

As principais dificuldades para a operacionalização da CAISAN e do CONSEA foram sintetizadas em nove pontos: 1. Fragmentação de ações entre secretarias: Cada setor trabalha “por si” quando não existe articulação da CAISAN. 2. Falta de capacidade técnica ou desconhecimento do SISAAN. 3. Falta secretaria uma executiva, espaço físico, equipe mínima ou organização documental, que deem apoio e sustentação aos conselhos principalmente, mas também à CAISAN. 4. A dificuldade na elaboração ou atualização do Plano Municipal de SAN. 5. Fragilidade da participação social. 6. Conselhos inativos, com reuniões esvaziadas ou com a sociedade civil desmotivada. 7. Falta de orçamento ou priorização política da Segurança Alimentar. 8. Rotatividade de servidores e conselheiros, que dificulta a construção de memórias e experiências. 9. Dificuldade de monitoramento e

avaliação das políticas.

Mas há também caminhos para superar os desafios apontados. 1. É fundamental ter capacitação contínua da equipe e dos conselhos. 2. É necessário o fortalecimento da CAISAN como espaço de pactuação e trabalho intersetorial. 3. A reativação e o empoderamento do CONSEA com participação ativa da sociedade civil se impõem. 4. É imprescindível a construção e a implementação do Plano Municipal de SAN. 5. As parcerias com universidades, movimentos sociais, agricultura familiar e redes de assistência social, configura outro caminho para que a Política de SAN se fortaleça. 6. E finalmente, a criação de uma comunicação transparente e uma mobilização permanente da sociedade e do próprio governo.

É importante as instâncias fazerem constantemente avaliações: como é que estamos trabalhando? Quais são as questões novas e pendentes? Como é a nossa ação ambiental? Quais são as acessibilidades para que os cidadãos possam chegar até a sede da cidade, para chegar às feiras e ao abastecimento com alimentos de qualidade? Estamos implementando reais relações mais democráticas em nosso município, com controle sobre as contas públicas? É preciso fazer estes questionamentos para poder avançar na política de SAN. Estamos realizando as audiências públicas que a lei preconiza? Com oportunidade para a população participar?

Finalizando sua exposição, Girlene ainda ressaltou que a Segurança Alimentar não se reduz a um programa. Não é um programa, mas um compromisso ético com a vida. E ela só existirá quando o governo se organiza para conseguir objetivamente segurança alimentar e o DHAA para todos os seus cidadãos, quando a gestão se compromete e quando a sociedade civil participa efetivamente. CAISAN é gestão, CONSEA é democracia, SISAN é dignidade. E juntos, eles formam a política pública que mais toca o que há de mais essencial em um ser humano: o direito de comer, de viver, de ter saúde e de ter futuro.

1.4 - Apresentações das Secretarias de Estado sobre a Política de SAN

A. SAF e SEDES

O presidente agradeceu a palestrante, que indicou os rumos para esta conferência, para a avaliação do 3º Plano Estadual, que já está em execução, e sua revisão com novas proposições, o que será o produto final desta Conferência. Sem mais comentários, convidou Concita da Pindoba para assumir a coordenação da mesa e chamar as primeiras secretarias para fazerem a sua prestação de contas de dois anos do Plano Estadual de SAN – PLANESAN, referente aos anos 2024-2027. Para secretariar a mesa foi convidada a conselheira suplente da Central dos Movimentos Populares e uma das coordenadoras do Fórum maranhense da SAN (FMSAN), Darlúcia, e as Secretarias de Desenvolvimento Social (SEDES) e da Agricultura Familiar (SAF) para fazerem as suas exposições.

Na sua fala introdutória, Concita da Pindoba elogiou a apresentação da Girlene, enfatizando ainda a importância dos conselhos serem os protagonistas das conferências municipais, assim como o CONSEA estadual, junto com a SASAN, convocou e organizou a VI+4 CESAN. Agradeceu a FETAEMA pela disponibilização, mais uma vez, do CESIR. Chamou atenção pela importância dos Planos municipais de SAN. Mesmo que a segurança alimentar carece de ações paliativas em casos extremos, o interesse principal deve ser a elaboração e implementação de políticas estruturantes. Nesta conferência, o ponto central é a avaliação da implementação do 3º Plano Estadual de SAN. Lembrou que é atribuição dos COMSEAs monitorar a execução dos planos nos seus municípios, inclusive cobrando a sua confecção. Gradualmente, a segurança alimentar e nutricional está avançando em nosso Estado, mas ainda há muita coisa a fazer pela frente. Convocou os participantes a cobrar nos seus municípios a elaboração do PLAMSAN, que é uma obrigatoriedade e sua apresentação para aprovação ao conselho municipal e à sociedade como um todo.

Convidou, então, Ricarte Almeida vice-secretário da SAF e Lourvídia Caldas, secretária-adjunto da SEDES/SASAN, um ícone da SAN no Estado, para tomar assento na mesa. Informou que o 3º Plano Estadual de SAN estava disponível no site do CONSEA/MA (consea.ma.gov.br) e que alguns exemplares impressos ainda estavam disponíveis na entrada do auditório. Avisou ainda que Fabiola Diniz, coordenadora estadual de SAN, estava disponível no fundo do auditório para dar informações sobre a permanência dos municípios no SISAN e sobre a Plataforma digital ADESAN.

Ricarte Almeida fez questão de situar suas origens na luta dos movimentos sociais. Não era a primeira conferência de SAN que estava participando. Recordou como o surgimento da Política de SAN foi resultado da luta da sociedade civil, da sua união e organização, sua cobrança por controle e participação sociais. Assumiu uma função como gestor público, virou, portanto, vidraça onde antes era a pedra. Mantinha, no entanto, sempre o mesmo compromisso de tentar fazer das políticas

públicas espaços para a conquista de direitos para a população.

Nesta ocasião, estava representando o secretário da SAF, Bira do Pindaré, que estava em Brasília em busca de recursos junto ao governo federal para projetos e programas. Ricarte estava acompanhado pela superintendente de organização da produção, Leda.

A SAF foi criada em 2015 e pauta especificamente a Agricultura Familiar como Política de Estado. Não poderia permanecer como uma política residual, de cunho assistencial. Deve ser considerada uma política importante para a economia do Estado. A Agricultura Familiar produz em torno de 70% dos alimentos que vai para a mesa da população e gera 79% dos empregos no campo. Desse modo, não pode ser simplesmente tratado como uma política de assistência social, mas como uma política econômica estratégica, que precisa ter orçamento robusto, cada vez mais infraestrutura e garantia de assistência técnica, fomento rural e apoio comercial.

Com a Feira da Agricultura e outras ações, a SAF está dando maior visibilidade à Agricultura Familiar no Estado. Acabou de ser realizada, poucos dias anteriores a esta conferência, a terceira Feira Estadual e a Quarta Feira nordestina da Agricultura Familiar, com o colorido do alimento de verdade, com os aromas da nossa biodiversidade, com o saber dos povos tradicionais e originários. Organizar uma feira destas significa um gesto de resistência política para dizer que a agricultura familiar existe. Ela também mostrou, no entanto, os desafios que terá pela frente e os gargalos que ainda persistem. Vai ter sempre espaços para melhorar.

Antes de falar especificamente sobre o PAGES, um dos programas que a SAF empreende, passou a palavra para Leda, superintendente, de Organização da Produção quedaria uma visão panorâmica de como a SAF vem empreendendo as suas ações.

O relato da Leda foi acompanhado por uma apresentação dos dados em PowerPoint. O Maranhão teve a oportunidade de receber a 4ª Feira Nordestina de Agricultura Familiar - a 4ª FENAF. Foi a maior feira da Agricultura Familiar já realizada no Maranhão. Ela integrou o Circuito nordestino de Feiras. As feiras contaram com a presença de mais de 100 mil visitantes, as de 2023, 2024 e 2025 e de mais de 300 expositores. Foram movimentados mais de 4 milhões de reais. Ano após ano, os números de pessoas visitantes e de expositores têm aumentado.

Ainda existem diferenças na qualidade dos produtos, mas a preocupação com a qualidade tem crescido. E a certificação pela SAF tem contribuído com isso.



Figura 4 - Cartaz 4ª FEMAF

A secretaria tem trabalhado muito o PROCAF (Programa de compras da Agricultura Familiar), que é como se fosse o PAA do Estado. A compra direta/indireta da produção família em 2024/2025 alcançou 88 municípios, 258 contratos e teve 92 famílias impactadas. O programa contou com a parceria de CRAS (Centros de Referência da Assistência Social), de Conselhos municipais de segurança Alimentar e Nutricional e da AGERP. Houve investimentos da ordem R\$ 8,5 milhões de reais nos anos 2024/2025 e a previsão é de chegar a 10 milhões de reais em 2026.

Em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), a SAF mantém uma parceria com o governo federal. Até 2026, há três propostas vigentes de PAA (Projetos de Aquisição de Alimentos): um primeiro para o público geral (PAA tradicional), que se destina a 73 municípios e 974 agricultores. O seu orçamento é de R\$ 5.198.668,26. O PAA Indígena se destina a 13 municípios no Maranhão e a 240 indígenas, com um orçamento de R\$ 2.000.000,00. O PAA Quilombola pretende atingir 21 municípios e 224 produtores quilombolas, com orçamento também de R\$ 2.000.000,00. Ao todo, significa um investimento de mais de 9 milhões de reais. Os editais estão abertos, o do PAA Quilombola até do 10 de dezembro de 2025 e o PAA Indígena até o dia 20 de dezembro deste ano.

A agricultura familiar se desenvolve nos territórios e a partir destes que uma rede de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) deve ser organizada. Estes são

dois elementos de um tripé deve sustentar a Agricultura dos povos tradicionais. O terceiro elemento é a elaboração de um Plano SAFRA territorial. Os recursos majoritariamente estão sendo utilizados para financiar soja e criação de gado de corte, em detrimento da biodiversidade e da agricultura de alimentos. Precisamos de um Plano SAFRA específico para a agricultura familiar, voltado para os territórios, a partir da sua vocação, de seu potencial: para o babaçu, para a mandioca, para o plantio de feijão. É preciso chegar a formas de financiamento e de crédito para estas atividades econômicas.

O PAS Nordeste é outro programa em execução na SAF. Ele visa a produção e consumo de alimentos saudáveis. Ele é fruto de uma parceria entre o Consórcio Nordeste, o Governo Federal e, no Maranhão, a SAF.

O Programa Fomento Rural atingiu em 2025 13 municípios maranhenses. É desenvolvido pela SAF/AGERP junto ao MDS. Ele visa proporcionar apoio técnico e recursos financeiros para projetos produtivos. 640 famílias foram beneficiadas com R\$ 4.600,00, repassados em duas parcelas. O total de recursos em liberação importa em R\$ 1.456.200,00.

Outro programa do Governo Federal é O Arroz da Gente. É uma estratégia desenvolvida pela CONAB e o MDA em parceria com a SAF e pretende ampliar a produção de arroz pela Agricultura Familiar. No Maranhão, cinco territórios estão incluídos para executar este Programa: Cocais, Baixo-Parnaíba, Vale do Itapecuru, Vale do Pindaré e Cerrado Amazônica (que abrange a região Tocantina). 14 municípios serão contemplados com ações da ATER (com agentes bolsistas nos territórios), com estruturação produtiva tecnológica, com crédito, fomento e pesquisa.

Pelo FERTMÓVEL – um laboratório móvel de análise de solos, com participação da EMPBRAPA-SOLOS, de IEMA, UFMA e AGERP, em 2025 foram atendidos 210 agricultores em 10 municípios (Açailândia, Araguanã, Arari, Balsas, Barra do Corda, Porto Franco, Sítio Novo, Tasso Fragoso e Viana). O FERRMOVEL é considerado ter um papel estratégico na promoção da saúde dos solos maranhenses.

Outro projeto, mais recente, é o do Algodão da Liberdade. Este projeto Algodão Agroecológico da Liberdade é uma iniciativa implantada em março de 2025 na comunidade quilombola São Maurício, em Alcântara, Maranhão.. Visa produzir o produto sem uso de agrotóxicos, de forma sustentável. Ele se destina a comunidades quilombolas de Alcântara e 27 famílias são beneficiadas diretamente e visa a redução do uso de agrotóxicos e a preservação do meio ambiente. Com a técnica de plantio consorciado, o algodão será cultivado juntamente com cultivares de milho e mandioca, e permitirá a segurança alimentar das famílias.

O foco desse algodão e não é de ser alimento, mas ele gera uma renda importante. A falta desta matéria-prima para a indústria têxtil motivou a expansão da sua cultura. Isso fez com que a Embrapa e os estados produtores procurassem

umentar sua produção no Brasil. A SAD tem outro olhar. Não pode trabalhar só algodão desta perspectiva. O algodão a gente não se come, embora a o caroço serve para ração animal. Mas este Projeto procurou fazer o consórcio de cultura alimentar (com linho, mandioca) para obter segurança alimentar através da uma renda complementar. O projeto está dando super certo.

O Programa Água Doce busca a implantação de sistemas de dessalinização. Ele se quer garantir acesso a água potável em regiões com água salobra; No Maranhão, 22 sistemas devem ser implantados em 16 municípios; O 1º sistema foi inaugurado em Timon (em 2024) e em Codó outro sistema inaugurado neste ano de 2025. O Projeto de Cisternas chegou a 9 municípios, com a construção de 5.115 equipamentos que dão acesso a água tanto para consumo, quanto para produção. O investimento totaliza R\$ 39.413.751,40. São três tipos de cisternas: telhadão, escolar e de placas. Em 2025 foram entregues 24 cisternas escolares num valor de R\$ 762.485,12. As cisternas em escolas têm dado um diferencial, principalmente nas que usam o método da alternância. O campo agrícola que a EFA tinha para produzir, que antes não tinha água, agora já tem se consegue ver uma modificação na própria estrutura da escola.

A valorização dos produtos da Agricultura Familiar acontece mediante a certificação do selo "Gosto do Maranhão". O selo foi criado por pela Portaria 127 de 04 de novembro de 2019 da SAF. Os produtos são identificados nos pontos de venda. Isso fortalece a identidade social e produtiva da produção da Agricultura Familiar no Estado. Só na FEMAM, em quatro dias, foram cadastrados mais de 150 produtos. O selo foi pensado para auxiliar os agricultores a formalizarem seus empreendimentos e abrirem mercados para seus produtos. Os agricultores familiares costumam não dispor de maíors para fazer a rotulagem e colocar a informação nutricional dos seus produtos. Uma equipe técnica está disponível para auxiliar na certificação. São criadas pontes com o Ministério, com a AGED, com a Vigilância Sanitária para facilitar a certificação e assim garantir a segurança alimentar da população.

O Cadastro Ambiental Rural - CAR, é obrigatório para os imóveis rurais. A SAF é responsável por realizar o cadastro de todos os agricultores familiares através de um convênio com o BNDES. Dos 1.288 cadastros feitos em 2025, 329 foram aprovados.

O Projeto Floresta Mais Amazônia, é uma parceria com o MMA e PNUD. Dispõe de um Fundo Verde para o Clima (GFC) ele faz pagamentos por serviços ambientais. Remunera pequenos imóveis rurais na Amazônia Legal engajados em frentes estratégicos de conservação da floresta. No Maranhão, é uma parceria entre SAF e SEMA. Mais de R\$ 500 mil em incentivos financeiros foram distribuídos para 43 beneficiários, dos quais mais de 34,3% são mulheres, localizados em 10 municípios do estado: Alto Parnaíba, Balsas, Carolina, Loreto, Paço do Lumiar, Riachão, Sambaíba, São João Batista, São Luís e Tasso Fragoso. Tem imóveis cujos donos receberam R\$ 23 mil, porque conseguiram comprovar, através de

sistema de monitoramento, que preservaram a sua área. O prazo da chamada pública de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), no âmbito da Modalidade Conservação foi prorrogado e as inscrições podem ser feitas até 30 de junho de 2026 no site <https://www.florestamaisamazonia.org.br>. Os pagamentos variam de R\$ 1.500,00 a R\$ 28 mil ao ano, pagos diretamente a proprietários e proprietárias de imóveis rurais com até 4 módulos fiscais que ajudam a conservar a floresta. Quanto maior a área conservada, maior o valor a receber.

Tem pessoas que receberam 2 mil, tem outras que recebem 5 mil, tem gente que recebe até 23 mil por serviço ambiental de preservação de suas matas nativas. O efeito pedagógico deste Projeto consiste no fato das pessoas vão compreender que, mesmo preservando, dá para ganhar dinheiro não só preservando, mas produzindo também. Tem sistemas que a SAF pode ajudar a elaborar. É possível preservar e ter pagamento por esses serviços ambientais e ainda produzir de forma sustentável. Esse projeto é penas para a região da Amazônia Legal, mas que inclui 80% dos municípios do Maranhão, ou seja, 181 municípios.

A coordenadora da mesa, Concita da Pindoba, agradeceu a Leda (Ladyanna Pinheiro Azevedo) e passou a palavra a Ricarte para fazer sua exposição sobre o PAGES, Projeto Amazônico de Gestão Sustentável.

O subsecretário, Ricarte Almeida começou a caracterizar o PAGES como um projeto significativo e abrangente, que atinge o bioma amazônico. Não se trata apenas da Amazônia Legal, mas do bioma amazônico. No Maranhão, são 37 municípios. Seu objetivo é contribuir para a redução da pobreza rural e, ao mesmo tempo, diminuir o desmatamento e a degradação ambiental na região Amazônica do Maranhão, melhorando os meios de subsistência e a segurança alimentar e nutricional da população rural por meio da conservação e do uso sustentável da floresta amazônica.

A vigência do Programa corre de 2022 a 2028 e conta com um investimento de 37 milhões de dólares. A iniciativa é do Governo do Estado do Maranhão, com apoio do FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura da ONU) e da cooperação do Governo da Alemanha (ASAP+). Se volta ao fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais na Amazônia Maranhense: estão incluídas unidades de Campo em Santa Inês, Maracaçumé (na verdade, em Santa Luzia do Paruá) e Açailândia e Terras Indígenas do Alto Turiaçu, Caru, Awá, Araribóia e Rio Pindaré. Estes são os lugares para implantar as equipes que irão atingir as comunidades. Preservar não significa não produzir. Você pode produzir e preservar ao mesmo tempo. Isso os ancestrais já faziam, o que é chamado hoje de agroecologia. Tem gente que acha que isso é uma novidade, porém já é uma prática milenar. Os povos originários já faziam essa combinação de produzir e preservar. Para produzir, não precisa destruir.

O público prioritário são as mulheres, que devem alcançar 50% do público alvo, 25% tem que ser de jovens rurais e 12,5% de povos e comunidades tradicionais.

Ocorre que tudo se misture, essas dimensões se misturam. Agricultores familiares são o foco central desta iniciativa transformadora. A preocupação é de que o gestor não tire o olhar desses segmentos que, historicamente, são marginalizados, são vulnerabilizados. Fica claro que tem que obedecer a esses quantitativos.

O PAGES tem quatro componentes. O primeiro é a gestão integrada da paisagem para a maior resiliência. É uma gestão daquilo que é chamada de sociobiodiversidade, onde a paisagem (a natureza) e a população estão integradas. As pessoas não estão fora da área, da paisagem, mas fazem parte dela. Ao mesmo tempo, a paisagem (a natureza) não é compreendida como algo a ser preservado isoladamente, sem a presença das pessoas. É uma combinação. As pessoas convivem com os entes naturais. É essa a abordagem preconizada.

O segundo componente é a criteriosa metodologia de escolher as cadeias de valor de produtos florestais. Não podem ser madeireiros e a infraestrutura básica a ser implantada deve atender aos princípios da agroecologia. São as cadeias da biodiversidade que devem ser valorizadas. Principalmente a da mandioca de mel de babaçu, de açaí (juçara).

O terceiro componente é o fortalecimento institucional e desenvolvimento de capacidades. O projeto apoia instituições do poder público, que são várias. Entre estas figuram o IMESC (Instituto de pesquisa), o ITERMA (para regularização de terras), mas também instituições. Locais como cooperativas, associações, escolas família agrícola e outras. Estas podem receber investimentos para melhorar suas infraestruturas e organização. Esse recorte do fortalecimento institucional abrange, portanto, tanto instituições do poder público, como também da sociedade civil, nas próprias comunidades onde o projeto está acontecendo.

O último componentes é o do gerenciamento do projeto. Esta parte é mais interna, de planejamento e sua aplicação. É o monitoramento, são as avaliações constantes, para que o projeto não se desvie do seu rumo.

O âmago do projeto consiste na promoção da agricultura familiar e através dela no apoio ao desenvolvimento rural sustentável. São 17 Projetos de Gestão integrada e sustentável (PGIS): nove em escolas da Pedagogia de Alternância situadas no território (PGIS Escolares); 06 em comunidades (PGIS Comunitários); 02 em terras Indígenas do Caru – uma casa de farinha e um projeto de artesanato indígena; e um projeto de Cadeia Produtiva – de polpa de frutas.

Para receber os recursos, cada instituição dessas tem que fazer um projeto de gestão integrada sustentável. Elas têm certeza que o recurso vai chegar e deve ter sua aplicação certinha, gerando os resultados que se espera.

As primeiras seis comunidades que entraram, desenvolvem experiências piloto. Cada uma das seis comunidades receberá em torno de 120 mil reais; as escolas em torno de R\$ 300 mil.

A ideia do programa é fortalecer a gestão das escolas e das associações comunitárias que perdure, que seja consolidada. Tem um conjunto muito grande de associações que vai ser alcançado por esse projeto. As seis primeiras ser virão para testar a metodologia, que será depois aplicada em outras associações e em outros municípios. Os dois PGIS indígenas também são piloto, na terra indígena Caru, (uma casa de farinha e artesanato indígena).

O fortalecimento de cadeias produtivas de calor socioambientais e de sustentabilidade ambiental contam com a ATER: 7.101 agricultores familiares, quebradeiras de coco e quilombolas, para os quais foram recebidos 17 projetos; e 1.200 famílias de indígenas, para as quais está sendo elaborado um edital específico.

Já estão sendo chamadas – através de chamamento público – empresas, ou seja, organizações sociais, que têm habilidade para garantir a assistência técnica aos segmentos da população citados.

O fortalecimento da cadeia de valor da sociobiodiversidade e das sustentabilidades ambientais acontece mediante. tecnologias sociais, unidades produtivas e regularização fundiária. Estão sendo implantadas 1.830 Tecnologias Sociais de captação e armazenamento de água da chuva (Cisternas): cisternas familiares, escolares e de produção.

Há a implantação de unidades de beneficiamento das cadeias produtivas do açaí; babaçu; mandioca e mel e polpas de frutas e feiras Intermunicipais da agricultura familiar. A perspectiva é de reestruturar agroindústrias, não só do ponto de vista da construção, das paredes, da cobertura, mas, sobretudo, do aspecto da gestão, que é um dos grandes gargalos das nossas agroindústrias. Tem no Maranhão um grupo grande de agroindústrias instalado, mas quase todas padecem da fragilidade da gestão. É preciso garantir a tecnificação da gestão dessas unidades de beneficiamento.

E terá promoção do acesso à terra através da Regularização Fundiária. Já foram titulados 3.878 hectares beneficiando 121 famílias através do ITERMA.

São desenvolvimento ações de fortalecimento institucional e desenvolvimento da capacidade dos atores envolvidos. O fortalecimento do IMESC foi feito com a aquisição de equipamentos de informática e contratação de especialista. Um projeto dessa envergadura precisa de dados atualizados permanentemente para que, de fato, sejam instrumento da boa gestão. O ITERMA contou com a contratação de serviço de georreferenciamento e especialistas em regularização fundiária. Duas técnicas da SAF. Foram disponibilizadas para apoiar o desenvolvimento dessa tarefa de titulação Os territórios Indígenas foram apoiados com a aquisição de EPIs e ferramentas para as brigadas dos territórios indígenas. Estas brigadas devem atuar na preservação da floresta: os indígenas são os guardiões da floresta E para o SEDIHPOP foram adquiridos e material de informática e contratação de

especialista. Mais do parceiras, estas instituições tornaram-se coexecutoras do PAGES.

É importante a elaboração de um diagnóstico de possíveis prejuízos da cadeia produtiva. Esse diagnóstico está sendo realizado em todos os territórios onde o PAGES está acontecendo, tanto para conhecer as agroindústrias, as unidades de beneficiamento, como para identificar os gargalos, os problemas e os riscos. Para saber qual a vocação do local e assim orçar o recurso de maneira cirúrgica, certa, e chegar a resultados palpáveis. Esse diagnóstico é elaborado de forma participativa, pela equipe da SAF, junto com a equipe do PAGES.

Precisa dar visibilidade à produção da agricultura familiar. Há quem diga que só existe produção de soja e eucalipto no Maranhão, que não produção de alimento saudável. Talvez o maior desafio não seja produzir mais, porque grande quantidade de produtos no Estado. A principal necessidade pode ser agregar valor a essa produção, porque o trabalhador familiar entrega muito e recebe pouco. Vende produtos in natura, sem beneficiamento, agregando valor. Vende só matéria-prima. Se ele agregar valor, se ele certificar seu produto, se ele embalar, se ele botar etiqueta, seu produto valoriza. Bom exemplo disso é o mel.

O Maranhão tem o município que é maior produtor de mel do Brasil, Santa Luzia do Paruá. No entanto, esse mel sai in natura e vai ser processado no Piauí e em Santa Catarina. O preço aumenta em sete, oito vezes. A proposta do PAGES é reverter esta situação. O Estado está exportando emprego para fora. Estima-se que a região de Santa Luzia do Paruá movimentará em torno de um bilhão de reais com a produção de mel por ano. O desafio é de deixar este valor aqui no Estado. São dados do IBGE.

Depois de mostrar algumas fotos de ações já executadas, Ricarte continuou citando estratégias do Programa: maior acesso à alimentos, energia e água; segurança da posse da terra e organização comunitária; fortalecimento das instituições para conservação e restauração da Amazônia Maranhense; aumento da renda e da segurança nutricional; cadeias de valor sustentáveis e acesso a mercados; políticas públicas e estímulo do conhecimento através das boas práticas.

Referência para o Programa são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dentro dos quais podem ser ressaltados: A erradicação da pobreza, alcançar o marco do fome zero, garantir saúde e bem-estar, igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia acessível, trabalho decente, redução das desigualdades sociais, desenvolver ações contra as mudanças globais do clima, obter paz, justiça, instituições eficazes e igualdade étnico-racial. São os objetivos sustentados aos quais o PAGES está vinculado.

A Secretária-adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional (SASAN) apresentou as ações da segurança alimentar prioritariamente constando do III PLANESAN e realizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) nos anos de 2024-

2025. Foi convidada para a mesa ainda a Susan Brito, que representou o Pacto contra a Fome e tem contribuído com o Estado no desenvolvimento da Política de SAN.

Lourvídia Caldas passou sistematicamente pelas Diretrizes do PLANESAN e as ações relacionadas a cada uma delas. Enfatizou que o público prioritário da Política eram as famílias assentadas da reforma agrária, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.



Figura 5 - Cozinheiras da padaria artesanal

Dentro da primeira Diretriz “Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, priorizando famílias do CADÚNICO, assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais” mostrou as seguintes ações:

Acesso a serviços alimentares nos Restaurantes Populares (RP) e Cozinhas Comunitárias. Em 2024 foram ofertadas 42.200.000 refeições e em 2025 este número subiu para 51.823.000. Estavam em operação 204 RP e 2 Cozinhas Comunitárias (Rio Anil/Bequimão em São Luís e Marudá em Alcântara – a única cozinha quilombola do Brasil). Os Restaurantes estão espalhados em 183 municípios maranhenses. A meta do Plano é servir em quatro anos 178.562.200 refeições. Os RTP oferecem café de manhã para R\$ 0,50 e almoço e jantar por R\$ 1,00. Constatou que há muita demanda reprimida ainda, porque muitos RP são localizados em zonas urbanas e a maior necessidade de acesso a alimento saudável está localizada nas zonas rurais.

Na mesma diretriz, constam ações de inclusão socioprodutiva. A ação se destina a todos os 2017 municípios do Estado. O programa “Mais Renda” beneficiou 6.233 pessoas com capacitações e entrega de equipamentos em 2024. Houve novos 531 atendimentos em 2025. A cada pessoa foi repassado ainda um auxílio financeiro no valor de R\$ 500,00. Um segundo programa é chamado de “Minha Renda” e atendeu em 2024 a 6.000 pessoas, capacitadas e atendidas com equipamentos produtivos. Em 2025 foram 371 pessoas. Também estas pessoas receberam auxílio financeiro de R\$ 500,00. Estes dois programas proporcionam a possibilidade, da pessoa adquirir sua autonomia através de um trabalho digno e ter uma renda complementar para sua família. Com autonomia financeira, estas famílias poderão sair do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (CadÚnico) e passar a ter total autonomia econômica e garantir a sua própria alimentação, adequada e saudável.

Com a parceria do SENAI está sendo desenvolvida o Projeto Artesanal, um projeto de capacitação que iniciou em 2024. Já foram capacitados 4.191 alunos até novembro de 2025. Destes, 3.378 foram capacitadas ainda neste ano em 113 municípios. Mesmo sendo um curso rápido, o SENAI fornece certificados para as pessoas capacitadas, o que contribui para a valorização de seu trabalho. A capacitação sobre padaria artesanal prepara para uma linha de diversidade de produtos muito grande, como pão de cenoura, pão de beterraba e outros, acrescentando nutrientes ao produto final. Recentemente, no Banco de Alimentos, com um chefe de Fortaleza, foi dado um curso sobre pão com brócolis de excelência qualidade.

Ainda têm quatro municípios a serem atendidos com este Projeto em 2025. A perspectiva para 2026 é e distribuir ainda kits para grupos produtivos e ofertar cursos complementares sobre gestão e formalização de MEI (Micro empreendedor individual) A mentora deste Projeto é a segunda dama do País, Maria Lúcia (Lu) Alckmin, esposa do vice-presidente. Ela tem um trabalho gigantesco realizado em Brasília e veio conhecer o Banco de Alimentos em São Luís, em acordo com a primeira dama, Janja Lula da Silva. A proposta de chegar em todos os municípios, está aos poucos sendo alcançada.

Nesta primeira diretriz consta a execução do Programa Formando e Cozinhando. É um curso de 100 horas de duração, 60 horas de Educação a Distância (EAD) e 40 horas de aulas práticas. A secretária destacou que 95% dos integrantes deste curso eram mulheres. A meta para 2026 é de capacitar mais 1.500 alunas e alunos em 50 municípios, priorizando polos turísticos. Nos dois anos anteriores (2024 e 2025) já foram capacitados 2.320 alunos. Muitas destas pessoas conseguiram se colocar no mercado de trabalho dentro do próprio município, combatendo a pobreza e aumentando a segurança alimentar e a renda das famílias.

O Banco de Alimentos, situado na CEASA em nossa capital, mereceu uma atenção especial. O Banco goza de reconhecimento nacional e é referência para todo o País. Foi vencedor do Prêmio Brasil Sem Fome na modalidade Boas Práticas de Combate à Fome. A premiação acontecerá no dia 17 deste mês de dezembro em Brasília. Diferente de outros Bancos de Alimentos, a do Estado situado na CEASA conta com uma equipe de profissionais: são cinco nutricionistas, engenheiras de alimento, duas assistentes sociais e uma equipe de apoio. Também inclui com uma sala de capacitação ampla e toda equipada. Estes fatores aumentaram a pontuação que levou ao recebimento do prêmio nacional.

Há pessoas que questionam a localização do equipamento, escondido no fundo da Central de Abastecimento. O potencial que existe de arrecadação dentro de uma CEASA é muito maior do que em qualquer outro lugar e essa é a vantagem da sua atual localização. Os números de alimentos recuperados não mentem a respeito disso. Todos os blocos da CEASA contribuem com produtos. 107 instituições estão cadastradas para receber os alimentos higienizados. A maioria das entidades receptoras utilizam os alimentos para preparar refeições em creches, em escolas, para crianças, mas há distribuição também para famílias e pessoas físicas em situação de vulnerabilidade social e alimentar. O pessoal do Banco também dá orientações sobre como utilizar, preparar e processar os alimentos para cozinheiras nas escolas ou pessoas das comunidades. Até alimentos pouco conhecidos pela população, próprios de outras regiões, mas valiosos, podem ser levados para a mesa das famílias, como aconteceu numa creche que recebeu pitaya e suas cozinheiras não sabiam como usar.



Figura 6 - Pitaya (Foto: Ribamar Neto/UFC)

Em 2025, o Banco de Alimentos conseguiu distribuir 468 mil toneladas de alimentos e beneficiou cerca de 27 mil pessoas.

No Banco estão sendo realizadas também atividades educativas. Em 2024 foram atendidas 105.998 pessoas e até o presente momento, em 2025, este número chegou a 70.350 pessoas. Em épocas de campanhas, o Banco também realiza atividades, como na Semana Mundial de Alimentação (outubro) quando atingiu 10.500 pessoas em 2024 e 9.000 pessoas em 2025. Estas campanhas são realizadas junto com as demais secretarias da CAISAN.

A Diretriz IV do PLANESAN trata da estruturação e do fortalecimento do Sistema Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. Neste quesito. O Estado receberá outro prêmio no dia 17 de dezembro em Brasília: uma menção honrosa pelo número de municípios com adesão ao Sistema, que será recebida pelo secretário Paulo Casé Fernandes da SEDES. Não pode ser esquecido a contribuição do Conselho Estadual na ampliação desta adesão. Motivar os municípios a aderir ao Sistema não tem sido uma tarefa fácil. É preciso esclarecer detalhadamente aos prefeitos a importância desta política para os seus municípios e o funcionamento do sistema. Os municípios enviam sua documentação para a CAISAN, que é analisada também pelo CONSEA e sendo aprovada, o Ministério de Desenvolvimento Social e a CAISAN Nacional procedem com a adesão, publicando a Resolução no Diário Oficial da União (DOU). A partir do momento em que o MDS colocou a adesão como condição para ter acesso a programas de SAN, especialmente do PAA, os municípios começaram a correr atrás da sua adesão. Têm municípios que perderam recursos do PAA porque não estavam com a adesão corretamente formalizada. Para voltar a ter o PAA, o município terá que se organizar no SISAN. No ano de 2024, o Estado conseguiu a adesão de 52 municípios aprovados através de resolução do MDS e até outubro de 2025, outros 49 municípios fizeram sua adesão. Neste momento, dos 217 municípios no Estado, temos 187 adesões ao SISAN. A meta do Maranhão no PPA era de ter mais 40 municípios adesões até 2027. Esta meta foi, portanto, largamente atingida. O desejo da CAISAN é de termos todos os municípios com adesão formalizada no início de 2026.

A execução do Convênio de nº 889175/2019, da SEDES/MDS/CONSEA consta nessa mesma diretriz. O convênio é coordenado pela Valdinê Milhomem, técnica da SEDES/SASAN. O Maranhão nunca devolveu recursos de convênios, porque sempre foram executados com muito zelo e as prestações de contas entregues em dia. Com o recurso deste convênio, a SASAN produziu 1.500 cartilhas

sobre Programas de Aquisição de Alimentos – PAA. A produção contou com a colaboração da SAF e foi coordenada pelo superintendente Luís Fernando Amorim. Uma pesquisa sobre o Programa Fomento Rural e Equipamentos de SAN foi igualmente executada. Com recursos do citado convênio foram ainda publicado o III Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – III PLANESAN; realizadas 03 (três) oficinas regionais de Promoção da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) para 200 agricultores familiares de 31 municípios; 02 (duas) oficinas de capacitação de 200 servidores, gestores e conselheiros envolvidos na Política Nacional de SAN, integrantes de CAISAN ou COMSEA em 61 municípios; e mais 02 duas oficinas para 100 gestores e representantes da sociedade civil de 30 municípios sobre implantação e adesão ao SISAN.

O Programa do Leite é um programa que opera com recurso federal. Ele é de difícil execução. Precisa ter laticínios que queiram trabalhar com o programa. Os grandes laticínios que trabalham com linhas de fabricação de queijo e derivados, não querem entrar num programa que pede bastante burocracia. Sem o cadastramento de laticínios, o programa não pode ser executado. A distribuição de leite em 2024 atingiu 36 municípios, com distribuição de 513.405 litros a 10.377 famílias e 249 entidades. Beneficiou 77 produtores. A distribuição de leite, em 2025, caiu. Chegou a apenas 25 municípios, com 304,829 litros distribuídos a 4700 famílias e 170 entidades. Somente 35 produtores participaram fornecendo leite neste ano.

A novidade em 2025 está na inserção de leite de cabra. Este projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria de Agricultura de Raposa. Com esta informação, Lourvídia Caldas encerrou a sua apresentação e Concita da Pindoba anunciou a continuidade da programação. Por causa do adiantado do tempo, sugeriu à plenária de deixar a segunda mesa de secretarias para a parte da tarde, deixando tempo para um debate com pelo menos duas rodadas de cinco pessoas. A plenária, no entanto, optou para ir logo para o almoço e o debate ficou para a tarde.

Debate com o Plenário

Já tinha passado de 14.00 horas, quando Concita da Pindoba chamou Luís Fernando e Ladyanna de volta para a mesa, para iniciar o debate com a plenária. A coordenadora da mesa fez um breve resumo sobre as apresentações da parte da manhã e destacou que Lourvídia baseou sua apresentação no III PLANESAN. Pode servir como exemplo para os municípios que terão que elaborar os seus Planos de SAN. Muitos gestores se assustam quando são solicitados a fazer seus Planos, o diagnóstico e as metas a partir das demandas das conferências, porém, o Estado está dando a orientação e serve de referência. O responsável para sua elaboração é a CAISAN, não é apenas uma secretaria, porque a política é intersetorial. O PPA do município não pode esquecer que existe a Política de SAN.

Concita continuou informando sobre a realização da VII Conferência em 2027. Era importante os municípios se prepararem, porque terão que realizar novamente suas conferências municipais, assim como o Estado. E era bom se preparar ainda para realizar conferências territoriais, de segmento, etc.

Abrindo o debate, foi lida uma pergunta que veio por escrito para a mesa. O autor queria saber se deve haver fiscalização na aplicação dos projetos da agricultura familiar nos municípios.

Antenor (;...) procurou saber se o Banco de Alimentos apenas recebe doações ou se compra também da agricultura familiar.

José de Ribamar do Nascimento (Morros) dirigiu sua pergunta à SEDES. Comentou a informação sobre a área florestal, que diz que ganha de R\$ 1 mil até R\$ 20 mil, em termos de cultivo. Este recurso vale apenas para áreas documentadas ou também para assentamentos? Há gente que está cuidando da floresta. Elas podem receber por isso?

Layne Lima (Lagoa Grande), perguntou sobre a possibilidade de a SAF viabilizar encontros com a equipe da política de segurança alimentar de cada município, para ajudar no conhecimento dos programas e projetos que a SAF tem a oferecer e avaliar se cabem dentro da nossa realidade. As culturas no Estado mudam conforme as regiões e a cada ano. O babaçu e várias outras produções estão sendo abandonadas. Pela manhã foi mostrado que a SAF tem projetos, mas as pessoas não conhecem. Quem poderia repassar estas informações às equipes municipais?

Carlos Eduardo (Matinha, coordenador da Agricultura Familiar do município.) expressou sua decepção em tomar conhecimento da existência de muitos programas sem nenhuma logística para a agricultura familiar. A partir da sua realidade municipal, onde existem 12 associações, que executam o PAA-CONAB. Mas não dispõem de condições para armazenar o produto a ser doado. Os secretários dizem que irão apoiar o programa, mas não criam uma Central de

Alimentos, nem logística para receber os produtos. Sugeriu, então, a implantação de uma central de abastecimento no município para armazenar o produto do PAA-CONAB. O município não tem recurso para isso, por isso deve ter apoio do Estado. Além disso, é preciso um caminhão baú adequado para carregar os nossos alimentos. E cursos adequados para os produtores saberem armazenar. Este deveria ser a base para que o PAA tenha um bom êxito.

Robert Walter (São José de Ribamar), indígena conhecido como Robson Tremembé dirigiu sua pergunta à SAF. Tem muitos programas bons que podem ajudar os povos e comunidades tradicionais. Mas o problema é a documentação. Tem que abandonar o trabalho para cuidar de documentação. Antes de se perceber, o prazo da habilitação encerrou.

Lorana Mesquita (Ribeirãozinho do Maranhão) questionou a divulgação dos programas que a SAF apresentou, mesmo sendo engenheira agrônoma do município, que tem diversas comunidades tradicionais. Estes projetos e programas são desconhecidos por muita gente nos interiores do Maranhão. A sua segunda pergunta tratava do programa das Cisternas, que pretende ampliar o acesso à água potável para o consumo e para produção. São fornecidas somente a escolas, como foi citado? Tem como conseguir para comunidades tradicionais?

Genazar (Fortaleza dos Nogueiras) questionou porque o número de pessoas inscritas nos PAA era tão baixo no seu município. Qual pode ser o gargalo? E porque a demora de receber o dinheiro do PAA.

Flaylson (Santa Luzia do Paruá, secretário de Agricultura) questionou sobre as demandas que os municípios traziam até o Estado, porém não estão sendo respondidas. Pediu que o Estado checasse a resposta do Ministério com a publicação do Termo de Adesão ao PAA. Opinou que deveria ser tratado diretamente com os Municípios. A Portaria não saiu em 2025. E são diversos municípios com esta queixa: Maracaçumé, por exemplo. Cumpriram a permanência ao SISAN, realizaram sua conferência, mas não foi dada prioridade para acesso ao PAA a estes municípios como foi prometido. Reconheceu os esforços da Ana Cleide em distribuir poucos recursos que o Estado disponibiliza, assim como a parceria com o CONAB. Em Santa Luzia do Paruá, houve tendência crescente desde 2022, com a execução de R\$ 22 mil, R\$ 370 mil (2023) e R\$ 250 mil (2024). Em 2025, nada. Começou a sua segunda questão parabenizando pela implantação dos Restaurantes Populares. Mas precisava ser revista a forma de administração dos mesmos, para proporcionar maior compra de produtos da agricultura familiar. Esta questão não pode ser deixada a cargo da nutricionista, nem do secretário municipal de agricultura. Não têm ingerência na administração do RP. Tem que ser resolvido pela SEDES. Finalmente fez uma referência ao projeto de produção de algodão. Afirmou, contrária à representante da SAF, que algodão deveria ser considerado produto da agricultura familiar. É o agricultor familiar que produz, que vende e recebe desta venda seu sustento. Em 2021 e 2022, teve a execução de um projeto excelente de produção de mandioca no Município, porém depois foi cancelado,

sem que se soubesse o motivo. Solicitou de colocar de novo em discussão este assunto. O projeto contou com a parceria da Ambev na comercialização de mandioca, o que gerou muita renda para os agricultores que produziam mandioca no passado. Produziam farinha para vender, mas o excedente da mandioca eles vendiam para a Ambev a um preço que gerava lucro para eles. Hoje, o preço da farinha está lá embaixo e o agricultor é obrigado a vender com prejuízo ou deixar perder na roça.

Ladyanne da SAF, acompanhada pela Tércia (setor de comercialização da secretaria), deu as primeiras respostas. A fiscalização dos programas nos municípios, além de ser feita por técnicos da SAF e por fiscais de contratos, convênios e programas, pode ser exercido tanto pelo poder público local, quanto pela sociedade civil. Ao perceberem qualquer irregularidade ou aspecto que não esteja de acordo com a legislação ou de acordo com o edital do programa, qualquer cidadão pode procurar a secretaria ou técnico do governo de qualquer instituição. Pode ser da SAF, da AGERP, da SEDES, o pessoal que trabalha nos regionais. O Estado também tem ouvidorias, que podem ser contatados para fazer a denúncia, inclusive de forma anônima.

Sobre o programa Floresta Mais Amazônia perguntaram se a área precisa ser documentada. Precisa sim, para ter acesso ao recurso do programa. A contribuição varia entre R\$ 1.600,00 e R\$ 23.000,00. É direcionado para agricultor familiar, então, a pessoa deve atender aos critérios da Lei nº 11.223 (Lei da Agricultura Familiar). A área pode ser de até quatro módulos fiscais, cujo tamanho depende da região. Há municípios que tem como módulo fiscal 70 hectares, outros são de tamanho menor. Precisa ter documento de agricultor familiar e ter a área toda documentada.

Quanto à questão da logística, existe um programa que virou lei recentemente e que é o PROINF. Este programa oferece recursos para estruturação produtiva de propriedades e apoio a pequenos projetos de infraestrutura coletiva, variando conforme a disponibilidade orçamentária (Lei Orçamentária Anual). Recentemente, o governador Carlos Brandão assinou uma lei que fala do PROINF, que é o Programa de Estrutura Produtiva para Agricultura Familiar. Tem algumas cooperativas, a exemplo da cooperativa de Turiaçu e em Itapecuru, que já receberam caminhões baú e caminhão também com caçamba para trabalhar a questão da agricultura familiar. Isso pode ser solicitado à Secretaria. Mas precisa ser feita uma avaliação sobre como será utilizado este transporte. Quem recebeu, teve realmente uma demanda muito grande para transportar produtos.

Em relação à central de abastecimento e aos cursos, é importante os Conselhos colocarem como pauta de discussão realmente, porque a logística não só interfere na questão da parte de transporte em si, mas também no melhoramento das estradas. E aí tem uma secretaria específica no governo responsável para a infraestrutura que é a SINFRA. Até 2020, a SAF ainda fazia estrada vicinal ou cuidava de outros componentes de infraestrutura como poços. Mas esta parte foi toda retirada da secretaria e agora está na SINFRA. É uma demanda que a SAF

não consegue mais atender.

Sobre a questão da documentação para acessar, que o parente Tremembé falou essa documentação é preciso para todos os projetos ou programas, tanto os federais quanto os do Estado. Quanto à questão de divulgação dos programas, todas as secretarias de Estado têm um site com todas as informações de todos os produtos. Se entrar no site da Secretaria de Agricultura Familiar, www.saf.gov.ma.br, se encontra ícones de todos os programas. Todos os editais são publicados por questão da lei de transparência, é obrigatório. E a divulgação acontece também nas redes sociais do governo do Estado e da SAF. A divulgação acontece, mas talvez seja necessário criar outra estratégia para as lideranças ou gestores municipais passarem as informações adiante. Diferente de outros órgãos que contam com estruturas regionais no interior, a SAF não tem. Esse contato é feito diretamente com as pessoas que, de alguma forma, estão em contato com a secretaria.

Não existe política pública sendo desenvolvida sem parceria, como acontece com a própria fiscalização. O Estado é muito grande e sem estruturas intermediárias, a SAF deve apelar para a parceria com os municípios e as lideranças para fazer a divulgação e exercer a fiscalização. É uma responsabilidade do gestor local e das lideranças locais, de manter seus munícipes informados.

A palavra foi repassada para Tércia, que respondeu as dúvidas sobre o PAA. Não podia dar detalhes sobre a situação do Município de Fortaleza dos Nogueiras. Mas repetiu que têm dois editais abertos na SAF, exclusivamente, no entanto, para indígenas e agricultores familiares quilombolas. Está tudo no site da SAF. Respondendo a pergunta sobre o pagamento, Ana Cleide sempre faz a provocação ao MDS.

Na apresentação, foi falado sobre cisternas. Na execução de 2025 foram feitas cisternas escolares. Mas o programa tem três tipos de cisternas. Tem uma cisterna de 52 mil litros, que se destina para a produção, para irrigação. E tem as cisternas menores, de 16 mil litros, que são aquelas que captam a água do telhado e servem para o abastecimento doméstico. Então, são três tipos de cisternas. As 5 mil cisternas que estão previstas, serão distribuídas em 16 municípios.

O programa Cisternas é do MDS, ele não é um programa do Estado. E os critérios já vêm pré-estabelecidos. Os dessalinizadores são também uma tecnologia social, que perpassa pelos critérios de avaliação do Ministério.

Quanto à questão do algodão, não foi falado que não era agricultura familiar, apenas que algodão não era comida. E esse projeto agroecológico é só do agricultor familiar no Nordeste inteiro.

A parceria com a iniciativa privada com a cervejaria da Ambev, foi suspensa. Na época, Flávio Dino reduziu todo o ICMS da cervejaria Ambev para poder comprar a mandioca dos agricultores. Com a divulgação e o marketing, outras cervejarias concorrentes perderam capital porque não tinham como competir com essas cervejas que vinham da agricultura familiar. E isso foi tramitar no STF. A AMBEV ganhou o processo, mas mesmo assim, a decisão superior mandou parar o projeto. Outra empresa privada que poderia adquirir e comercializar a farinha é o Supermercado Mateus. O produtor no Maranhão não consegue fornecer as 80 toneladas por semana que a rede de supermercados quer. Tratativas com o setor privado, a SAF faz diariamente e de maneira exaustiva a fim de que o produto da agricultura familiar esteja nas prateleiras do supermercado. Mas os agricultores precisam se organizar para atender a este mercado. Uma das formas que o governo trabalha é emitir o selo "Gosto do Maranhão" para o agricultor entender que ele precisa estar com esse produto não só ensacado, mas embalado e rotulado com a informação nutricional: indicando o tipo de farinha, ou de arroz, a fim de poder negociar com o empresariado. Em relação aos outros estados do Nordeste, o Maranhão está bem atrasado mesmo. Mas está trabalhando para avançar. O concurso de farinha na FEMAF foi uma etapa. Mas quem conhece o ganhador? A produção da farinha é anual, é feita por encomenda ou para a feira. Não tem perspectiva de mercado, de escala.

Concita lembrou que, após este debate, haveria ainda outra mesa com diversas secretarias e órgãos. E passou a palavra para Luís Fernando. Diante da alegação que o número de agricultores familiares no PAA estava diminuindo, Luís Fernando esclareceu que isso aconteceu porque os recursos para o PAA foram reduzidos. Os recursos estão escassos por conta de diversos embates no Congresso Nacional. O Estado tenta absorver através da compra da agricultura familiar pelos RP. Na SEDES, foi instituída uma equipe de apenas uma pessoa. O Messias Nicodemus para acompanhar e fiscalizar os mais de 200 restaurantes. A compra da agricultura familiar pelos restaurantes não depende do nutricionista, é cláusula de um contrato com uma empresa privada, que gerenciam os restaurantes. Não é o Estado que executa este programa. A SEDES tem a responsabilidade da coordenação, do monitoramento, e do acompanhamento do programa. Sem estrutura, torna a parceria com as secretarias de agricultura dos municípios muito importante. Um restaurante com meta de 500 refeições por dia tem às vezes um cardápio que não conversa com a agricultura, com a produção local. Isso gera debates dentro da SEDES. O problema não está único e exclusivamente nos produtores e nos agricultores que não produzem. A SASAN se esforça para regionalizar ao máximo o cardápio e exigir a compra da agricultura familiar local. Mas o acompanhamento e a fiscalização das políticas públicas precisam ser feitos pelos conselhos. O conselho estadual viajou esse ano inúmeras vezes para muitos municípios e tem feito esse debate dentro do Conselho Estadual. Os conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional também têm esse papel. O Estado avançou na adesão, criando espaços de discussão como os COMSEAs e CAISANs, promovendo a elaboração de planos e a realização das conferências, para ter organismos dentro do município que possam fiscalizar e monitorar a

política de SAN. E estão incluídos os restaurantes populares e a execução dos PAA, do PROCAF e de outros. Sua fiscalização cabe ao Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRUS, mas também ao Conselho Municipal de SAN, que pode levar uma denúncia ao CONSEA e para as Secretarias de Estado, SAF e SEDES. Só juntos vamos poder encontrar soluções.

Luís Fernando ainda lembrou da queixa do indígena Tremembé, que alertou sobre a dificuldade que indígenas e outros segmentos populares têm em conseguir seus documentos. Concordou que os espaços de tempo são as vezes exíguos para se inscrever quando o edital sai. É importante prevenir. Para indígenas e quilombolas existem algumas exceções em programas de aquisição de alimentos e outros programas que são inerentes a esta população, que são as populações mais vulneráveis.

Instigado por uma pergunta da plenária, explicou novamente de que forma funciona o Banco de Alimentos. Ele funciona dentro da CEASA. Junto aos comércios acontece a captação de alimentos para doação. O Banco de Alimentos tem parceiros que entregam produtos. Agora mesmo, recebeu 5 mil cestas de um empresário que veio fazer uma compensação social aqui e escolheu o Maranhão. Entendeu que o Banco de Alimentos em São Luís trabalha de forma democrática e atende a mais de 110 instituições associativas na Ilha. Estas cestas não são compradas, são doação. O Banco não dispõe de recursos para comprar, nem da agricultura familiar, nem de ninguém. Só opera através de doações. Faz aproveitamento dos produtos ainda em condição de consumo humano após triagem, lavagem, higienização e tratamento. Assim, o Banco combate desperdício de alimentos.

Anualmente, toneladas de alimentos são jogadas fora, desde o processo da produção até da comercialização e do manuseio. Muita coisa vai para o lixo, quando ainda pode ser aproveitado. O Banco de Alimentos é uma experiência que deu certo para combater este desperdício. Além do equipamento do Estado, na CEASA, ainda tem um banco de alimentos em imperatriz, o primeiro no Maranhão e que contou com investimento do Ministério das Cidades. Em cidades que tem mais de 100 mil habitantes e que tem centrais de abastecimento, há condições - volume de produtos - para a instalação de um Banco de Alimentos.

Neste momento, Concita agradeceu os técnicos da SAF e da SEDES e encerrou a primeira mesa e o debate subsequente. Ainda esclareceu a presença na mesa de Darlúcia, conselheira suplente e representante do Fórum maranhense de SAN e cuja função era de relatar este momento.

B) SEDIHPOP, SES, SETRES, SEIR, SEMA, SEDUC e CONAB

Encerrado o debate da primeira mesa, o conselheiro estadual Arivaldo Júnior, representante do MNPR, assumiu a coordenação da próxima mesa. Decidiu-se de chamar de uma vez só todas as demais secretarias da CAISAN presentes, por causa da pressão do tempo. Arivaldo chamou, então, a SEDIHPOP, a SES, a SETRES, SEIR, SEMA, SEDUC e a CONAB.



Figura 7 - Mesa de representantes das secretarias da CAISAN

Após ter feito a sua autodescrição para as pessoas com baixa visão e pedir que as demais pessoas fizessem o mesmo, Júnior passou o microfone para Leudimar Carvalho Soares Filho, conselheiro estadual e representante da Secretaria Estadual de Saúde – SES.

Como foi solicitado, Leudimar focava sua apresentação nos resultados obtidos nos anos 2024-2025 quanto à execução das ações de saúde do III Plano Estadual de SAN. Iniciou com uma breve contextualização. A insegurança alimentar e nutricional – INSAN, se origina de vários fatores como o desemprego, as mudanças climáticas, o preço dos alimentos, a falta de saneamento básico, como nós estamos expondo às nossas crianças as telas, acesso a alimentos que não são saudáveis. A última pesquisa do inquérito de SAN do Brasil mostra o Maranhão ainda se encontra com mais de 63% de segurança alimentar e nacional no seu território. As ações da saúde focam, direto ou indiretamente, o enfrentamento desta situação. Diferente de outras secretarias, a saúde trabalha na qualificação da assistência prestada à população relacionada à SAN. A INSAN pode acompanhar outras carências

de saúde, como baixa estatura, magreza, sobrepeso e doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e outras. É bem possível, por exemplo, ter uma pessoa com baixa estatura e obesidade ao mesmo tempo. Magreza pode ter doença como causa ou ser sintoma de desnutrição ou doença cardiovascular. Pode haver um adulto com obesidade, mas com anemia. A saúde foca suas ações no controle da obesidade, acompanhamento das doenças crônicas, das carências nutricionais etc.

Globalmente, cerca de 40 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 18 anos apresentaram sobrepeso ou obesidade, conforme dados da OMS de 2020. Os dados do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), coletados em atendimentos na Atenção Primária em Saúde (APS) para o Brasil e o Maranhão em 2023, dão os seguintes perfis: crianças menores de 5 anos com obesidade: 24.168 (7,06% do total); com sobrepeso: 26.001 (7,6%); com magreza e magreza extrema: 34.702 (10,14%). Os números correspondentes para o Brasil são: com obesidade 422.853 (5,81%); com sobrepeso 572.146 (7,86%) e com magreza ou magreza extrema: 401.861 (5,52). Os dados para a faixa etária de crianças entre 5 e 10 anos são ainda mais alarmantes: no Maranhão, com obesidade 32.998 crianças (10,31%); com sobrepeso 40.020 (12,5%) e com magreza ou magreza extrema 26.794 (8,37%). No Brasil, o SISVAN apresenta os seguintes dados: com obesidade 294.081 crianças (14,36%); com sobrepeso 888.967 (14,96%) e com magreza e extrema magreza 307.986 (5,18% deste universo). As crianças menores de 5 anos é o grupo mais vulnerável à desnutrição, à carência nutricional e a outros agravos nutricionais. No Maranhão o percentual de crianças na condição de magreza, e magreza acentuada é muito alto, quase o dobro da média nacional. A população infantil entre de 5 a 10 anos, também apresenta uma proporção elevada de obesidade, sobrepeso, magreza acentuada. Se as políticas não conversarem, não estiverem alinhadas – saúde com educação, com agricultura e demais setores, não se consegue combater esse problema.

Em relação ao consumo alimentar, o SISVAN em 2023 constatou que no Maranhão, 74% das crianças menores de 2 a 4 anos já consumiam algum produto ultraprocessado. São aqueles produtos aos quais a indústria alimentar adiciona conservantes, edulcorantes, muitas substâncias químicas artificiais, que são feitas em laboratório. Não se sabe ainda como serão, ao longo do tempo de consumo, os efeitos colaterais que causarão no organismo humano. Os dados do levantamento são os seguintes: para crianças de 2 a 4 anos: Na capital São Luís, 71,8% (2.007 crianças atendidas) já consumiram produtos ultraprocessados; no Estado do Maranhão todo foram 74% das crianças atendidas (15.465). Os percentuais são respectivamente para o Nordeste 70% (114.719 atendidas na APS) e para o Brasil 81% (405.156 crianças atendidas). Os números para crianças entre 5 e 9 anos são mais altos ainda: São Luís 74,22% (4.057 crianças); no Maranhão 77% (23.032 crianças); no Nordeste 84% (168.258 crianças) e no Brasil 85% (627.852 crianças).

Há múltiplas formas de má nutrição e INSAN coexistindo simultaneamente, o que obriga o gestor público de oportunizar ações integradas entre os programas de

alimentação e nutrição para melhorar o cuidado e a cobertura com programas como Saúde de Ferro, NutriSUS, PBF, Maranhão Livre da Fome, Amamento e Alimenta Brasil, Vitamina Mais e outros. Sem uma política de abastecimento com alimentos saudáveis ou de assistência alimentar em saúde, pode se prever um número crescente de adultos com problemas de saúde relacionados à sua cultura alimentar. O que se pretende na saúde é ter um acompanhamento alimentar e nutricional nas unidades básicas de saúde como de aleitamento materno. Beneficiários de Programas como Bolsa Família e do Maranhão Livre da Fome, que são da Assistência Social, devem ter seu acompanhamento garantido pelos serviços de saúde.

Os indicadores de Alimentação e Nutrição que orientam as ações são: suplementação com micronutrientes (sulfato ferroso, vitamina A); aumento do acompanhamento do estado nutricional das pessoas (peso e comprimento/estatura); garantia e registro do atendimento individual pela condição ou problema avaliado em torno de obesidade e desnutrição; aumentar a utilização de marcadores de consumo alimentar na APS; garantia do cuidado na UBS do beneficiário do PBF, especialmente crianças menores de 7 anos e gestantes; rastreamento de risco de INSAN através da TRIA, triagem feita para identificar se aquela família está ou não em risco de insegurança alimentar e adicional.

Leudimar apresentou em seguida as planilhas do eixo estratégico da Política de Saúde, que é a promoção e vigilância nutricional de grupos vulneráveis. A Ação Orçamentária 0597 que trata da Atenção Primária e Vigilância em Saúde tem várias ações executadas, principalmente no apoio técnico aos municípios para a prevenção e o controle da má nutrição. Já foram atingidos 99 dos 217 municípios com alta proporção de crianças desnutridas. A linha de cuidado do sobrepeso e obesidade foi implantada em 2024 em 5 municípios. A Linha de cuidado é a organização do sistema, desde a entrada do paciente na atenção primária até na alta complexidade, caso o paciente precise de cirurgia bariátrica.

A terceira ação foi a realização de campanhas estaduais de alimentação adequada e saudável. A ação é realizada nas escolas. Foram realizadas duas campanhas que atingiram os 217 municípios. Foi elaborado o primeiro relatório situacional dos programas e das condições de alimentação e nutrição, com a participação de gestores e profissionais de atenção primária. É um instrumento de gestão que serve como um diagnóstico de cada município. A partir deste relatório, o gestor dispõe de dados consolidados sobre a situação nutricional em cada município e as coberturas do PBF, dos diversos programas de suplementação, etc. Foram elaborados pela SES materiais instrutivos para profissionais da saúde e para a população em geral e profissionais de saúde sobre alimentação e nutrição: folders, manuais, cartazes, cartilhas, notas técnicas. 19 mil dos 30 mil exemplares (unidades impressas) já foram produzidos e distribuídos.

Duas campanhas estaduais de doação de leite humano e arrecadação de frascos foram programadas no Plano. O aleitamento materno é o primeiro ato de segurança

alimentar adicional. Quando a criança é amamentada exclusivamente até os seis meses, é você garantir o direito que ela tem de segurança alimentar adicional. As duas campanhas já foram realizadas no mês de maio e o Agosto Dourado, outra campanha alusiva ao aleitamento materno. O Comitê Estadual de Aleitamento Materno está em processo de reestruturação. Este Comitê é formado por várias entidades e é uma ação prevista no Plano.

A SES apoia o credenciamento de maternidade na iniciativa Hospital Amigo da Criança. Este selo significa o reconhecimento internacional da qualidade dos serviços prestados pela Maternidade. O aleitamento materno figura entre os critérios para o recebimento do selo (os dez passos certos do aleitamento materno). Evita o uso de fórmulas lactoses na alimentação dos recém-nascidos, trabalha a não utilização de bicos, mamadeiras, chupetas e o incentivo ao aleitamento materno e todas as práticas da amamentação. De 2024 a 2025 o Estado conseguiu mais duas maternidades credenciadas. Pode parecer pouco, mas se trata de um processo longo, demorado, moroso. De 2019 até hoje, o Estado conseguiu credenciar nove maternidades. Ter duas maternidades a mais credenciadas em dois anos significa um ganho muito grande para o Maranhão.

As seis salas de apoio à amamentação planejadas no Plano estão em fase de implantação e está previsto a construção de um banco de leite de Timon. Existem quatro bancos de leite no Estado, dois em São Luís, um em Imperatriz e um no município de Caxias. Em breve, terá mais este banco de leite de Timon. Os dados da assistência farmacêutica, trazidos pela SES estavam relacionados à distribuição de leite especial. Diferente do programa do leite da SEDES, a saúde trabalha com a distribuição de leite especial para casos de intolerâncias e alergias alimentares. Em 2024, foram atendidas mais de 11.434 crianças com esse tipo de fórmula, mensalmente. Em 2025, até o presente momento, foram atendidas mais de 2.300 crianças.

Leudimar encerrou sua apresentação com fotos de diversas atividades realizadas, que ilustravam de forma visual a realização das ações previstas no III PLANESAN pela SES.

O coordenador da mesa agradeceu ao Leudimar e logo passou a palavra à Secretaria Estadual de Igualdade Racial – SEIR, Iracema de Jesus Amorim.

A técnica iniciou sua explanação, lembrando a missão da Secretaria: Articular, coordenar e monitorar a implementação da política de promoção de igualdade racial e ações afirmativas, visando o combate ao racismo e manifestações correlatas para garantia de direitos da população negra e dos povos e comunidades tradicionais do Maranhão. A SEIR foi criada em 2007, no governo de Jackson Lago. Mas há perspectiva de mudanças nesta missão, que não será mais apenas de articulação, mas também de execução de políticas. Apresentou a nova estrutura organizativa da SEIR, que deixa de ser secretaria extraordinária. O seu organograma ainda poderá sofrer modificações. A medida provisória nº 517, de 13 de novembro de

2025 a transformou em secretaria ordinária – Secretaria de Estado de Igualdade Racial.

Apontou em seguida os principais avanços obtidos: a criação da Delegacia de Combate aos Crimes de Racismo, delitos de Intolerância e Conflitos Agrários; e aquisição de motocicletas para as gestões municipais de PIR. A aprovação da Lei 35.153 de 04 de setembro de 2019, que declara patrimônio cultural e imaterial do Estado do Maranhão a área do antigo Terreiro do Egito, localizado na comunidade Cajueiro, zona rural de São Luís, próximo ao Porto do Itaqui. A instalação do Centro de Iniciação ao Trabalho (CIT) no quilombo urbano da Liberdade. A aprovação do Estatuto Estadual de Igualdade Racial. A criação da Força Estadual de Saúde em comunidades quilombolas - FESMA Quilombola. O Programa Agentes de Desenvolvimento Rural Quilombola - ADRQ. Entrega de motores para canoas de pesca artesanal para 62 comunidades rurais quilombolas de 18 municípios com 100 motores. A certificação estadual de Comunidades Quilombolas. O mapeamento de Terreiros. A entrega da Casa de Negro Cosme, localizada no Centro de São Luís, sede da SEIR, que conta com espaço para a realização de exposição de eventos (Espaço Gerô), integrado com a Praça da Liberdade com esculturas de personalidades negras do Maranhão. A articulação e acompanhamento da FESMA Quilombola e o Banho de Axé.

A SEIR enumerou ainda as principais ações realizadas em 2024 e 2025.

No ano de 2024 foram as seguintes ações:

- Tratativas para o reconhecimento do antigo Terreiro do Egito, localizado na comunidade do Cajueiro como patrimônio cultural do Estado e do país. Bem como seu tombamento como espaço de memória da ancestralidade. (SEIR, SECMA, SEDUC, IPHAN).
- Participação em reuniões para tratar da duplicação do trecho 02 da BR 135, que compreende o trecho entre os municípios de Santa Rita e Miranda, com intuito de avaliar os impactos sobre as comunidades quilombolas ali localizados.
- Ampliação do projeto “Justiça para Todos” para comunidades quilombolas do MA, de forma a viabilizar o acesso à justiça. (SEIR/CGE).
- Articulação com a REAFRO para desenvolvimento da psicultura nos territórios quilombolas localizados no litoral e baixada maranhense.
- Articulação com a REAFRO para desenvolvimento da psicultura nos territórios quilombolas localizados no litoral e baixada maranhense.
- Entrega dos kits de equipamentos para a promoção das políticas de Igualdade racial de apoio à infraestrutura ao funcionamento dos órgãos de PIR, nos municípios do Estado do Maranhão. 5ª Edição do Banho de Axé. Uma atividade

ritualística que banha toda a Beira Mar para abertura de caminhos e boas festas de Carnaval (SEIR/SECMA e lideranças de terreiro e matriz africana).

- Evento Tributo a Gerô e criação do Espaço Cultural Gerô na Casa de Negro Cosme, atual sede da SEIR.
- Participação no processo para lançamento do 1º Termo de Execução Descentralizada entre Ministério de Igualdade Racial - MIR e Instituto Federal do Maranhão - IFMA, para fortalecimento dos sistemas produtivos de comunidades quilombolas em Alcântara/MA.
- Seminário de Políticas de Promoção de Igualdade Racial - GT de Alcântara com o objetivo de promover medidas intersetoriais para a garantia dos direitos das comunidades remanescentes de Quilombos de Alcântara - MA.
- Ação de mobilização, articulação e apoio logístico para a realização do Projeto Vida Alcântara, com a participação de todos os órgãos do Estado.

Participação no Seminário de Inclusão produtiva do Maranhão Quilombola e assinatura dos acordos de cooperação técnica com os municípios contemplados pelo programa ADRQ.

- Projeto “Viva Mais Cidadania” para execução no Município de Alcântara: PROEC/UFMA. Objetivo: Promover a educação em direitos humanos para pessoas idosas, com foco na Prevenção de violações e na construção de uma cultura de respeito e dignidade; incentivar a Pesquisa e a produção de conhecimento sobre o envelhecimento populacional, com vistas à Formulação de políticas públicas eficazes.
- Escuta para a construção da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. (Itapecuru-Mirim, São Mateus, Pirapemas, Imperatriz, Raposa, Codó, Matões, Serrano do Maranhão, Cururupu, Miranda do Norte, Pindaré-Mirim, Paço do Lumiar e São Luís).
- Seminário “Tilápia Quilombola” realizado no município de Mirinzal, contou com a participação de mais de 200 lideranças entre elas prefeitos e vereadores dos onze municípios da região dos guarás, assim como secretários estaduais.

No ano de 2025 foram relatadas as seguintes ações:

- Seminário Estadual de Gestores e Gestoras de Promoção da Igualdade Racial.
- Lançamento do Edital para segunda etapa do Programa Agentes de desenvolvimento Rural Quilombola - ADRQ.
- 21 municípios do Estado do Maranhão aderiram ao SINAPIR (Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial).
 - Articulação e Acompanhamento das ações da FESMA QUILOMBOLA nos municípios do Estado, que atendeu mais de 300 comunidades quilombolas, de 59 municípios.
- Participação e articulação para a realização de Conferências Municipais de Promoção da Igualdade Racial em 41 municípios.
- Realização da 5ª COEPIR - Conferência Estadual de Igualdade Racial, com tema "Igualdade e Democracia: Reparação e Justiça Racial" em 21 e 22 de agosto de 2025.
- Realização de 05 Conferências Regionais de Promoção da Igualdade Racial: sediada dos municípios de Pinheiro, Viana, Codó, Itapecuru-Mirim e São Luís.
- Realização do Encontro das Rotas Quilombolas e instalação do Fórum de Gestores de Igualdade Racial (Rotas Quilombolas dos Cocais, Baixada Maranhense, Campos e Lagos, Médio Mearim e Baixo Parnaíba).
- Entrega do Selo Quilombos do Maranhão para empreendedores quilombolas. 47 comunidades quilombolas receberam a Certificação Estadual de Comunidades Quilombolas de 16 municípios.
- Construção e elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.
- Todo Dia é Dia de Negro Cosme, evento em alusão ao dia de Negro Cosme (17 de setembro). Lançamento da Campanha Racismo não é brincadeira... é crime!
- Publicação de Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PLANEPIR 2025/2035).
- Realização do novembro Negro 2025

Depois da fala da representante da SEIR, o coordenador passou a palavra para Ricardo Costa Gonçalves, conselheiro estadual, representando a Secretaria Estadual de Trabalho, Renda e Economia Solidária, tendo como suplente Rosemeire Rabelo Moreira.

Geração de emprego e renda tem uma interface com a segurança alimentar. Estão vinculados, devem dialogar um com o outro. A SETRES tem ações, dentro da primeira diretriz do Plano, que é assim formulada: "Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, priorizando famílias do CADUNICO, assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais". As ações implementadas foram:

1. Economia Solidária: Fábricas de Vassouras, Centro de Triagem e Reciclagem, apoios aos empreendimentos.

Na primeira ação, a SETRES desenvolveu uma atividade dentro da economia solidária, com os trabalhadores de resíduos sólidos, com cooperativas e associações. A Ação Orçamentária "Fomento para Organização e Desenvolvimento de Catadores em Grupos Atuantes com Resíduos Sólidos" programou trabalhar com 40 fábrica de vassouras, beneficiando catadores de materiais recicláveis. As fábricas são instalações simples, para confecção manual. Foram capacitados 480 catadores de associações dos seguintes municípios: da região de São Luís, da região Tocantina, da região Sul e demais regiões. Ricardo listou todos os municípios atingidos: São Luís, São José de Ribamar, Itapecuru Mirim, Miranda do Norte, Vagem Grande, São Bernardo, Coelho Neto, Chapadinha, Paulinho Neves, Araióses, Tutoia, Barreirinhas, Codó, Coroatá, Caxias, Grajaú, Barra do Corda, Porto Franco, Balsas, Imperatriz, Buriticupu, Açailândia, Pinheiro, Bacabal, Viana, Santa Luzia, Santa Inês, Zé Doca, Presidente Dutra, Colinas, Governador Nunes Freire, Lima Campos, Colinas, Alcântara, Cururupu, Timbiras, Monção e Mata Roma. Além das cooperativas, as associações de Catadores e Recicladores, foram incluídas integrantes do Centro Dialético dos Pais e Amigos dos Especiais e de comunidades tradicionais, no caso a Associação dos Remanescentes de Quilombo da Liberdade, onde o trabalho foi realizado em parceria com a SEIR.

Outra ação objetivou a instalação de Centros de Triagem e Reciclagem para viabilizar a coleta seletiva, transporte, triagem e armazenamento de resíduos. A SETRES desenvolveu cinco projetos para o novo PAC. Esses cinco projetos equivaliam a 45 milhões de reais nesse período. Conseguiu-se instalar Centros de Triagem e Reciclagem em 11 municípios: Açailândia, Bacabal, Balsas, Barreirinhas, Buriticupu, Caxias, Chapadinha, Codó, Pinheiro, Santa Inês e Tutóia. Esses centros terão equipamentos de primeira linha, inclusive energia solar. Contarão com balanças e demais equipamentos que precisam. Os Centros serão operados pelas próprias organizações e beneficiarão diretamente 693 famílias e indiretamente mais de um milhão de moradores. Serão aplicados R\$ 25,52 milhões na construção desses centros. A construção estará a cargo da SEGOV, (Secretaria de Governo)

a previsão é de que o primeiro Centro seja inaugurado no mês de março em Barreirinhas.

Na economia solidária foram executadas ainda algumas ações em apoio a empreendimentos de comercialização de seus produtos em mercados, feiras e eventos: no Arraial do IPEM (apoio a 10 empreendimentos), da EXPOEMA 2025 (apoio a 20 empreendimentos). Foi realizado o primeiro Encontro Maranhense de Economia Solidária, para o qual foram mobilizados 130 empreendimentos da Economia Solidária (EES). E recentemente a SETRES participou da FEMAF e da Feira Nordestina, que aconteceu ali na Lagoa da Jansen e onde foi realizado o Festival da Farinha. Houve ainda participação em eventos nacionais, notadamente no Festival Nordestino 2025, em Salvador, para onde foram levados 30 empreendimentos da economia solidária e empreendimento de cultura do nosso Estado. Também participou da Conferência Nacional da Economia Solidária em Brasília.

2. Intermediação de Mão de Obra.

Esta ação tem por objetivo assistir trabalhadores na busca de emprego, através do SINE (Sistema Nacional de Intermediação de Mão de Obra). Em 2025, houve 9.847 novos cadastros e 15.606 novos para entrevistas de emprego. 3.114 contratos foram efetivados. O número de encaminhamentos supera o de novos inscritos porque o banco de dados histórico foi atualizado.

4.056 vagas foram captadas e preenchidas 76% delas, o que demonstra credibilidade junto às empresas e uma alta eficiência. A distribuição da mão de obra em municípios apresenta o seguinte top-5: São Luís (1.288); Imperatriz (576); Bacabal (244); Balsas (163) e Codó (138).

Existem no Maranhão 19 postos do SINE, dos quais quatro diretamente coordenados pelo Estado e 15 em corresponsabilidade. O que mais atrapalha é a falta de qualificação dos trabalhadores, cujo perfil não responde à demanda das empresas.

3. Seguro Desemprego.

Foram atendidos em 2025, 14.570 requerimentos de Seguro Desemprego, que deve garantir renda temporária a trabalhadores em busca de recolocação no mercado. Foram beneficiados 11.801 trabalhadores. É de responsabilidade do Ministério do Trabalho e a superintendência do trabalho, que tem capacitado constantemente a equipe a SETRES. O ranking dos municípios com seguro desemprego concedido é: São Luís (4.850); Balsas (2.398 – o que reflete a alta rotatividade do setor produtivo local); Açailândia (1.359) e Imperatriz (1.122).

4. Projeto Superar.

O objetivo é preparar jovens vulneráveis para o Programa Nacional de Aprendizagem (para jovens de 14 a 17 anos). Foram atendidos 663 adolescentes em 30 municípios. Esta ação é desenvolvida em parceria com a FUNAC e para jovens do sistema socioeducativo, mas também de egressos do trabalho infante e da população LGBTQIAPN+. As pessoas incluídas neste programa recebem uma bolsa de R\$ 300,00 e são capacitadas na informática básica e no desenvolvimento de habilidades e atitudes (Soft Skills).

5. Trabalho Jovem.

Uma outra ação trata da promoção do trabalho jovem. Objetivo é a inserção da juventude no mercado de trabalho (auxílio à contratação). Os editais resultaram 3.500 jovens entre 17 e 22 anos, que foram colocados em 560 empresas ativas. Em Carolina, Estreito e Porto Franco foram colocados 325 jovens em 151 empresas ativas. No cadastro de empresas foram alcançadas 1.200 empresas em 128 municípios.

6. Agência de Fomento.

O Estado está implantando uma agência de fomento, para concessão de microcrédito produtivo orientado através de um Banco de desenvolvimento social. É uma decisão do governador para que o Estado possa financiar os microempreendedores e a economia solidária. O processo da implantação da Agência está em andamento. Já foi feita a licitação da empresa consultora, a Cextos Soluções e houve reuniões com o Banco Central, que orienta todo esse processo.

Já foram entregues alguns produtos, como: uma minuta de lei, o Estatuto, o organograma e o regimento interno da agência. No dia 11 de dezembro está prevista uma reunião de trabalho com o governador e sua equipe da Casa Civil, para dar os devidos encaminhamentos.

7. Qualificação Profissional.

A SETRES promove cursos de Qualificação Profissional e Cidadania. Foco é a Inclusão Social, proporcionar oportunidade para quem mais precisa. A ação abrange 26 municípios, com 55 turmas de alunos a quem alcançar 809 trabalhadores. O público alvo são pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, em situação de rua, pessoas idosas, indígenas, quilombolas, mulheres e pessoas negras.

8. Residência Profissional.

O programa Residência Profissional é um programa inovador. Seu objetivo é preparar, qualificar e garantir a permanência dos talentos locais nas indústrias maranhenses. Sua abrangência atinge as duas regiões mais industrializadas (Metropolitana de São Luís e região tocantina). 48 residentes são colocados em 16 empresas para aperfeiçoamento profissional. Trata-se de profissões como: Graduados em Engenharia Civil, Elétrica, Computação, Mecânica, Metalúrgica, Florestal, Ambiental, Química, de Produção e Aeroespacial, Graduados em Administração, Economia, Contabilidade e Recursos Humanos.

O público são estudantes recém-formados – até três anos de formação - das áreas de educação, engenharia e das áreas de ciências sociais aplicadas. Foram realizadas com a FIEMA, solicitando que fizesse um levantamento sobre quais eram os profissionais que realmente essas empresas precisavam. A partir dessa relação com a FIEMA, foi montado o programa e, a partir disso, estão sendo atendidos os 50 jovens que ingressaram imediatamente no programa e mais 50 que estão no banco de reserva. O programa iniciou há três meses e justamente hoje, uma equipe da SETRES está fazendo a supervisão em uma parceria com a FAPEMA, FIEMA, UEMA-SUL UEMA e UFMA. No próximo ano, há previsão de expandir também para as universidades particulares. Cada residente desse recebe uma bolsa de R\$ 2.500, plano de saúde, ticket de alimentação, vale transporte e seguro de vida. É esse a contrapartida das empresas e o compromisso das empresas de contratá-los após os trabalhadores terem completado a residência de um ano.

Mesmo havendo mais alguns slides e informações, por causa do avançado do tempo, o coordenador solicitou o encerramento da apresentação de Ricardo. O agradeceu e chamou a próxima secretária para fazer a sua apresentação. Pela SEDIHPOP se apresentou a conselheira estadual de SAN, Kelly dos Santos Araújo, Secretária Adjunta de Promoção do IDH da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular.

A secretária-adjunta mencionou o processo de Orçamento Participativo como a provavelmente mais conhecida ação da Secretaria, que completou 10 anos em 2025. Teve várias propostas vinculadas à Segurança Alimentar e Nutricional, entre elas a ampliação dos Restaurantes Universitários e os Populares. Quanto ao III Plano Estadual de SAN, a Secretaria tinha algumas atribuições.

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) é um órgão que formula, articula e implementa políticas públicas voltadas para a promoção, defesa e proteção de uma cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, promovendo sua transversalidade em outros órgãos públicos, com a participação da sociedade civil. A Secretaria é promotora do diálogo com os diferentes segmentos da sociedade com as diferentes secretarias. Tudo envolve os Direitos Humanos: acesso à moradia, à alimentação de qualidade, a segurança etc. A Secretaria de Agricultura Familiar falou sobre o PAGES, Projeto Amazônico

de Gestão Sustentável. Esse programa é muito importante porque ele traz diferentes perspectivas sobre a população que vive na Amazônia Maranhense, sobretudo nos mais de 30 municípios que a compõem. Dentro da construção do PAGES, está contemplado um trabalho direto junto aos Povos.

O PGIS Indígena (Projetos de Gestão integrada e sustentável) dentro do PAGES, contempla diretamente territórios indígenas. A SEDIHPOP acompanha a Casa de Farinha, na terra indígena Caru, que fica no município de Bom Jardim. Essa ação é realizada de forma conjunta com a equipe do PAGES. É importante compreender porque ainda não foi executado, mesmo que o projeto esteja em vigência desde 2022/2023. Para que o empreendimento, uma ação governamental, seja implantada em um território tradicional, é preciso realizar consultas livres, prévias e informadas. No caso da terra indígena Caru, foi feita a consulta livre e a população estabeleceu como prioridade a Casa de Farinha e o projeto de artesanato e os dois previstos para o ano que vem. Em outros Territórios Indígenas devem ser realizadas outras consultas, por exemplo na terra indígena Araribóia. Os conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional e os conselhos municipais de economia solidária podem estar acompanhando as equipes do governo do Estado para auxiliar nesse processo de realização dessas consultas nos territórios indígenas.

No município de Itapecuru-Mirim, através de cooperação com a UNICQUITA, foi instalado um Sistema PAIS em Santa Rosa dos Pretos. Paralelamente são realizadas oficinas sobre boas práticas em agroecologia, fortalecendo a produção sustentável e a preservação dos saberes tradicionais dessas comunidades. Este projeto é acompanhado pelo núcleo de comunicação comunitária. O projeto surgiu através de uma cooperação com a Embaixada da Austrália e a UNICQUITA, no valor de 200 mil reais, onde se conseguiu instalar um sistema PAIS. Foram comprados os equipamentos para a sede da UNICQUITA e criado um eixo de educação midiática para os jovens.

O que é mais interessante nesse projeto que vem sendo desenvolvendo desde 2023, em Santa Rosa dos Pretos. Foram realizadas oficinas sob boas práticas em agroecologia, o que fortalece a produção sustentável e a preservação dos saberes tradicionais. É importante reforçar que, nesse núcleo de comunicação comunitária, quem conduz todo o eixo de quilombo agroecológico são as mulheres quilombolas. É uma coisa impressionante. Elas têm um grupo chamado "Elas que fazem". Mulheres que fazem produtos para toda a região próxima de Itapecuru Mirim, para os quilombos. Em menos de um ano de projeto, elas já estão comercializando para o PAA. por conta própria e já expandiram o tamanho dos aviários, dos galinheiros. Saíram de um aviário, hoje são três, tudo encabeçado por essas mulheres idosas e mães. A garantia da renda é também exercício de segurança alimentar e nutricional. As crianças quilombolas estão tendo a oportunidade de comer refeições saudáveis pela produção das próprias mulheres quilombolas, pela produção das suas mães e suas avós.

O sisteminha é uma estrutura composta por galinheiro ao centro, com horta ao redor, abastecidos por um sistema de irrigação por gotejamento. Isso contribuirá para elevar as oportunidades de geração de trabalho e renda sob princípios sustentáveis e diversificação dos alimentos. Ele é em formato de espiral, como se fosse um caracol. Ao redor dele hortifrutis do galinheiro, algumas mulheres produzem maracujá, a cebolinha e vários outros tipos de culturas. É um sistema que é diferenciado, porque você consegue produzir várias culturas alimentares diferentes. Ou seja, numa carreirinha eu faço cheiro verde, mas na segunda carreirinha eu posso fazer o maracujá. E no meio é opcional. Eu posso colocar um galinheiro, um aviário, ou eu posso trabalhar com peixes, com piscicultura. Em Itapecuru Mirim, as mulheres trabalham com as galinhas. São as galinhas da Graciane Barbosa, porque são galinhas enormes. E tudo produzido de forma saudável e agroecológica. É um trabalho conjunto, de tecnologia ancestral dos quilombos, a prática da alimentação com o conhecimento técnico da equipe da Secretaria.

Por último, Kelly ainda falou do Fomento Mulher, mais uma iniciativa da SEDIHPOP. O programa de crédito visa fortalecer a autonomia e a geração de renda de mulheres assentadas no Maranhão, por meio de investimentos em projetos produtivos. A Secretaria tem parceria com o INCRA para a concessão desse financiamento no valor de R\$ 8 mil por mulher assentada e produtora. Mais de 20 municípios estão sendo contemplados na primeira fase do Programa. Este programa é trabalhando desde julho. Uma mulher assentada em Buriticupu, por exemplo, tem uma pequena horta. Tinha necessidade de ampliar aquela horta e através do Fomento Mulher, no valor de R\$ 8 mil, em parcela única, ela conseguiu expandir seu negócio dentro do território. No último levantamento, foi demonstrado que o programa já está em 40 municípios com mais de 1.500 mulheres que serão beneficiadas. Irá gerar uma economia em torno de 12, 13 milhões de reais. Não tem faixa etária. Qualquer mulher que esteja devidamente cadastrada como assentada ou quilombola com registro publicado pode solicitar o apoio inicial.

O programa Fomento Mulher tem a ver com segurança alimentar e nutricional. Grande parte dos projetos se dedica à criação de galinhas, de porcos, de cultivo de pomares e hortas. Estão sendo realizados diálogos com as prefeituras, para que comprem os produtos comercializados pelas executoras do Fomento Mulher. As mulheres têm um prazo de até três anos para devolver para o governo 800 reais, só 10% do que foi investido pelo programa. Distribuir os produtos em escolas, em CRAS e CRES demarca o compromisso com a segurança alimentar e nutricional.

Finalizando, a secretária adjunta apresentou ainda alguns produtos da SEDIHPOP. O primeiro é o relatório de Gestão de 2025. A Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade, porque a SEDIHPOP dialoga com os territórios em conflito, que estão suscetíveis a passar violações, inclusive a nível de alimentação. O Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV) conta com o apoio de psicólogos, advogados e também assistentes sociais. A Ouvidoria dos Direitos Humanos, de Igualdade Racial e Juventudes pode ser acessada por quem necessitar. O Cadastro

Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais é outra ferramenta importante da SEDIHPOP, onde se consegue garantir que as comunidades sejam ouvidas em qualquer tipo de empreendimento, seja particular, seja público. E finalmente, tem o Núcleo de Proteção a Pessoas Ameaçadas (NPPA).

Em nome da secretária Lília Raquel colocou mais uma vez a SEDIHPOP à disposição para dialogar sobre os direitos humanos para todas as pessoas, inclusive o DHAA.

Representando a Secretaria Estadual do Meio Ambiente falaram, a seguir, Isabel Camisão, analista ambiental que trabalha com a educação ambiental e Leonardo Viana, superintendente de Recursos Hídricos. A SEMA executa a política de meio ambiente do Estado com um leque muito grande de ações que não se relacionam com a SAN.

No III PLANESAN havia algumas ações relacionadas à educação ambiental, porque não é possível falar de segurança alimentar sem discutir o meio ambiente, considerando consumo sustentável e combate ao desperdício de alimentos. A educação ambiental é extremamente importante para conseguir uma mudança de comportamento. Existe uma vasta legislação ambiental, tanto no Brasil, quanto no Estado que trata sobre a educação ambiental enquanto política pública. O Plano estadual de educação ambiental foi criado em 2018 e traz dentro das suas temáticas assuntos importantes para a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos e combate ao desmatamento e queimadas, o destino dos resíduos sólidos e a proteção das áreas e unidades de conservação. Tem relação com a SAN, por tratar de recursos hídricos adequados, importantes para a produção de alimentos, o que seria impossível com a proliferação de queimadas, com desmatamento e com a devastação da terra produtiva.

A educação ambiental não formal junto com a sociedade e a educação ambiental formal que está inserida nos currículos escolares pelas secretarias de educação do Estado e dos Municípios, contam com apoio da SEMA e constam no Plano SAN. Na época da COVID, a SEMA começou com um curso que está disponível na plataforma da UEMA. Ele ensina como construir um instrumento de gestão municipal de educação ambiental. O projeto começou em 2020 e já teve mais de 15.790 pessoas capacitadas. Só nesse ano, já há mais de mil pessoas que o fizeram.

Outro projeto que a SEMA lançou se chama Conexão Ambiental. Esse projeto apoiou os municípios a criarem seus planos municipais de educação ambiental. Foram 30 municípios apoiados num projeto de 6 milhões de reais. No total, foram 5.267 pessoas capacitadas no Conexão Ambiental. Foram contemplados com o projeto os municípios de Paço do Lumiar, Colinas, Pastos Bons, Balsas, Arame, Grajaú, Barra do Corda, Pindaré Mirim, Buriticupu, São Bento, Godofredo Viana, Itinga, Açailândia, Lago da Pedra, Itinga do Maranhão, Santa Luzia, Bacabal, Pedreiras, Santa Inês, Arari, Santa Rita, Rosário, Chapadinha, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Antônio dos Lopes, Coroatá, Codó, Presidente

Dutra e Timon. Há outras atividades de educação ambiental nesses municípios que a SEMA apoia, como criar campanhas educativas contra desmatamento e queimadas ou pela conservação dos recursos hídricos e proteção das unidades de conservação. Nos últimos anos foi dada atenção especial aos parques dos lençóis em Santo Amaro, em Primeira Cruz e Barreirinhas e na Área de Proteção Ambiental do Maracanã, incentivando a conservação de fontes e nascentes de rios.

A escola ambiental é outro projeto também de 2020, que não contempla somente a SEMA, mas também SEDUC, SETUR, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e a SEGOV. Essas várias instituições juntas formam a escola ambiental, que também é uma forma de fomentar a instrumentalização da educação ambiental no Maranhão. Esta Escola já ofereceu 16 capacitações com uma média de 40 pessoas por turma e um total de 654 pessoas em 2025.

A técnica apresentou ainda alguns dos cursos Conectando Raízes, Direitos dos Quilombolas, geração de produtos cartográficos, espécies ameaçadas de extinção no território meio norte, monitoramento hidrometeorológico para prevenção de desastres ambientais. Os impactos ambientais na nossa sociedade provocam uma educação ambiental mais insistente. Os desastres naturais crescem muito mais rápido do que as nossas tentativas de frear esses impactos. É uma competição meio desigual e as nossas políticas públicas não conseguem responder a tempo a esta nova realidade. A educação ambiental busca sensibilizar as pessoas para adotar uma forma de mudança de consciência e de comportamento. Não é tarefa fácil e por isso ela deve ser permanente, contínuo, com dedicação intensa.

Leonardo Viana também trouxe uma apresentação para expor sobre o link que existe entre a Segurança Alimentar e a Política de Recursos Hídricos. Ninguém consegue produzir sem água suficiente e de qualidade. Com as mudanças climáticas e as pressões ambientais que o nosso Estado vem sofrendo, tem cada vez menos água disponível.

A Superintendência de Recursos Hídricos vem trabalhando para garantir água para todo mundo. A SEMA tem executado, a gente tem um plano estadual de recursos hídricos, que foi formulado no ano de 2022. Tem apoiado iniciativas de criação de vários comitês de bacias hidrográficas. São instâncias deliberativas e consultivas. Trabalham diretamente com os municípios. A política de recursos hídricos é atribuição do ente estadual, mas o comitê de bacia hidrográfica é plural tem representantes da sociedade civil, de associações, do poder público e das universidades. Atualmente existem sete comitês instalados no Maranhão e mais três estão em formação.

A principal questão da segurança hídrica é sua imprevisibilidade. Instalamos uma sala de situação que monitora 24 horas as questões climáticas no nosso estado. Existem as estações pluviométricas, que medem tanto a quantidade como a qualidade de água passa pelos rios. Fazem coletas de informação sobre

as chuvas. Estas informações servem para prever quando vai chover, quais são os períodos de estiagem, para conhecer a vazão dos rios definir se aquele rio tem condições de fazer captação de água para consumo, etc. O programa Qualiágua da Secretaria faz a mensuração da qualidade físico-química e bacteriológica da água. Existem hoje 129 pontos de medição da qualidade da água no Maranhão. Antes só havia 50 pontos. Quando constatada alguma forma de contaminação, a SEMA toma as devidas providências.

Outra questão também que a SEMA tem se importante é do portal SIMA, que publiciza todas as informações sobre recursos hídricos no Maranhão. Informa sobre todas as outorgas, as autorizações de uso da água mediante bombas, para perfuração de poços nas propriedades particulares. Só pode ser feito com uma licença, uma outorga de captação de água. É como se controla a existência e os volumes de água e sua captura para uso. A utilização da água deve atender a critérios ecológicos, respeitando a vazão e a disponibilidade. Há diversos conflitos em torno de uso de recursos hídricos e a prioridade deve ser sempre o abastecimento humano e dessedentação animal. O Plano estadual de Recursos Hídricos está integrado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Maranhão 2030 e ao Plano Maranhão 2050. Sem a água, nenhum desenvolvimento econômico sobrevive, porque muitas indústrias, de alimentos, de bebidas e outros dependem da água.

A SEMA mantém um cadastro de usuários de água no programa. Poço Legal e Regularização de Pisciculturas. Esse programa foi implementado em 2023 com o objetivo de regularizar quem tem poço irregular na sua propriedade. Hoje, para poder perfurar um poço, as pessoas necessitam de uma autorização. A regularização evita a imposição de multas a quem têm poço ou usa a água irregularmente. Para um empreendedor ter acesso a crédito em banco, vai necessitar apresentar toda as licenças ambientais, inclusive no que concerne o uso de água. A água que está dentro da propriedade não pertence ao dono. A água é de todos.

Em períodos de chuvas intensas ou prolongadas, o SIMA mantém um sistema de alerta para a defesa civil, que avisa a população e se prepara para eventuais intervenções. E em épocas de estiagem alerta sobre incêndios florestais.

Um dos principais desafio da SEMA no monitoramento da água é a barragem do rio Flores, em Joselândia. A barragem é antiga e precisa de recursos para sua reforma e manutenção. Muitos produtores dependem dela. O governo tem a responsabilidade da justiça hídrica, da justiça climática e da segurança alimentar. As pessoas que mais poluem são as que mais devem pagar para enfrentar os desafios climáticos.

Depois da exposição da SEMA, o coordenador Ariovaldo passou a palavra para a conselheira Diana Messala Pinheiro da Silva Monteiro, da Secretaria Estadual de Educação. O principal programa que ia apresentar era o PNAE, programa

que garante o acesso regular e permanente à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, com valor nutricional adequado, respeitando a cultura alimentar e garantindo a saúde para as e os alunos/os das escolas estaduais. A Lei 11.947/2009 fundamenta o Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE. Todos os processos no Maranhão atendem às suas normas. A gestão do PNAE no Maranhão é descentralizada, escolarizada, inclusive nas escolas indígenas, que têm gestão semi-descentralizada.

O recurso do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o per capita destinado a cada aluno e a complementação que o Estado faz, devem ser usados ou através de uma licitação, ou mediante uso de cartão PNAE. A Supervisão de Alimentação Escolar – SUPAI, acompanha diretamente os gastos destes recursos. Os alunos recebem a alimentação durante os 200 dias letivos por ano e conforme cardápios elaborados na Secretaria e que tem como base a Resolução 06 de 08 de maio de 2020 do FNDE. Esta Resolução orienta alimentos ricos em micronutrientes, com base na faixa etária e na modalidade em que os alunos foram inscritos. O número de alunos matriculados nas escolas do Estado chega a 326.225. Esse número inclui tanto os alunos de um turno único, aos que estão em escolas integrais, indígenas ou quilombolas e de escolas da pedagogia da alternância, que passam 15 dias na escola e outros 15 no campo, na sua casa, ajudando na produção da agricultura familiar. Estes últimos recebem as três refeições na escola.

O FNDE repassou em 2025 R\$ 42.108.640,20 para atender aos 326.225 alunos inscritos em alguma modalidade. As escolas indígenas tem gestão semi-descentralizada porque há a preocupação com a logística do transporte, que é um complemento do Estado. Algumas escolas indígenas são escolas-mães, outras são escolas-filhas – são os anexos. Para estas últimas é preciso organizar toda uma logística para que os alimentos chegam em tempo e em boa qualidade.

Em 2025 surgiu um novo programa “Refeição de Verdade para Mentes Brilhantes”. Percebeu-se que algumas modalidades, que contavam com o aporte financeiro do FNDE e uma complementação do Estado (do tesouro estadual como as escolas em tempo integral) mantinham um padrão alimentar que os alunos regulares não conseguiam. Frente a isso, o governo do Estado decidiu complementar também os recursos para as escolas regulares e garantir refeições de verdade para este alunado. Também terão duas refeições diárias, como já recebem os alunos nas escolas integrais. Quando o aluno chega na escola, já recebe um lanche pela manhã e o almoço antes da saída ou já vai almoçar na escola, se seu turno começa a tarde e um lanche antes de sair pra casa.

O pessoal do EJA, que só vai à noite, também vai receber o jantar. Diana mostrou diversas fotografias do monitoramento que a SEDUC faz nas escolas.

O cardápio das refeições é cuidadosamente preparado pelos nutricionistas da SEDUC e enviado às escolas para eventuais adaptações, a fim de respeitar

as culturas alimentares locais. O mapeamento agrícola serve de filtro para a elaboração dos cardápios. Os gestores das escolas têm a autonomia de apreciar e pedir modificações caso entenda que aquele alunado não se enquadra nos quatro tipos de cardápio preparados.

A SEDUC organiza visitas técnicas às escolas e a equipe de nutrição aplica um checklist embasado na Resolução da Diretoria Colegiada (ANVISA) - RDC 216. A partir dessa aplicação de checklist, a SEDUC perceberá o que está faltando para melhorar em relação à higiene sanitária e manuseio dos alimentos. Há treinamentos constantes para as cozinheiras, com o uso de manual de boas práticas e garantir alimentação de qualidade.

Nas conversas com os alunos se avalia a sua aceitação das refeições. Há também monitoramento de desperdícios. A venda de produtos ultraprocessados na porta das escolas deve ser item de debate na EAN – Educação Alimentar e Nutricional. A estratégia de acompanhar as escolas mudou nos anos em consideração (2024-2025). Fazendo as visitas por URE (Regional) ou polo, mais escolas estão sendo atingidas. A primeira experiência foi realizada em São Luís e na Grande Ilha. Procurou-se conferir se realmente a alimentação está adequada. Planejou-se um teste de aceitabilidade da alimentação. Ele acontece quando é introduzido um produto novo. Aconteceu quando foi colocado no cardápio farinha do mesocarpo do babaçu em mingau. O teste de aceitabilidade é feito também quando a escola chama o setor de nutrição para combater desperdícios com os cardápios da SEDUC. O teste é realizado através de um momento de degustação. Se a reação foi negativa, aquela preparação é retirada ou não inserido no cardápio.

Reuniões constantes acontecem com o Conselho de Alimentação Escolar, que é o órgão fiscalizador. São identificados os alunos com necessidades nutricionais específicas. O setor de nutrição não se ocupa apenas com a elaboração de cardápios, mas se preocupa com alunos com diabetes, que são hipertensos, que tem intolerância à lactose. Há exemplo de um aluno do curso bilíngue, que só comia laranja, por orientação de um laudo médico. Ele precisava de um cardápio específico.

Todo pensamento do setor parte do mapeamento da agricultura familiar. Todos os editais são feitos por escola. Desde 2019, a aquisição de alimentos da agricultura familiar tem aumentado. Hoje, o edital reserva mais de 32% do recuso para estes produtos. E com o programa “Refeição de Verdade” o objetivo para 2026 é chegar a 50%. Quanto mais natural a comida for, quanto melhor para os alunos e para o futuro da produção. Os editais são elaborados e publicados duas vezes por ano, em janeiro e em junho. E são publicados no site da Secretaria de Educação. É informado a documentação que deve ser fornecida e o modelo de ata para quem pretende concorrer com a oferta de alimentos. A abertura dos envelopes é feita na própria escola, onde os produtos devem ser entregues, no próprio território do agricultor. Os agricultores que têm uma escola de tempo integral próximo de sua casa, podem procurar informações na própria escola e concorrer à chamada

pública. No site, todas as escolas aparecem nos municípios. Depois da compra dos alimentos, é preciso fazer a prestação de contas, onde é avaliado se o cardápio foi executado, como foi o mapa da distribuição e as notas fiscais. São realizadas reuniões com os pais. Das escolas, a prestação de contas é enviada para a Secretaria.

Um dos desafios para 2026 é chegar às áreas rurais de difícil acesso. Algumas escolas precisam melhorar a sua infraestrutura. Estes assuntos terão atenção especial nas viagens técnicas do próximo ano. A SEDUC quer estar cada vez mais perto dos agricultores e tornar mais conhecidos os editais de chamadas públicas. A Secretaria desempenha um papel estratégico e essencial para a Política de SAN, garantindo não apenas refeição, mas saúde, aprendizado, equidade e dignidade aos estudantes. É uma política pública de cuidado, que deve oferecer oportunidades para o futuro.

A última apresentação foi a do superintendente da CONAB – Companhia de Abastecimento, Francisco José Cysne Aderaldo, também conselheiro estadual. A partir de 2023 a CONAB retomou o seu protagonismo no combate à fome e à desnutrição, com a volta do seu programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA-CONAB). Fortaleceu-se com a supervisão do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrícola). No Estado do Maranhão, MDA e CONAB estão atuando com muita força. No Brasil, o Estado do Maranhão é que tem o segundo maior número de projetos, atrás somente da Bahia. Assume o segundo lugar entre os Estados, com mais desenvoltura, com mais volume de aquisição, com mais carteiras de associações e cooperativas. Não se pode esquecer que a Bahia tem quase o dobro do número de municípios comparado com o Maranhão.

A carteira da CONAB para 2025 é formada por 513 projetos prontos para contratação em cerca de 94 municípios. É uma demanda tão alta que o orçamento federal não comportou. A partir de 2023, com a volta de Lula na presidência, o governo colocou mais de um bilhão de reais para a CONAB. O governo colocava apenas 2 milhões de reais para o País todo. No Maranhão foram pagos R\$ 70 milhões em 2023 e 2024 e com uma carteira de R\$ 143 milhões para pagamento em 2025. Já foram recebidos 30 milhões inicialmente, de uma primeira etapa. Os pagamentos de saldos dos projetos devem ser feitos em breve. Tem muitos gargalos a enfrentar. Muitas situações precisam ser contornadas, principalmente relacionadas ao quesito compra de alimentos com doação nos municípios, geralmente aos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

Mas a CONAB precisa equacionar algumas situações. O agricultor familiar aqui no estado é muito carente de comercialização. Ele tem muita ânsia de vender e não tem canal de escoamento. O mercado institucional é uma saída. Mas as cooperativas e associações precisam executar o projeto num período menor do que o contratado. Com o produto pronto e sem opção de outros compradores ou de meios de escoamento, jogam toda a produção para a compra governamental. Vêm os pedidos de reduzir o tempo de entrega, de mudar o cronograma contratado.

Esta situação gera um conflito. Não com a instituição que recebe que é destinatária da doação. É um conflito que se origina na política pública, no entendimento do superintendente. O CRAS no município busca atender pessoas em insegurança alimentar. O ideal seria uma regularidade, durante um ano por exemplo, de entrega. O que deveria ser a duração de um projeto. Acumulando muitas entregas em curto espaço de tempo, as famílias vão receber as cestas verdes, que são a principal forma de doação pelos CRAS a sua clientela, de forma concentrada, ficando sem o alimento por outro período e recebendo talvez o que não consegue consumir aumentando o desperdício. O produtor, por sua vez, vai receber seu dinheiro e vai ficar um outro período sem receita. Porque os editais só vão abrir no ano seguinte. É ruim para a garantia de alimentos para as famílias, e ruim para o produtor. É importante que essa situação seja analisada e discutida nesta conferência. As entidades querem entregar o produto, dispõem da produção, tem momentos em que a safra é maior do que o previsto. Sem alternativa de mercado, o que lhe resta, é fornecer para o projeto antes do cronograma O PAA, no entanto, tem que garantir regularidade nas entregas.

O objetivo do programa não é adquirir a produção toda que o agricultor tem. É um suporte para ele. É a comercialização de um mínimo e que deve garantir uma certa regularidade, mas o objetivo não é de absorver toda a produção.

Os números são muito fortes. O Maranhão executa o segundo maior valor e compra o segundo maior volume entre os Estados brasileiros, atrás apenas da Bahia. E a tendência é aumentar, porque a gente está fazendo uma ampla divulgação. Cerca de 300 e poucos projetos aguardam ainda um novo orçamento federal. São pagos os projetos com menor valor, para depois começar com os maiores. Cysne teve a impressão que seriam pagos logo com a abertura do orçamento de 2026. O mesmo aconteceu na transição entre 2024 e 2025. São muitos projetos em execução aqui no Estado, que foram todos aproveitados. Mas Cysne voltou à questão da regularidade das entregas e pediu propostas de solução da Conferência.

Continuou a seguir falando do programa das quebradeiras de coco, Programa Sóciobio Mais, que é um Programa de Valorização da Sociobiodiversidade e do Extrativismo. No Maranhão, a CONAB garantiu o projeto ano passado, em 2024, com 25 milhões de reais que chegaram para 9 mil extrativistas, para 9 mil quebradeiras de coco. Foi uma grande contribuição para a renda dessas 9 mil mulheres. O programa continua aberto em 2025, até o dia 20 de dezembro, com muito recurso. Pode até superar os 25 milhões. de 2024. A divulgação continua.

A política hoje paga hoje R\$ 2,50 por cada quilo de coco, independente do preço que ela costuma vender, com a CONAB ela vai ganhar R\$ 2,50, cumprindo os requisitos legais. Em 2026, a CONAB vai pagar R\$ 3,43 o quilo. Então, já vai ter um acréscimo do valor de cada quilo para as extrativistas quebradeiras de coco. Cysne colocou a CONAB a disposição para mais informações e orientações e garantiu que suas oficinas e orientações técnicas vão ser retomadas no próximo ano.

Debate com o Plenário

Ao finalizar a exposição de Cysne, o coordenador da mesa, Ariovaldo Júnior agradeceu os integrantes da mesa. Por causa do horário, 17h30, o tempo para as intervenções da plenária ficou bem reduzido. Inicialmente, recebeu cinco crachás de participantes que seriam ouvidos.

Fernando Nascimento de Melo (de Caxias do Maranhão, presidente da Associação do Deficiente Visual de Caxias dos Cegos, ADEVIRC). Reclamou sobre o comentário de um participante, de que a autodescrição dos conferencistas seria tempo perdido e pediu mais respeito para as pessoas com baixa visão por parte destas pessoas. Esse tipo de constrangimento não deveria ter vez em espaços públicos como esse. Falou ainda de alguma barreira que pessoas cadeirantes ainda estavam encontrando.

Antônia Cardoso (de Timon) agradeceu a fala de Diana da SEDUC. Ficou agradecida pelo fato que as escolas ofereciam hoje comida de verdade e não biscoito, chocolate e outras merendas. A alimentação de qualidade para as crianças nas escolas vai fazer delas bons profissionais para o futuro. Concordou com a eliminação dos alimentos ultraprocessados na alimentação escolar, reconhecidamente causadores de câncer.

Leonilto da Silva Prado (Timon) fez sua autodescrição, antes de parabenizar a organização da conferência. Saiu com muitas informações, aprendeu muita coisa, mas sentiu falta de saber, para alguns programas e projetos, em quais municípios estavam sendo implantados. Incentivou uma maior participação nas conferências municipais e a necessidade de levar o apreendido para os gestores municipais, que nem sempre dão valor a esta conferência do Estado. Enquanto são liberados recursos para shows nos municípios, dinheiro para políticas públicas e para controle social não tem. Defendeu aumento do número de restaurantes populares no seu município, por ser de grande porte. A cidade em crescimento necessita de mais políticas públicas. É importante saber quais são os municípios por elas contempladas. Ficou desapontado quando foi informado, na última hora, que não haverá Conferência Nacional no próximo ano, mas somente em 2027.

Eli Querobina da Silva Santos (de Porto Franco da Associação dos Agricultores de Porto Franco, APRAPORTO) queria deixar um recado para a SEMA. Os municípios de Governador Edson Lobão, Ribamar Fiquene, Campestre, Porto Franco, São João do Paraíso e outros se situam na região do MATOPIBA. Denunciou a pulverização de veneno, de agrotóxicos por via aérea, de avião e com drone. Também alguns pequenos agricultores adquirem veneno o utilizam sem critério. E indagou como que a SEMA tratava este problema. Muitas propostas de combate a esta prática já foram dadas. Pediu uma revisão das normas a respeito pela SEMA. A produção de alimentos pelos agricultores sofre as consequências e a agricultura familiar pode até desaparecer. O desmatamento das reservas ocorre sem controle, até com conivência de políticos locais. A construção de açudes, de estradas, de rede

elétrica, o desenvolvimento é feito em detrimento do meio ambiente. Até denúncia no INCRA já foi feita. A Associação estava fazendo uma denúncia protocolado junto à SEMA. Mas a população se sente abandonada. Ainda se dirigiu ao Cysne, cobrando a inclusão de mais municípios no PAA, sem uso de critérios partidários. Porque todos os agricultores precisam deste apoio. Convidou o superintendente para conhecer a sua produção e constar como o veneno tinha acabado com sua plantação de mamão. Nas instituições municipais, os agricultores não costumam encontrar apoio.

Henrique Augusto Moraes (São José de Ribamar – conselheiro municipal e pescador artesanal) lamentou que a população em geral desconhece os conselheiros e sua função. Se queixou sobre ainda existente discriminação racial e contra algumas profissões, como a de pescadores. Até prefeitos não dão a devida importância aos conselhos. Parabenizou o CONSEA pelo trabalho que está fazendo junto aos gestores municipais. Apelou ao CONSEA sobre o recurso de PAA destinado a seu município. Achou 325 mil reais insuficientes. O mesmo acontece com outros municípios. O CONSEA deveria discutir aumento destes recursos. Não está beneficiando o pescador artesanal. Não haverá segurança alimentar, sem que este dinheiro seja aumentado. Tinha muitas informações a serem levadas para seu município. Na pescaria e na agricultura, há os períodos de maior produção e os projetos deveriam levar este calendário em conta. Este comentário se referia às colocações de Cysne. Um dos problemas que indicou foi a dificuldade de armazenar o produto para ser entregue mais tarde. Pescador artesanal, por exemplo, não tem acesso a uma câmara frigorífica. É obrigado a vender imediatamente após a pesca.

Antenor Batista da Silva (Município de Parnarama) se apresentou como fornecedor ao PNAE do Estado. Fez crítica aos cardápios, que não levavam em conta nem a produção da agricultura familiar, nem os hábitos alimentares das crianças. Apesar de notícia de aumento da compra da agricultura familiar, falou que há desvios do recurso para a aquisição de uma alimentação totalmente industrializada. Ainda é ofertada linguiça, linguiça calabresa, salsicha e outras embutidas de carne, que degradam a saúde. A diretora da escola fala que busca alterar os gostos das crianças para a aceitação de comida mais saudável, mas não é uma tarefa fácil. Sugeriu que fossem envolvidos os conselheiros na conscientização dos alunos nas escolas. Aprovou a decisão da SEDUC de elevar a 50% a compra de produtos da agricultura familiar pelo PNAE do Estado. Ainda quis saber de que forma a CONAB ia trabalhar na sua cidade.

Após estas intervenções, alguns integrantes da mesa, nelas citados, eram as suas respostas. A primeira pessoa a tecer suas respostas foi Diana da SEDUC. Esclareceu que elaboração dos cardápios depende da modalidade das escolas. Os gestores das escolas escolhem o cardápio mais adequado para sua instituição e realidade. Em caso de dúvida ou de questionamento pelo gestor local, as técnicas da SEDUC respondem, sempre fundamentado na Resolução do FNDE. Ela define as quantidades de proteína, de carboidratos de lipídios a refeição deve contar para

cada faixa etária. A ficha técnica da nutrição orienta e impede o uso de produtos industrializados. A retirada de extrato de tomate das preparações, por exemplo, causou bastante confusão há cerca de quatro anos. Recentemente, uma ação do IDEC alertou pelo uso destes produtos industrializados nas escolas. Como as lanchonetes na frente da escola não têm estas proibições, cabe à Secretaria e às escolas fazerem um trabalho de conscientização. Entendendo que há restrições religiosas para o consumo de algumas comidas, a SEDUC sempre oferece duas opções de cardápio. Os cardápios encaminhados para escolas, estão disponíveis para consulta no site da secretaria, para monitoramento pela população. Qualquer denúncia recebida pela secretaria, será apurada prioritariamente através de uma visita técnica. O serviço de nutrição da SEDUC é fiscalizado, tanto pelo CAE quanto pelo FNDE. Se desobedecer às normas técnicas, o dinheiro do PNAE correspondente deve ser devolvido.

Diante da solicitação de uma pessoa com deficiência, cujo pedido de palavra não tinha sido percebido pela coordenação, Júnior abriu um espaço para que a Roseli pudesse fazer a sua pergunta.

Roseli, uma cadeirante, se queixou do SINE, que recebia os currículos, mas não encaminhava a PCD para um emprego.

Foi passada então o microfone a Cysne para responder as dúvidas a ele dirigidas. Lembrou ao Henrique que foi justamente a indagação dele. Como garantir a segurança alimentar durante o ano todo e manter em mente que a produção de alimentos muitas vezes depende de determinado período. O cultivo pode ser sazonal, com a pescaria. E a questão do armazenamento é um elemento a ser estudado e enfrentado. É um problema de estrutura que deve ser debatido e discutido pela sociedade e atinge tanto as pessoas que produzem, quanto às pessoas em vulnerabilidade que dependem destes produtos para ganhar a segurança alimentar. A CONAB leva em consideração que existem produtos sazonais. Mas têm outros que não. A CONAB sempre aconselhou de que os PAA sejam acompanhados pelos conselhos de segurança alimentar no município. A CONAB está à disposição das organizações para dar informações e orientações sobre seus cadastros no PAA a partir de 2026, quando haverá possivelmente um novo edital. A CONAB tem dado este apoio, o que é testemunhado pelo fato de o Maranhão é o segundo estado da Federação em termos de volume de recursos e projetos. Aconteceu porque a CONAB mobilizou, divulgou e orientou amplamente. O PAA-CONAB é maior do que todos os demais estados, até SP, PR, RJ, MG, MT e MS. Só fica atrás da Bahia, que tem 455 municípios, mais do que o dobro do Maranhão. Alguns municípios, mesmo grandes, não têm feito demandas grandes. Mas têm municípios fortes como Codó, Itapecuru, Santa Rita, Rosário. Outros nem têm demanda.

A próxima secretaria a responder as indagações da conferência era a SEMA. De imediato informou o seu canal de denúncia sobre os fatos relatados: 98-3194-8900 (telefone central da própria SEMA) que pode orientar para a Ouvidoria. Lá

são registradas as denúncias, que podem ser encaminhadas ainda por e-mail (ouvidoria@sema.ma.gov.br) Nas denúncias é sempre importante ser o mais preciso possível, informando município, localidade, vizinhança e descrever bem a denúncia. Colocar fotos ou vídeo ajuda muito a identificar o que aconteceu. Esclareceu ainda que licenciamento para empreendimento que pulveriza agrotóxicos de forma irregular não existe. Há muitos anos, existe uma decisão judicial no Maranhão que proibia a pulverização aérea de glifosato. Carece, realmente, maior fiscalização porque a citada empresa nem poderia estar funcionando no Estado

Também a Kelly da SEDIHPOP se manifestou a respeito do assunto e afirmou que grande parte dos conflitos socioambientais é acompanhada pela Secretaria. O fato citado é claramente uma violação dos Direitos Humanos e cabe a participação da SEDIHPOP. A Ouvidoria de DH e a Comissão Estadual de Violência no Campo e na Cidade devem ser informados sobre a ocorrência narrada pela dona Eli e promover seu encaminhamento para o Ministério Público e para o INCRA.

Defendeu ainda a importância da prática da audiodescrição, que é uma forma de acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência visual. O uso de slides serve para facilitar a comunicação sobre dados e informações que se quer repassar. Facilita compreender as falas. As pessoas com deficiência visual ou auditiva têm tanto ou mais necessidade de formas de comunicação que lhes deem acesso às informações que qualquer outra pessoa. Por isso, a negação histórica da inclusão deve ser superada e acessibilidade comunicacional, audiodescrição, não são chatos, nem são perda de tempo. São direitos a serem respeitados.

Ricardo da SETRES afirmou que o SINE faz os cadastros de pessoas com deficiência, porém não tem como obrigar as empresas a contratar, nem as punir quando não o fazem. O SINE recebe os currículos e encaminha. Mas as empresas é que chamam os candidatos.

Encerrando a sessão da tarde, Ariovaldo Júnior agradeceu as personalidades na mesa e a participação da plenária.

1.5 - Dispositivo de honra

Às 19 horas, a sessão solene com dispositivo de honra iniciou com as boas vindas do cerimonialista, que na ocasião iniciou com a seguinte introdução.

Cerimonialista: Boa noite, sejam todos bem-vindos e bem-vindas a esta cerimônia solene da VI+4 Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão. A política de segurança alimentar e nutricional instituída, pelo governo federal em 2003, é muito maior do que apenas combater a fome extrema, que infelizmente ainda existe em nosso país e em nosso Estado. A eliminação da insegurança alimentar, além de combater a fome extrema, objetiva garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável para todas as pessoas. Implica enfrentar a má alimentação, fomentar a produção de alimentos saudáveis, proporcionar a soberania alimentar e proteger as culturas alimentares locais e étnicas. As conferências de segurança alimentar e patrimonial são espaços onde é exercida a democracia participativa, mencionada na Constituição Federal, no seu primeiro artigo, quando diz que o poder será exercido também diretamente pelo povo, nos termos por ela definidos.

A 6ª Conferência Nacional aconteceu em dezembro de 2023. Para prepará-la, o Maranhão organizou uma conferência intermediária, a sexta mais dois em maio de 2023, porque o nosso Estado, com o apoio do governo do Maranhão, realizou a sua sexta Conferência Estadual no ano de 2019. A atual conferência é chamada de sexta Conferência mais 4, dois anos depois da Sexta mais 2. O CNSEA Nacional está convocando um sexto Encontro mais 2, que acontecerá em junho de 2026. O principal objetivo dessa conferência estadual é avaliar os resultados obtidos no combate à fome e insegurança alimentar e nutricional com a execução do terceiro plano estadual de SAN, que abrange o período de 2024 a 2027. Propostas foram formuladas pelas conferências municipais para reorientar a política estadual e nacional a partir de novas demandas ou demandas ainda não respondidas adequadamente.

Para compor o dispositivo de honra desta conferência, convidamos para a mesa as seguintes autoridades. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado então por Vicente Mesquita. A representante do Fórum Maranhense de Segurança Alimentar e Nutricional, a senhora Darlúcia Silva de Sá. O presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Maranhão, o senhor Jean-Marie Van Damme. O secretário da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e presidente da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, o excelentíssimo senhor Paulo Casé Fernandes, neste evento, representando o governador do Estado, o excelentíssimo senhor Carlos Brandão. Convidamos ainda a senhora Ângela, presidente da FETAEMA, Convidamos a todos os presentes para neste momento tomar a posição de respeito para a execução do Hino Nacional Brasileiro.

O Hino Nacional foi executado em vários ritmos populares, sendo acompanhado através de projeção em tela.

O cerimonialista anunciou em seguida uma breve saudação enviada pela presidente do Conselho de Segurança Alimentar Nacional, Elisabetta Recine, conhecida como Beta.



Figura 8 - Elisabetta Recine

Beta: "Atualmente eu estou na presidência do Conselho Nacional e infelizmente eu não pude comparecer ao encontro de vocês, mas eu quero registrar algumas coisas que me parecem muito importantes. Primeiro, o Jean-Marie informou que vocês têm 149 municípios, isso quer dizer mais ou menos 70% dos municípios do Estado, que realizaram conferências, estão num processo de elaboração e certamente alguns já elaboraram o seu plano municipal. Isso é muito importante, esse é um exemplo muito virtuoso que o Maranhão envia para os demais estados brasileiros: a viabilidade, a importância desse processo progressivo de implementação do SISAN. A partir do momento que nós avançamos para além do Conselho Nacional, para além dos conselhos estaduais, agora para os conselhos municipais, isso vai fazendo com que o SISAN se torne realidade a cada dia.

E essa realidade é uma realidade diversa, é uma realidade que exemplifica e ilustra as diferentes necessidades, as diferentes perspectivas, mas também as diferentes experiências de realização do direito humano à alimentação adequada. Então é importantíssimo esse movimento que o Estado está fazendo e nesse momento ainda mais por vocês estarem colocando mais uma etapa de preparação. Vocês também sabem que o ano que vem, nós vamos aprovar na próxima plenária a data

do encontro mais dois, da sexta conferência mais dois, no primeiro semestre de 2026. Vocês já estão acumulando discussões para que as suas representações que venham aqui para Brasília tragam uma análise. Não apenas do Conselho Estadual, mas uma análise alimentada por toda essa discussão que está acontecendo nos municípios.

Será um encontro muito menor do que a Conferência Nacional. Nós não vamos reunir 3 ou 4 mil pessoas, porque ele tem como objetivo o monitoramento do Plano Nacional e também um objetivo muito importante que é de nós compartilharmos e analisarmos a conjuntura: como o Brasil está colocado nesse cenário, quais são os grupos que estão tendo maior acesso aos programas, quais que não estão. Mas, para além disso, também a gente tem um objetivo muito importante, que é uma leitura da nossa agenda a partir dos resultados extremamente positivos que nós conseguimos a partir de 2023. Esses resultados são celebrados e merecem ser celebrados, mas é importante também que a gente perceba que, primeiro, são resultados que o tempo todo a gente tem que zelar pela sua manutenção.

E, para além disso, apesar do anúncio da saída do Brasil do mapa da fome, resultados compatíveis, que a PNAD do IBGE também mostrou, ainda existem grupos em situação de extrema vulnerabilidade, onde as políticas públicas ainda precisam chegar. E esse é um papel importante para os conselhos municipais. Eles vão contribuir para que a gente chegue cada vez mais perto dessa realidade e com isso a gente também pense políticas públicas que tenham flexibilidade de se adaptar a essas diferentes situações.

Mas eu quero lembrar algo que também é muito importante. Eu não sei quantos de vocês compartilharam ou presenciaram esse momento histórico, quando o CONSEA foi extinto, em 1º de janeiro de 2019. Nós convocamos os movimentos que estavam no Conselho, movimentos que já estiveram e que nunca estiveram, não importa, uma grande frente, um grande coletivo de organizações e movimentos que atuam na agenda de segurança alimentar e nutricional. E nós convocamos uma conferência popular. Então, isso era 2019, e a nossa perspectiva era que essa conferência popular fosse, e como foi, um processo autônomo de resistência, de proteção das nossas políticas públicas, mas que também ocorresse um encontro presencial. E esse encontro presencial ia ser aí no Maranhão, provavelmente em São Luís. Bom, enfim, veio a pandemia, nós mudamos a nossa estratégia toda, mas o Maranhão sempre foi um estado muito importante no nosso movimento e o que vocês estão fazendo é um momento muito valioso. Quando a gente volta em 2023, que a gente recompõe todas as comissões, que a comissão de presidentes estaduais volta a se reunir no espaço legítimo do Conselho Nacional, etc., a gente aí tem uma história que é a história mais recente compartilhada entre todos nós.

Enfim, eu quero parabenizar o encontro de vocês, desejar que as discussões sejam excelentes, como eu tenho certeza que serão. que vocês preparem as suas representações que chegarão aqui em Brasília para participar do nosso encontro nacional e que a gente possa monitorar o terceiro plano. Mas pensar também esse

Brasil que saiu do mapa da fome, que a gente não quer que volte para o mapa da fome, e também dar maior visibilidade às outras dimensões da sociedade. Porque sair do mapa da fome é a primeira etapa, essencial, prioritária, urgente, legítima, mas a gente precisa continuar a garantir. o aumento da produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, que a gente recupere e proteja os nossos biomas e que a gente faça uma transição justa dos sistemas alimentares. Muito bom encontro e, enfim, parabéns!"

Após a mensagem da presidente do Conselho Nacional, foram convidados a ter assento na mesa, Cysne Aderaldo, superintendente da CONAB e Francisco Francielel Santos da Costa, presidente do CONGEMAS Maranhão, colegiado estadual de gestores municipais de assistência social e secretário de assistência social do Município de Peritoró.



Figura 9 - Ribamar Araújo

A Conferência foi uma oportunidade para prestar uma homenagem a duas personalidades marcantes na luta pelo direito humano à alimentação adequada e saudável. Uma foto de José de Ribamar Araújo foi projetada em tela e uma breve biografia retratou seu percurso histórico.

José de Ribamar Araújo e Silva, o Ribamar da Cáritas, foi um defensor incansável dos direitos humanos. Graduiu-se em filosofia. pelo Centro Universitário Assunção - UNIFAI, em 1986, com ênfase em filosofia política. Formou-se em Teologia pelo Centro Universitário de Assunção, em 1989. Fez curso de extensão em Economia Solidária pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CUT UNITRABALHO) no ano de 2000.

Seu currículo de funções sociais e públicas é enorme e vasta a sua produção literária, como nos informa sua plataforma Lattes. A defesa dos direitos humanos das pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade marcou sua vida até o dia em que nos deixou, em julho deste ano de 2025. Nos lembramos de alguns de seus engajamentos.

Foi agente da pastoral carcerária entre 1984 e 1986, educador de rua, do SOS Menor, entre 1989 e 1990, coordenador da Caritas Brasileira Regional do Maranhão em 1991, membro da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Luís do Maranhão entre 1994 e 1999. De 2008 a 2012, foi o primeiro ouvidor de segurança pública e do sistema penitenciário do Maranhão e membro, secretário, vice e coordenador do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia. Foi membro cofundador do Conselho Nacional de Segurança Pública em 2012, pró-reitor de ensino da UNIVIMA nos anos 2013 e 2014 e perito do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura de 2015 a 2022. Atuou principalmente na área do Controle Social das Políticas de Segurança Pública, da Segurança Alimentar e Nutricional e na Prevenção e Combate à Tortura e Controle da Letalidade Policial.

Ribamar integrou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional por cinco mandatos, de 2005 a 2010 e de 2012 a 2017. O ex-conselheiro foi defensor incansável do direito humano à alimentação adequada e saudável. Foi o primeiro presidente do Conselho de SAN no Maranhão. Exerceu a função de coordenadora adjunto do Comitê da Ação da Cidadania no Maranhão. Ao longo de sua trajetória, foi responsável por denunciar de maneira sistemática o uso da fome como forma de tortura nas unidades prisionais do nosso país. Sua trajetória militante foi marcada pela busca da justiça social e pela transformação do sistema penitenciário do Maranhão e do Brasil. José de Ribamar dedicou-se à luta por um Brasil mais humano, com a promoção da justiça restaurativa e a prevenção de práticas cruéis e desumanas.

Tinha forte vocação para a mediação e conciliação em situações de divergência política e de propostas, e sabia, como ninguém, levar poesia e leveza nos nossos encontros.

Por causa desta trajetória inspiradora, o CONSEA do Maranhão e a Secretaria de Desenvolvimento Social dedicam-lhe, nesta data, uma justa homenagem póstuma. A placa, foi entregue ao filho de Ribamar.



Figura 10 - Miércio Roberth Martins

Foi projetada, então, a foto de Miércio Roberth Lopes Martins, e iniciado a homenagem a mais este ex-presidente do CONSEA do Maranhão. Miércio nasceu no povoado Pau Deitado, em Paço do Lumiar, no ano de 1981. Era filho da professora Leutres e do pescador Eusimar. Foi pai de dois filhos, Benjamim e Emanuele, e esposo de Roberta Estrela.

Fez seus estudos na rede pública de ensino e graduou-se em serviço social. Desde cedo, contribuiu com a renda de sua família, vendendo suquinhos na escola e campos de jogos de sua comunidade. Teve atuação ativa na comunidade católica São Pedro, onde foi catequista e coordenador da Comunidade Eclesial de Base - CEB. Foi coordenador da pastoral de São Pedro, da Juventude da Paróquia de Paço do Lumiar e das CEBs da Arquidiocese de São Luís. Em 2017, foi eleito membro da Diretoria da União de Moradores do Povoado Pau Deitado, tendo contribuído com a revitalização da entidade.

Com 24 anos de idade, foi eleito presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA do Maranhão, por dois mandatos consecutivos. Em 2020, foi eleito vereador no seu município de origem. Como consultor em políticas públicas, Miércio deixou um grande legado na política de segurança alimentar e nutricional. Participou de eventos e conferências relacionados ao tema, contribuindo com aprofundadas discussões neste tema. Sua última participação na política do SAN se deu na Conferência Regional da Grande Ilha, em novembro de 2022, onde afirmou que, para reconstruir a segurança alimentar e nutricional no Brasil, após a pandemia, da política diante do então governo federal, era imprescindível fortalecer a atuação dos conselhos e empoderar os produtores rurais familiares, e incentivar programas sociais voltados para a população em situação de vulnerabilidade social.

Miércio nos deixou no mês de abril de 2023. Mas o seu engajamento despojado e seu conhecimento ficam gravados na nossa memória e no nosso coração. Em memória e em reconhecimento de sua contribuição pela implementação do SISAN em nosso estado, o CONSEA Maranhão e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestam esta homenagem póstuma, entregando também a placa em homenagem à sua família, representada pela senhora Leutres Martins, que também é presidente do Conselho de Paço do Lumiar. Convidamos, então, a senhora Leutres Martins, mãe de Miércio Robert, para receber a placa de homenagem, que será entregue pela senhora Lourvidia Caldas.

Dando prosseguimento ao evento, foram chamados todas e todos as conselheiras tutelares e suplentes do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Maranhão, que se empenharam em acompanhar a política de SAN durante o mandato de fevereiro de 2024 a fevereiro de 2026. Foram chamadas todas as entidades e instituições através de seus representantes para receber um Certificado de Reconhecimento.



Figura 11 - Homenagem a Alexandrina e Carol

A palavra foi repassada, em seguida, para Concita da Pindoba, Secretária Geral do CONSEA, que prestou uma homenagem a duas pessoas importantes para o funcionamento do CONSEA no Estado, duas pessoas responsáveis pelo seu andamento e pelo seu funcionamento. Elas deveriam estar recebendo gratificações pelas horas extras que estão trabalhando. Porque elas trabalham até não poder mais, são incansáveis. Foram imprescindíveis para a realização desta Conferência, dando apoio junto ao João Maria e à equipe da SEDES. Esta homenagem hoje, em nome do Conselho, de cada participante desta conferência, é para a Alexandrina

Maria Veras Aguiar e para a Luana Carolina da Silva Santos Melo (Carol). Nossos braços direitos, esquerdos, nossos pés e mãos. Sob calorosas palmas, as duas secretárias do CONSEA receberam um vaso com orquídea. Cada planta representava cada um dos conselheiros. O e Secretário Paulo Casé e o presidente do CONSEA foram convidados para, junto com Concita da Pindoba, entregar a planta às duas mulheres guerreiras de fibra.

Depois de mais esta homenagem, a palavra foi franqueada para os integrantes da mesa. Cysne Aderaldo foi o primeiro a fazer a sua saudação. Cumprimentou o secretário de estado Paulo Casé, o presidente João Maria, a Darlúcia, Ângela e Léo de Peritoró que esteve há poucos dias no sítio Serraria. Tinha história para contar de cada uma das pessoas que estavam na mesa. A Ângela é a primeira presidente mulher da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar. Só por isso já fez história. A Federação é um marco na história da luta da agricultura familiar no estado do Maranhão.

João Maria, o nosso presidente, uma referência no Estado. A Darlúcia que merece respeito pelo trabalho dela. Parabéns, sempre tenho ouvido falar muito bem do seu trabalho. A Conab presta também esse reconhecimento. O secretário Paulo Casé já foi colega de Conab em Brasília. Mas aí ele galgou novos espaços maiores. E hoje é esse grande secretário aqui no Estado do Maranhão. Lembrou do pai do Paulo Casé, Pedro Fernandes, atual prefeito de Arame, que o apoiou na sua carreira na CONAB. É homem de muita sabedoria.

Recordou também o Miércio e o Ribamar, que foram companheiros de luta aqui no Conselho. Considerou um privilégio de ter viajado várias vezes com o Ribamar, em especial uma para Alcântara, onde durante alguns dias faziam um trabalho sobre Conselhos de Políticas Sociais. Recebeu Ribamar diversas vezes de visita na CONAB, antes de ele ir para Portugal

Com Miércio também viajou várias vezes. E já tinha esse reconhecimento do CONSEA que recebeu agora neste momento. Na época do governo Bolsonaro, o CONSEA foi extinto e em virtude disso, todos os órgãos federais praticamente deixaram de vir para reuniões do Conselho. Recebeu a orientação de que se for para a reunião, era por sua própria conta e risco. Durante aquela época, foi o único conselheiro de órgão federal que se fazia presente.

Finalizou sua saudação contando mais um episódio. Um conhecido em Fortaleza, que tinha uma pequena construtora dizia que não sabia mais o que fazer. para evitar acidente de trabalho. Todo dia havia acidentes, mesmo depois de organizar curso sobre segurança de trabalho e contratar novos equipamentos. Até o dia que alguém lhe aconselhou de dar um café reforçado antes de iniciar o trabalho, A partir daí, os acidentes diminuíram. A pessoa que saía de casa sem tomar café, ficava mais desprotegida no trabalho. Segurança no trabalho e segurança alimentar andam junto.

Em seguida falou Ângela, presidente da FETAEMA. Saudou a mesa na pessoa da Darlúcia. Lembrou a conselheira representante da FETAEMA no CONSEA, Lígia Dayana e mencionou o Léo, que representava os conselhos de assistência social.

Fez referência a diversas personalidades que eram a cara do CONSEA, como Concita da Pindoba, mas também Miércio e Ribamar. Congratulou-se com a realização de mais de 150 conferências municipais, o que não tem sido fácil. Ainda tinham muitos desafios pela frente, mesmo já tendo 187 municípios adesos e com COMSEA instalados. Saudou o secretário Paulo Casé, que representa também o governador Carlos Brandão. O agradeceu pela importância que a SEDES estava dando ao CONSEA. Que não seja apenas numa Conferência, mas que a sua sensibilidade desse condições para o funcionamento pleno do Conselho.

O CONSEA tem uma história bonita, acima de tudo, ele é fundamental para impulsionar a agricultura familiar, onde acontece a produção de alimentos e a geração de renda. Assim se combate a fome e organiza a distribuição do que se produz. Nas nossas dificuldades, o trabalhador espera muito do poder público. É importante abraçar os conselhos, e em especial, o conselho de segurança alimentar. No nosso Estado, precisamos fortalecer o PNAE, o PAA, o PROCAF pelo qual o CONSEA luta diariamente. Se hoje tem o PNAE e o PAA, foi uma reivindicação dos movimentos sociais e do movimento sindical. Porque, se não tivesse tido essa pauta, não haveria mais agricultura familiar. E os percentuais de aquisição dos programas na agricultura familiar, que foi resultado desta luta dos movimentos.

Mas é importante que os conselhos sejam potencializados. O governo federal, o presidente Lula, que veio para retomar e chamou os conselhos, os fortaleceu. Também a CONAB com o PAA avançou bastante. Antes eram mais as emendas, hoje já tem orçamento. É preciso também continuar pegando as emendas, porque as emendas de deputados federais são bem gordas e têm recursos suficientes também para colocar dentro dos conselhos.

Tanto para a sociedade civil como para o poder público, é preciso insistir nos municípios para que planos não fiquem só no papel, mas sejam executados na prática. Se não é pautada, se as pessoas não ficam batendo na porta na prefeitura as coisas não andam. O Conselho conseguiria fazer muita coisa se tivesse um trabalho realmente integrado. O governador Carlos Brandão lançou o programa Maranhão Livre da Fome. É um insight que vem agora e deve ressoar por dentro do conselho também. Além do cartão, precisa pensar algo na estratégia que liga as pessoas e que fortaleça os conselhos para essa linha, porque o programa vem fortalecer também o Bolsa Família. É como se fosse o Bolsa Família do Estado do Maranhão. Em nosso Estado ainda tem miséria e tem desigualdades sociais. Não são de hoje, é historicamente assim no Maranhão. Os índices estão melhorando, mas as políticas integradas, os números poderiam ser melhores ainda. Ângela afirmou acreditar muito no poder da integração. Sozinha não dava para fazer muita coisa, como o Conselho sozinho não faz. É preciso ter a Secretaria de Educação,

a Secretaria de Agricultura Familiar e o governo inteiro engajado, para que o que se produz e conseguir se tornar alimento na mesa das famílias.

Precisa ter regularização e titulação da terra, mais do que já está sendo entregue. Há um campo muito largo no estado do Maranhão de avançar, porque muitas pessoas são posseiras, que precisam, acima de tudo, ter assistência técnica para melhorar cada vez mais a sua produção e melhorar a qualidade dos produtos, agregar valor, para a CONAB pagar mais e o governo do Estado também. Tudo deve estar integrado. E a gente está sentindo falta da assistência técnica. Falar de segurança alimentar é falar de um conjunto de políticas, saúde, de educação, de tecnologias.

Em todos estes desafios, é preciso avançar. Eu acredito muito no poder da mudança. Esse poder da mudança, ele vem a partir da integração das políticas, ninguém consegue fazer nada sozinho. Nós só vamos conseguir fazer com que as coisas realmente aconteçam de fato, se concretizem, a partir de que todo mundo entenda que é necessário unir forças para fazer transformação. E a transformação se dá através também de se colocar no lugar do outro. João Maria, se colocar no lugar daquelas pessoas que estão lá na periferia, nas comunidades, passando necessidade. Às vezes a gente coloca a nossa vida ruim. Ah, nós estamos com um momento difícil, mas tem gente muito difícil, mais difícil do que nós, vivendo hoje. E a gente precisa tratar também com essa delicadeza.

O Maranhão é um espetáculo. Aqui sempre surgem boas propostas. Não podia deixar de lembrar a importância das eleições do próximo ano. Será um ano de decisão, é um ano de continuidade também. Para a Política de SAN, Lula continuar é importante. As propostas do Maranhão devem ressoar nas eleições, de deputados, senadores, de governador. A prioridade deve ser a agricultura familiar e a segurança alimentar, garantir renda e alimento na mesa dos maranhenses

Darlúcia, a representante do Fórum maranhense de SAN fez também a sua saudação. Pegando o gancho da Ângela, anfitriã da Conferência, colocou que além de deputados, também os vereadores deveriam ser articulados nos municípios para fortalecer a Política de SAN. O município está sempre na ponta e é fundamental para que a política aconteça. Eles contam logicamente com a parceria da SEDES, da SAF e os demais órgãos que interligam essa política da segurança alimentar.

Convocou os secretários municipais presentes e representados por Léo a se empenhar na Política de SAN. Saudou todos os integrantes do Fórum na plenária. O Fórum, é a representação da sociedade civil, dos organismos da sociedade civil, que debatem não apenas a política de segurança, da segurança alimentar e nutricional, mas também todos os elementos que consolidam ou não essa política, aquilo que auxilia ou não essa política.

Fortalecer a política de segurança alimentar. Significa retirar mais pessoas das ruas. A população de rua cresce, em vez de diminuir. O agravante é que no estado do Maranhão, cresce também no interior, em pequenas cidades. Muitas famílias não têm acesso à terra, não estão conseguindo plantar, e acabam nas ruas das cidades. Junta-se a isso a necessidade de se conservar os rios, os mares, o

ecossistema para garantir alimentação de qualidade para a população.

Francisco Francielel, o Léo do CONGEMAS expressou sua satisfação em poder estar na mesa desta conferência. Cumprimentou a todas e todos que disse serem militantes da segurança alimentar. Presidindo o CONFFMAS, colegiado no Estado dos gestores municipais da Assistência Social, reconheceu a importância das CAISANs nos municípios, frequentemente atuando sob a presidência destes gestores.

A política pública de SAN é importante para os municípios e reafirmo o compromisso da assistência social com a segurança alimentar. Esta política deve ser sempre pautada junto com os parceiros. Lembrou de pessoas que fazem parte da história da segurança alimentar no Estado do Maranhão, como Concita, Miércio e o atual presidente, dos quais tinha aprendido sobre a SAN. Citou a fala da presidente do Conselho Nacional e se congratulou com a menção honrosa que faz ao Conselho do Estado do Maranhão.

Em 2017, com Miércio na presidência do CONSEA, foi realizado um memorável evento, rico de capacitação, de aprendizado e de ampliação e fortalecimento da política pública. Saudou Paulo Casé, um homem e toda sua equipe, Luís Fernando, a secretária adjunta da SASAN. Lourvídia, que estava conduzindo com maestria a Política no Estado do Maranhão. Elogiou especialmente Paulo Casé, um homem de muita estima. de uma luz própria, que tem ecoado em todos os cantos do Estado do Maranhão com toda a sua equipe na SEDES. Motivou a todas e todos de irem em frente em buscar comida de verdade na mesa de todos os maranhenses.

O presidente, Jean Marie, iniciou sua fala com sua autodescrição. Pediu publicamente desculpas por não ter cópia em Braille da documentação para as pessoas com baixa visão. Foi combinado, pela manhã, que estaria a disposição no dia seguinte, antes dos trabalhos em grupo.

Queria falar pouco, mas achava importante de dizer algumas coisas. Dirigindo-se ao secretário Paulo Casé, observou que a grande maioria de pessoas ainda presentes eram da sociedade civil. Era gente que luta. por seus direitos. de forma organizada. Individualmente, não havia como avançar. Mas o povo se organizando, consegue dar passos para frente.

A sociedade civil esteve na origem da Política de SAN. E citou a Ação da Cidadania, que nos anos 1993/1994 iniciou a reivindicação desta Política organizando a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 1986 foi implantado o Sistema Único de Saúde. O SUS é o maior sistema público de saúde do mundo. Ele foi pensado numa conferência nacional, a Oitava, a partir da população que nela participou. Ainda está enfrentando desafios. Por isso, é importante continuar se organizando, indo participar das Marchas das Mulheres, a Marcha das Mulheres Negras ou a dos indígenas. As pastorais

sociais da igreja católica e as igrejas evangélicas são importantes nessa luta, elas precisam igualmente se dedicar às políticas e olhar a realidade que se vive aqui e agora.

O presidente Lula é símbolo da luta popular. No Sindicato dos Metalúrgicos, na CUT, no próprio partido que ele ajudou a fundar, conheceu a força popular. Esse é o engajamento que precisa, a organização que nasce do povo. Só assim a realidade vai mudar, na luta. Cysne sabe disso, porque conversa muito sobre isso. Léo sabe disso. Léo, quando o Cysne estava falando, estava pensando naquelas caminhadas em Peritoró, em Pitoró dos Pretos e nas outras áreas quilombolas do município. Recordou que andou por muitos municípios do Estado, quase todos, e citou Parnarama. Não andou só nas suas sedes, mas nos interiores. Eles são uma escola de aprendizado.

A população lhe tinha ensinado como ser maranhense. Belga de nascimento, aprendeu a ser maranhense com o povo, em comer farinha, chibé com peixe frito se tiver e farinha. Sentiu orgulho de estar vivendo no Maranhão. É um Estado pobre, realmente pobre, mas com muitas perspectivas. Porque é um Estado onde a população não dorme, onde a população não se acomoda, onde a população diz que nós estamos aqui para protestar, para reivindicar, para incidir na política. É assim que a política pública também cresce. E falando para Ângela, referiu-se a uma manifestação organizada junto com a FETAEMA no início dos anos 1980, na Praça Deodoro, com milhares de trabalhadores rurais em protesto, cobrando uma Reforma Agrária que até hoje nunca veio. Naquele tempo, estava trabalhando na CPT, na Comissão Pastoral da Terra. Foi um momento histórico para a cidade de São Luís.

Estes movimentos são importantes. E merecem o apoio de todos. Alguém tinha falado que tem gente vivendo em situações bem piores do que quem estava na conferência. Então, era tempo de se voltar a Deus e dizer que a pouca condição que se tinha, a coloca à disposição da luta do povo. Teve dois afiliados. no município de Magalhães de Almeida. que morreram antes do tempo, duas crianças com menos de dois anos de idade. Morreram de fome. Já faz uns anos, foi na década de 1980. Mas este fato o motivou de lutar por melhores condições de vida de toda a população maranhense. Conhecia as dificuldades que a maioria das famílias enfrentam. Por isso, incentivou para que todos continuassem esta luta e tornar o Maranhão melhor para a sua população.

Finalizando as falas da mesa, Paulo Casé, como representante do governador do Estado foi convidado a fazer o seu pronunciamento.

Referiu-se às mensagens anteriores que falavam de empatia. Elogiou a persistência das pessoas que até essa hora continuavam participando do debate. A política de segurança alimentar no nosso Estado vai refletir também na política de segurança alimentar nacional. É uma prova de empatia. É uma prova de que os presentes souberam se colocar no lugar do outro. Lembrou que trabalhou na

CONAB em Brasília, como Cysne já tinha mencionado, na parte de política de segurança alimentar. Formado em arquitetura e depois em engenharia civil, não estava diretamente ligado à área da política de segurança alimentar.

Retornando para o Maranhão, teve a oportunidade de estar à frente da SEDES e reencontrou novamente nessa área de segurança alimentar. Cumprimentar sua amiga Ângela e a agradeceu pela recepção. Reconheceu a luta da FEATEMA pela agricultura familiar e o quanto ela representa para o desenvolvimento do nosso estado do Maranhão. Cumprimentou Darlúcia, Concita e João Maria, e com seus 40 anos de idade, reconheceu o incentivo importante que estas pessoas estavam dando para a juventude.

Além da rica discussão nesta conferência, deu importância à formulação de propostas e a definição de novos rumos para política de segurança alimentar que deviam sair do evento. Era preciso engajar mais jovens, mais gente nessa luta. Se falou de empatia, mas é necessário também de mobilizar mais pessoas, de construir mais diálogos. É através da união que realmente se conseguirá combater a fome no nosso Estado.

Voltou-se então para seu amigo Léo, que tinha feito um grande trabalho em Peritoró, e mais ainda à frente da CIB. Agradecer a sua parceria na discussão dos diversos programas inovadores em execução no Estado. Elogiou a atuação da Lourvídia à frente da SASAN. Listou alguns dos vários avanços obtidos na Política de SAN, a rede de restaurantes populares, que sozinha não iria conseguir erradicar a fome no Estado. Precisava batalhar mais para que a agricultura familiar esteja presente na composição dos pratos nos Restaurantes. Em alguns municípios lá foi superada a compra de 30% e chega a 70%, 80% dos agricultores familiares., mas têm outros que, mesmo chacoalhando, se enfrenta dificuldades de colocar o mínimo de 30% na composição dos restaurantes populares. E há mais dificuldade ainda quando se trata da proteína, devido à exigência das inspeções, devido às várias exigências burocráticas mesmo que a família produz galinha gorda, de excelente qualidade. Mas não é suficiente simplesmente matar e botar dentro do restaurante popular, devido à burocracia que é exigida pela política de segurança alimentar. É preciso, nestes momentos, discutir a certificação dos produtos. Quando a gente pega o valor da composição de um prato, de cada prato do restaurante popular, o cheiro verde se consegue com mais facilidade, porém representa 0,01% do custo daquele prato. A proteína sempre é mais representativa. É onde se consegue colocar mais renda na vida do produtor familiar. Era preciso lutar para que a proteína também seja da agricultura familiar e do produtor. mais humilde que a consegue produzir, um frango de qualidade ou o peixe. Este precisa ser filetado para fornecer ao restaurante. Conquistar o fornecimento de proteínas pode significar uma grande bandeira de luta.

É necessário ir em busca de programas inovadores, como o programa Maranhão Livre da Fome. que surgiu de uma sensibilidade muito forte do governador Carlos Brandão. Deu destaque especial à liberdade que o governador tem dado para a

Secretaria de Desenvolvimento Social trabalhar a política de segurança alimentar. Para as políticas de assistência social existem limites muito grande no orçamento, mas o governador tem expresso o desejo de chegar aos 217 municípios com os restaurantes populares, e atingir os 431 mil maranhenses que estão sendo contemplados como Maranhão Livre da Fome.

Além de dar os alimentos, deseja gerar oportunidades na vida para as pessoas. Às vezes, quando se diz que está lutando contra a fome, não está lutando só contra a fome em si. Existem várias outras vulnerabilidades e violações de direitos que as famílias enfrentam e sofrem. Quando se luta contra a fome, é preciso ajudar a sociedade e a fortalecer a garantia de direitos. O programa Maranhão Livre da Fome tem sido muito importante para isso. O secretário finalizou sua intervenção afirmando que estava na espera das propostas que forem sendo geradas para melhorar os programas que já foram implantados no Estado do Maranhão. Não era possível melhorar os processos sem escutar a sociedade civil. Parabenizou mais uma vez a presença da sociedade civil com muita representatividade na conferência. O Estado tem investido na Política de SAN e cada vez aguardava com ansiedade os resultados do PNUD. Não seria positivo investir 300 milhões de reais numa rede de restaurantes populares por ano e de repente sair uma pesquisa que indicava aumento da insegurança alimentar. Seria uma frustração muito grande.

O secretário ainda ressaltou a importância de fazer pesquisas que fundamentem as políticas. É importante ter os dados através de pesquisas, para conhecer os focos onde é preciso maior dedicação. A Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar está pesquisando todos os 217 municípios, suas zonas rurais, seus centros urbanos, utilizando a escala latino-americana. segurança alimentar. Inserindo outros questionamentos, foi possível cruzar informações com os dados desta escala. E assim é construído o mapa de combate à fome do Estado do Maranhão, que está disponível a um clique da mão no site do governo do Estado e no Instagram do secretário.

A pesquisa demonstrou o que discutia há muito tempo. Mostrava que realmente se podia ter um olhar atencioso e minucioso sobre as famílias com maior grau de INSAN. Alcântara saiu como o município mais problemático, onde 24% da população vivia em insegurança alimentar grave. Cabe a outros estudos descobrir os motivos desta situação. Mas há quase certeza de que a forma da como foi implantada a base de lançamento de foguetes teve a ver com isso, a forma como foram retiradas as famílias das suas áreas de produção. Antes elas sabiam como trabalhar e se sustentar através da pesca artesanal. Até hoje essa realidade impacta na vida destas pessoas e isso refletiu na pesquisa de segurança alimentar. Desde então, a pesquisa tem norteado algumas inquietações, mas ao mesmo tempo ela vai servir para orientar futuras políticas públicas. Estes estudos deveriam também fundamentar os debates. dentro do Conselho de segurança alimentar, porque foi isso o intuito do governo e da secretaria é promover a segurança alimentar no Estado. Os resultados da pesquisa do Estado em geral foram muito parecidos com os da pesquisa nacional. Esta última saiu no mês de agosto.

A pesquisa do Estado foi no rumo certo, mas ela estratificou a realidade por município. Isso é o mais importante. Teve um professor que na hora de ensinar cálculo, dizia que para conseguir resolver um problema, era preciso conhecer o problema. Precisa interpretar o problema. A política de combate à fome segue esta mesma regra. Não é apenas através da SEDES que será possível ter o êxito. A solução perpassa várias outras políticas, várias outras secretarias na CAISAN, que ajudam na interpretação do problema e a encaminham para conhecimento do governador. Tem muita vontade de realizar esta pesquisa a cada dois anos a fim de que sirva para aprimorar os rumos da política e saber se realmente a política anda pelo caminho certo. Para saber se está investindo adequadamente ou não, o que a gente precisa melhorar.

O secretário expressou sua gratidão pela oportunidade que recebeu de estar à frente da SEDES e puder contribuir, junto com a Lourvidia na expansão dos restaurantes populares e de ter tirado muitas pessoas da extrema pobreza. Reconheço a necessidade de fazer mais ainda para realmente transformar o Estado. Momentos como este evento são importantes contribuições para o direcionamento deste processo.

2. Dia 05 de dezembro - 2º dia da Conferência

2.1 - Relato do Dia

A caótica situação, causada por uma intoxicação alimentar causada pelo almoço do dia anterior pelo Restaurante contratada pela empresa licitada para organizar a VI+4 CESAN, obrigou a Coordenação da Conferência de radicalmente mudar a programação e a forma de encerramento do evento.

Cabe registrar que diante da inesperada fatalidade, houve uma pronta solidariedade entre os participantes do evento, de conselheiros estaduais até daqueles e daquelas que sofriam dos mesmos sintomas. Contaram com o apoio total da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, da Secretaria Estadual de Saúde, do SAMU e das Vigilâncias Sanitárias dos Municípios de São José de Ribamar, da São Luís e do Estado do Maranhão. Especial menção merece a Diretoria e os funcionários do CESIR/FETAEMA, que tudo fizeram para amenizar os incômodos para as pessoas afetadas.



Figura 12 - Excelente serviço do SAMU no atendimento dos doentes

Com a participação de cerca de 150 pessoas delegadas, foi encerrado o evento, com a deliberação de que o CONSEA/MA organize a partir do mês de fevereiro de 2026 uma sessão complementar da Conferência, de forma virtual, para apresentar e deliberar sobre as proposições para a Política de SAN, formuladas pelas Conferências Municipais e ordenadas, aglutinadas, agrupadas e aperfeiçoadas com olhar técnico pela Comissão de Sistematização.

Comissão foi integrada por técnicas/os da SASAN (Secretaria Ajunta de SAN) e de Conselheiros/as estaduais da Sociedade Civil e do Poder Público (CAISAN), com apoio da secretaria do CONSEA, e se debruçou por dois meses sobre a sistematização das 2.804 propostas enviadas pelas 151 Conferências Municipais realizadas no decorrer do ano de 2025 (duas já realizadas no ano de 2024).

Foram usados alguns critérios e apoios técnicos para se chegar à aglutinação e adensamento das propostas. Pesquisou-se o que já existia e adaptou-se a formulação (implementar em vez de criar, por exemplo). Após estes procedimentos, chegou-se a uma lista de 49 propostas para serem direcionadas ao governo do Estado e 53 ao governo federal.

Nos quadros a seguir seguem as propostas apuradas para apreciação e foram colocadas à disposição via QR-code e divulgadas em grupos de WhatsApp e no site do CONSEA/MA (consea.ma.gov.br)

3. Sistematização das propostas

3.1 – Propostas Estaduais

N°	PROPOSTA ESTADUAIS
1	Garantir o acesso à terra e promover a regularização fundiária de agricultores familiares e comunidades tradicionais, assegurando a segurança jurídica, a permanência no território e o fortalecimento das atividades produtivas, por meio de políticas públicas integradas.
2	Articular, junto aos deputados estaduais, a aprovação de legislação que fortaleça o controle sobre o uso de agrotóxicos, estabeleça metas de redução progressiva e avance para sua eliminação gradual, incluindo a proibição da pulverização aérea, com o objetivo de proteger a saúde humana, preservar o meio ambiente e promover sistemas de produção agrícola sustentáveis.
3	Ampliar os investimentos públicos em infraestrutura hídrica — incluindo a construção e recuperação de poços, cisternas e sistemas de irrigação — para fortalecer a produção de alimentos pela agricultura familiar, assegurando também o monitoramento e o controle regular da qualidade da água em todas as etapas do processo produtivo.
4	Ampliar e aprimorar o fornecimento de água potável para toda a população do Estado, garantindo qualidade, regularidade e segurança hídrica por meio de investimentos em infraestrutura, monitoramento da qualidade da água, manutenção dos sistemas de abastecimento e ações de gestão integrada dos recursos hídricos.
5	Promover ações integradas de capacitação em Segurança Alimentar e Nutricional, contemplando profissionais da saúde, da assistência social e da educação, estudantes da rede estadual bem como beneficiários de programas sociais, com foco na produção e no processamento de alimentos, na educação alimentar e nutricional e na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável.
6	Ampliar a oferta de vagas nos cursos técnicos de agropecuária do IFMA, fortalecendo a formação profissional no setor agrícola.
7	Fortalecer a atuação das Casas Familiares Rurais, ampliando e qualificando a política de pedagogia da alternância como estratégia de formação integral para jovens do meio rural.
8	Promover capacitações contínuas sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), seu funcionamento, instrumentos e programas, direcionadas a gestores, técnicos, conselheiros e representantes da sociedade civil, visando fortalecer a atuação integrada e qualificada dos atores envolvidos no SISAN.
9	Implementar ações de capacitação contábil destinadas a gestores públicos e representantes da sociedade civil, com foco nas normas e procedimentos de prestação de contas de recursos públicos aplicados a programas e projetos de Segurança Alimentar e Nutricional, visando aprimorar a transparência, a eficiência e a conformidade na execução dessas iniciativas.
10	Promover a capacitação em práticas sustentáveis e de agroecologia para agricultores familiares, mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais, visando fortalecer a produtividade, ampliar a autonomia e incentivar a permanência da juventude no campo.
11	Fortalecer programas e estratégias de escoamento, armazenamento e abastecimento de alimentos saudáveis.
12	Implementar no Maranhão o sistema de gestão, ágil e descomplicado, que viabilize a operacionalização dos produtos certificados com o Selo Arte (mel, queijos, doces, subprodutos de babaçu etc.)

N°	PROPOSTA ESTADUAIS
13	Desenvolver estratégias para reduzir o desperdício de alimentos em todo processo de produção até o consumo, incluindo a criação de bancos de alimentos e a promoção de campanhas de conscientização.
14	Divulgar o Mapa de Combate à Fome no Maranhão para monitorar e acompanhar a situação de insegurança alimentar e nutricional no estado e avaliar o impacto das políticas públicas de SAN.
15	Fortalecer o controle da sociedade sobre a política de SAN nos municípios, estados e nacionalmente mediante criação e uso de plataformas com acessibilidade (LIBRAS, leitura de tela).
16	Divulgar as ações do Fórum Estadual de SAN em todo estado do Maranhão e incentivar a criação dos fóruns nos municípios.
17	Estimular e promover a articulação e cooperação entre os Conselhos de SAN nos diferentes níveis do governo.
18	Desenvolver e implementar plataformas digitais de participação social que permitam aos cidadãos sugerir políticas públicas, avaliar ações governamentais e oferecer feedback contínuo sobre a execução dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional, fortalecendo a transparência, o controle social e a tomada de decisões baseada na participação popular.
19	Instituir uma Ouvidoria de Segurança Alimentar e Nutricional para receber denúncias, sugestões e demandas da população, bem como acompanhar, monitorar e encaminhar questões relacionadas à implementação das políticas e programas de SAN.
20	Criar um Observatório Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com universidades, para monitorar dados e repassar informações aos municípios.
21	Promover campanhas educativas nos meios de comunicação do Estado, boletins informativos, cartilhas, vídeos etc., com o objetivo de fortalecer a cultura alimentar regional, incentivando a produção da agricultura familiar e o consumo dos alimentos por ela produzidos.
22	Promover troca de saberes entre povos e comunidades tradicionais, agricultores, universidades, institutos de pesquisa, órgãos de extensão rural e o governo, voltados para educação alimentar e produção de alimentos saudáveis.
23	Incentivar a educação alimentar e nutricional (EAN) nos currículos das escolas estaduais, com criação de hortas escolares em toda a rede estadual, garantindo que professores, alunos e suas famílias tenham acesso a informações sobre alimentação saudável, práticas agroecológicas e aproveitamento integral dos alimentos.
24	Criar a “caravana da valorização rural” que leve arte, cultura e educação popular para as comunidades agrícolas, reforçando a imagem positiva do agricultor e sua contribuição para a sociedade.
25	Revisar o sistema dos Restaurantes Populares, incluindo sua localização e infraestrutura, de modo a garantir um atendimento mais adequado às necessidades da população em situação de maior vulnerabilidade social.
26	Incentivar Cozinhas Solidárias em comunidades carentes para fornecer refeições saudáveis e nutritivas.
27	Instituir o Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, destinado ao financiamento de ações e programas que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para populações em situação de vulnerabilidade, com prioridade para iniciativas de combate ao racismo alimentar e promoção da equidade no acesso à alimentação de qualidade.
28	Garantir recursos permanentes no orçamento estadual para políticas públicas de SAN, com transparência e participação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA ESTADUAL) no planejamento e monitoramento de ações.
29	Fomentar cooperativas ou associações para pasteurização de leite (laticínios) no Maranhão
30	Mitigar os efeitos das mudanças climáticas no Estado por meio da estruturação de serviços de combate a incêndios rurais, da preservação da vegetação nativa e do fortalecimento do manejo florestal sustentável.

N°	PROPOSTA ESTADUAIS
31	Promover pesquisas e análises de solo, em parceria com a UEMA e outras instituições de ensino e pesquisa, visando aprimorar a produção da Agricultura Familiar.
32	Expandir os programas de nutrição e saúde pública no estado, com o foco em diagnóstico precoce de desnutrição e prevenção de doenças alimentares (como obesidade, diabetes, hipertensão).
33	Desenvolver estratégias de nutrição preventiva em unidades de saúde e escolas, promovendo consultas nutricionais e práticas de alimentação saudável nas comunidades.
34	Promover a Agricultura Familiar por meio da oferta de maquinários, sementes de qualidade, assistência técnica e capacitações em agroecologia, incluindo o uso de bio-insumos e adubação orgânica para o controle de pragas e doenças, melhoria da fertilidade do solo e produção de alimentos de qualidade, abrangendo assentamentos, comunidades rurais e ampliando os programas de ATER com foco em práticas sustentáveis.
35	Incentivar a produção de alimentos saudáveis e seu consumo mediante fomento à agricultura familiar, ampliação de programas de compras institucionais (PNAE, PAA, PROCAF e outros novos).
36	Ampliar e criar programas de fomento para a agricultura familiar ecológico com capacitações, créditos adequados e assistência técnica rural.
37	Ampliar e criar programas de distribuição de sementes de qualidade em épocas convenientes para sua plantação e fomentar a criação de bancos de sementes crioulos (arroz, milho, feijão, hortaliças, mandioca etc...)
38	Incentivar o consumo de pescado, mediante a implementação de políticas que fortaleçam e potencializem a piscicultura e a pesca artesanal.
39	Incentivar a criação e a instalação de agroindústrias voltadas ao beneficiamento de produtos de origem vegetal, incluindo a produção de polpas de frutas, visando agregar valor à produção local e fortalecer a agricultura familiar.
40	Promover mutirões para a realização e atualização do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), ampliando o alcance dos agricultores familiares e facilitando seu acesso às políticas públicas e programas de apoio.
41	Financiar projetos de energia limpa (placas solares) para uso na agricultura familiar.
42	Fortalecer, por meio da ampliação de recursos financeiros, os programas estaduais de aquisição de alimentos — como o PAA Estadual, PROCAF e PAA-Leite — garantindo sua expansão e a inclusão de novos públicos beneficiários, tanto entre os agricultores familiares quanto entre as populações atendidas.
43	Instituir editais estaduais para financiar projetos de hortas urbanas (Agricultura Urbana e Periurbana) e comunitárias.
44	Criar programas estaduais de incentivo à transição agroecológica, oferecendo suporte técnico, financiamento e capacitação para pequenos produtores que queiram adotar práticas de cultivo mais sustentáveis e livres de agrotóxicos.
45	Fortalecimento da produção local de frutos nativos e polpas por meio de oficinas, capacitações e incentivo à comercialização.
46	Promover concurso público para reestruturação da AGERP (Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural).
47	Ampliar o número de profissionais nutricionistas na rede pública estadual com foco em segurança alimentar e nutricional.
48	Promover a implantação de salas de apoio à amamentação e bancos de leite materno no Maranhão.
49	Contribuir com a criação de núcleos regionais do SISAN e fortalecer a articulação entre município e estado.

3.2 - Propostas Nacionais

N°	PROPOSTAS para a Política de SAN federal
1	Implementar uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar Popular integrada ao Programa de Infraestrutura Alimentar e Nutricional, com enfoque na justiça social e climática, destinada a interligar regiões produtoras de alimentos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais a centros de consumo, priorizando territórios em situação de vulnerabilidade alimentar, superando barreiras logísticas e estruturais por meio da construção e modernização de entrepostos, armazéns, câmaras frias, estradas e rotas de abastecimento, bem como garantir transporte contínuo e adequado para o escoamento da produção e distribuição de alimentos saudáveis.
2	Assegurar o cumprimento integral da legislação de acessibilidade nos espaços de controle social e nos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), garantindo condições plenas de participação e uso por pessoas com deficiência (intérprete de Libras, instalação e manutenção de rampas, corrimãos, piso tátil, banheiros acessíveis, sinalização adequada, recursos de comunicação acessível e demais adaptações necessárias para assegurar autonomia, segurança e igualdade de condições no acesso aos serviços e aos espaços de deliberação da política de SAN).
3	Garantir a identificação, demarcação e regularização dos territórios indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, com atuação ágil e transparente da União (INCRA, FUNAI, SEPPIR e demais órgãos competentes), assegurando reparação histórica, proteção comunitária e o fortalecimento da segurança e soberania alimentar desses povos.
4	Instituir mecanismos de proteção e ordenamento do uso da terra e da água, coibindo o avanço do agronegócio sobre áreas habitadas e produtivas, a fim de assegurar os direitos territoriais das comunidades tradicionais e da agricultura familiar. A medida integra a agenda fundiária, ambiental e de reforma agrária, de competência federal (INCRA, MDA, MMA).
5	Agilizar os processos de desapropriação de terras improdutivas ou desocupadas, destinando-as à ampliação da agricultura familiar e da agricultura urbana, como parte da política de reforma agrária, fomentando geração de renda, inclusão produtiva e fortalecimento da segurança alimentar.
6	Assegurar a implementação efetiva da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com ampliação de linhas de crédito e assistência técnica, em parceria com o INCRA, e criação de programas de incentivo fiscal para agricultores familiares. A ação deve incluir também campanhas nacionais de combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos e de promoção da alimentação saudável.
7	Ampliar o acesso a recursos públicos, por meio de editais específicos, para apoiar a implantação, modernização e regularização de agroindústrias comunitárias e familiares, assegurando assistência técnica, infraestrutura adequada e certificações sanitárias. Além disso, implementar e fortalecer o subprograma PRONAF Agroindústria Familiar, garantindo investimentos contínuos, apoio à comercialização e integração com as políticas de compras públicas.
8	Promover a regulação e o banimento progressivo de tecnologias e insumos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente, bem como daqueles cujos efeitos não podem ser devidamente controlados na produção e no consumo de alimentos.
9	Fortalecer e ampliar os órgãos e equipes federais responsáveis pelo controle, monitoramento e fiscalização do uso de agrotóxicos em todo o território nacional, assegurando estrutura, recursos humanos e tecnologia adequados para intensificar a fiscalização sobre a comercialização e o uso de agrotóxicos, prevenindo práticas irregulares e protegendo a saúde humana e ambiental.
10	Revisar, com base em evidências científicas, as autorizações de agrotóxicos já proibidos em outros países e intensificar a fiscalização de sua comercialização e uso, assegurando práticas agrícolas seguras e a proteção dos ecossistemas.
11	Fomentar campanha permanente em meios de comunicação em massa sobre os danos à saúde causadas pelos agrotóxicos
12	Implementar e ampliar programas de acesso e segurança hídrica, mediante a preservação dos mananciais, perfuração de poços e construção de cisternas para garantir água de qualidade para consumo humano e produção de alimentos.

N°	PROPOSTAS para a Política de SAN federal
13	Implementar e fortalecer a Rede Urbana de Alimentação Saudável (RUAS) para promover a governança intersetorial e intergovernamental, fomentar a cooperação horizontal e a troca de conhecimentos e experiências de boas práticas.
14	Instituir um Selo Nacional de Certificação Socioambiental voltado aos produtos da agricultura familiar, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, unificando padrões de produção orgânica, sustentabilidade ambiental e justiça social. A certificação deve ser articulada entre MAPA, MMA, MDS e SEAD, com regras simplificadas, assistência técnica e apoio financeiro para adesão das comunidades, fortalecendo a inclusão produtiva e a oferta de alimentos saudáveis no mercado institucional e privado.
15	Instituir, no âmbito do Governo Federal, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Produção de Alimentos Saudáveis (ATER-Saúde) com envolvimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, voltado exclusivamente ao fortalecimento da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, com prioridade para práticas agroecológicas, redução do uso de agrotóxicos e ampliação da oferta de alimentos saudáveis para o SISAN.
16	Fortalecer e ampliar a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, promovendo o incentivo à produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas por meio de apoio técnico, acesso a insumos, financiamento adequado e integração com ações de Segurança Alimentar e Nutricional (hortas comunitárias, escolares e familiares, gerando renda, abastecimento local e melhoria da qualidade alimentar da população).
17	Desburocratizar o sistema de emissão do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF).
18	Criar um Programa Nacional de frota refrigerada para apoiar estados e municípios no transporte de alimentos da agricultura familiar, com recursos federais;
19	Criar e fortalecer as campanhas nacionais sobre alimentação saudável, redução do consumo de ultra processados, e valorização da cultura alimentar de cada região.
20	Dar suporte à formação técnica contínua para manipuladores e merendeiras com foco no PNAE.
21	Incluir na função de trabalho dos agentes comunitários de saúde informação sobre alimentação adequada saudável
22	Divulgar amplamente as capacitações para conselheiros municipais, estaduais e nacionais, lideranças comunitárias e gestores, abordando temas como orçamento público, funcionamento do SISAN, controle social e estratégias de mobilização.
23	Desenvolver plataformas e mecanismos para consultas públicas e escutas, como audiências, assembleias populares e fóruns regionais sobre segurança alimentar, assegurando acesso aos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais grupos vulneráveis
24	Incluir, na grade curricular de ensino, dinâmicas que trabalhem com
25	os alunos a participação em políticas públicas e a importância dos conselhos de controle social
26	Ampliar recursos financeiros e desburocratizar os critérios de elegibilidade de acesso ao crédito, divulgando as informações para agricultores familiares e pescadores artesanais.
27	Instituir programa nacional de formação continuada em segurança alimentar e nutricional, voltado a profissionais e lideranças com foco em políticas públicas, agroecologia (PRONERA) e cursos técnicos voltados ao trabalho no campo de combate à fome.
28	Implementar a lei 15.224/2025 que estabeleça a obrigatoriedade de programas de reaproveitamento de alimentos e redução do desperdício para empresas do setor alimentício, com foco na doação de excedentes seguros para programas sociais e bancos de alimentos.
29	Realizar campanhas a nível nacional sobre o direito humano à alimentação adequada nas escolas, comunidades e meios de comunicação e redes sociais.
30	Vincular aos programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) educação sobre alimentação adequada e saudável e inclusão produtiva
31	Criação de uma política nacional de energia limpa de baixo custo e baixo impacto para produção da agricultura familiar.

N°	PROPOSTAS para a Política de SAN federal
32	Ampliar estudos e pesquisas nas Instituições de Ensino Superior - IES na área de segurança alimentar e nutricional para a formação de uma mentalidade ecológica e socialmente sustentável.
33	Instituir um fundo público com recursos próprios e transferências obrigatórias para ações estruturantes de SAN, especialmente em territórios em insegurança alimentar grave.
34	Desenvolver ou aprimorar um sistema de informação que colete, analise e divulgue dados sobre a situação da segurança alimentar e nutricional no país, incluindo indicadores de acesso, disponibilidade, consumo e qualidade dos alimentos.
35	Fortalecer e divulgar redes de articulação entre a sociedade civil e o poder público na área de SAN, incentivando o intercâmbio de boas práticas e a participação ativa na formulação de políticas
36	Implementar por meio da MAPA, CODEVASF, MDA e demais órgãos, projetos de irrigação para a agricultura familiar.
37	Incluir na formação de profissionais do sistema de justiça o DHAA e o SISAN
38	Criação de um programa nacional de mecanização adaptada para pequenos produtores, com distribuição subsidiada de maquinários leves e adequados às condições da agricultura familiar.
39	Promover pactuação interfederativa para estabelecimento de metas nacionais de erradicação da fome com monitoramento participativo.
40	Desenvolver um sistema de informação padronizado e integrado para consolidar dados e indicadores de SAN em todos os níveis governamentais, facilitando a geração de relatórios e a transparência.
41	Apoiar à execução de programas de reflorestamento em áreas degradadas às margens dos rios, integrados a políticas nacionais de preservação ambiental e mitigação das mudanças climáticas e seus efeitos (secas prolongadas, enchentes e alterações nos ciclos agrícolas etc...)
42	Implementar um Observatório Nacional do DHAA e do Controle Social como órgão técnico vinculado ao MDS, CONSEA e IBGE para monitorar, avaliar e publicar relatórios anuais sobre a situação da SAN no Brasil e a efetividade da participação social.
43	Criar um canal de ouvidoria nacional sobre violação do Direito Humano à Alimentação Adequada.
44	Aumentar o recurso financeiro para a execução dos Programas de Aquisição de Alimentos.
45	Aplicar a Lei 10.420/2022 que garante o plano Safra para os produtores terem acesso a todos os benefícios em caso de perda da produção por questões climáticas e/ou de pragas.
46	Atualizar regulamente o valor per capita dos recursos do Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE.
47	Aprimorar os critérios de acesso ao PRONAF Jovem, fortalecendo a formação técnica para viabilizar a permanência digna da juventude no campo diminuindo o êxodo rural.
48	Reduzir a taxa de juros do PRONAF e intensificar sua fiscalização para ser distribuído de forma correta.
49	Garantir recursos no orçamento federal para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional - PSAN.
50	Ampliar o financiamento federal do SISAN com critérios de repasse baseados em indicadores de vulnerabilidade alimentar e nutricional.
51	Fortalecer e ampliar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG), garantindo maior alcance territorial e agilidade nos processos de certificação, e promover a criação de mecanismos específicos para facilitar a certificação orgânica de hortaliças — incluindo apoio técnico, redução de custos para pequenos produtores e expansão das auditorias e dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs).
52	Tornar o projeto Sisteminha da EMBRAPA uma política de Estado, a fim de ampliar sua abrangência e impacto, promovendo a inovação e sustentabilidade na agricultura familiar.
53	Ter transparência no destino das Emendas Parlamentares.

Conclusão

Toda política pública se desenvolve ao longo do tempo, atravessa mandatos e passa por processos contínuos. A segurança alimentar e nutricional da população no Estado do Maranhão também evolui. As demandas mudam, as necessidades modificam, o Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) evolui e suas implicações se alteram. É dentro de uma percepção histórica deste Direito que se situam as Conferências, as políticas, os programas e projetos de SAN. A realização regular das conferências se impõe por causa das constantes mudanças da realidade.

A VI Conferência +4 de SAN do Estado do Maranhão constatou avanços nas condições alimentares da sua população, mas apontou ainda muitas lacunas, identificou grupos populacionais vulneráveis e detectou novos desafios. Ela se insere na evolução histórica da conquista do DHAA, capitaneada pela sociedade civil e a cobrança constante às instituições públicas. A Conferência não se encerra com o seu Relatório. No caso específica desta VI+4 CESAN, uma etapa complementar ainda deve ser realizada, de forma híbrida como deliberado na sua plenária final. Suas propostas, reivindicações e cobranças prosseguem na pauta das lutas das entidades da sociedade civil e deverão ecoar na Política de SAN, desenvolvida pelo Governo do Estado, nos próximos anos.

A Coordenação da Conferência



Figura 13 - Plenária final 05 de dezembro



ANEXOS**1. Portaria nº 19 /2025 - GAB/SEDES, de 25/02/2025**

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 6º, inciso II do Decreto Estadual nº 24.780 de 14 de novembro de 2008 c/c os artigos 9 e 10 da Lei Estadual nº 10.152 de 29 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica convocada a 6ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – VI+4 CESAN do Maranhão, a ser realizada na área metropolitana de São Luís, nos dias 16 e 17 de setembro de 2025, tendo como tema “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”, conforme deliberação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/MA, com participação dos e das delegadas/os das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo Único – O CONSEA/MA coordenará a 6ª CESAN +4, observado no que se refere o disposto no art. 10 da Lei 10.512 de 29 de outubro de 2014, e as deliberações específicas da Plenária do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/MA.

Art. 2º – A 6ª CESAN +4 desenvolverá seus trabalhos tendo como compromisso a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), previsto no art. 6º da Constituição Federal e o direito a soberania alimentar, por meio da implementação da política e do Sistema Intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, nas esferas de governo e com a participação da população.

Art. 3º – As despesas com organização, mobilização do processo e realização da Conferência, serão custeadas pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

LÍVIO JONAS MENDONÇA CORRÊA

Subsecretário de Estado do Desenvolvimento Social

2. CONSEA/MA - RESOLUCAO 006/2025

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional -CONSEA, "órgão permanente, colegiado, de caráter deliberativo, de assessoramento ao Governador do Estado e vinculado à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social (SEDES)" (Lei Estadual 10.152/29.10.2014 - LOSAN, art. 11),

Considerando que a Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -CONSEA-Nacional convocou a VI Conferência Nacional de SAN +2 (VI+2 CNSAN);

Considerando que o Estado realizou a sua VI+2 CESAN (Conferencia Estadual) em 2023, em preparação a VI CNSAN que aconteceu em dezembro de 2023;

Considerando que Estado através de Portaria 19/25.02.2025 da SEDES convocou a VI+4 CESAN do Maranhão,

Considerando que em sua reunião ordinária do dia 11 de fevereiro de 2025 no auditório do CSU Vinhais, São Luís-MA, o CONSEA já aprovou o Regimento da referida Conferencia;

RESOLVE

Art. 1º. Tornar público o Regimento aprovado (em anexo), contendo as normas de participação dos municípios a etapa Estadual, a ser realizada nos dias 16 e 17 de setembro de 2025.

São Luís, 25 de fevereiro de 2025

3. REGIMENTO DO PROCESSO ORGANIZATIVO DA VI CONFERÊNCIA ESTADUAL+4 DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO (VI+4 CESAN)

CAPÍTULO I DA CONVOCAÇÃO DA VI +4 CESAN

Art. 1º - Observando o disposto nos art. 9º e 10º da Lei 10.152 de 29 de outubro de 2014, a VI Conferência Estadual +4 de Segurança Alimentar e Nutricional do Maranhão, (VI+4 CESAN), convocada pela SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDES pela Portaria nº 19 de 25.02.2025, será organizada pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, tem como Tema: “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”, conforme orientação da VI Conferências Nacional de SAN (VI CNSAN), convocada pelo CONSEA Nacional e a CAISAN Nacional.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E DOS TEMAS

Art. 2º - São objetivos da VI Conferência Estadual +2 de SAN (VI+2 CESAN):

I – Objetivo geral: Ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da Soberania Alimentar, garantindo a todas e todos o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão Intersectorial no Sistema, na Política e no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

II – Como Objetivos específicos: a) Analisar os desafios da atual conjuntura estadual, nacional e internacional para a Política de SAN; b) Redimensionar a situação da fome, desnutrição e subnutrição no Maranhão e sua incidência nas populações mais vulneráveis; c) Avaliar programas e projetos implementados pelo Governo do Maranhão no combate à Insegurança Alimentar e Nutricional e seu alcance; d) Fortalecer o SISAN, a adesão dos Municípios, a participação da sociedade (o controle social) através dos Conselhos, a elaboração dos Planos de SAN pelas CAISANs e a parceria e cooperação entre Poder público e Sociedade Civil organizada. e) avaliar e rever as diretrizes nacionais do Plano Nacional de SAN; f) Eleger representantes do Maranhão para a soberania e segurança alimentar e nutricional;

Art. 3º - A VI+4 CESAN terá como eixos temáticos:

Eixo 1 - Determinantes estruturais e macrodesafios para a soberania e segurança alimentar e nutricional;

Eixo 2 – Sistema nacional de segurança alimentar e nutricional e políticas públicas garantidoras do direito humano à alimentação adequada;

Eixo 3 - Democracia e participação social.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DA VI+4 CESAN

Art. 4º - O processo da VI+4 CESAN foi definido e aprovado pelo CONSEA/MA na sua reunião ordinária de 11 de fevereiro de 2025.

Art. 5º - O processo da VI+4 CESAN é composta pelas seguintes etapas: I – Etapa Municipal, que encerra sua realização em 31 de julho de 2025; II – Conferências livres, a serem realizadas até o dia 31 de julho de 2025. IV – VI Conferência Estadual +4 de SAN – Etapa estadual que se realizará em 16 e 17 de setembro de 2025.

Art. 6º - Cada Município que fez sua adesão ao SISAN deverá realizar sua Conferência Municipal e os demais que ainda completaram sua adesão poderão realizar a sua até p dia 31 de julho de 2025, com o tema da VI+2 CNSAN.

§ 1º - A realização da etapa municipal será pré-requisito para a participação do município na etapa estadual.

§ 2º - O Município informará previamente ao CONSEA o Regimento e a programação de Conferência, a data e o local de sua realização.

§ 3º - O município que realizar a sua Conferência deverá encaminhar seu relatório até o dia 15 de agosto para a Comissão Organizadora da VI+4 CESAN, através de e-mail consea.ma@yahoo.com.br, contendo lista de presença assinada por todos os participantes, registros fotográficos e ata com os debates e conclusões registradas, que são condicionalidades para sua validação pelo CONSEA.

§ 4º - As Conferências Municipais deverão contemplar vagas para os segmentos populacionais prioritários para a Política de SAN presentes no seu território, como agricultores e agricultoras familiares, quebradeiras de coco, pescadores, marisqueiras indígenas, quilombolas, comunidades negras, ciganas, população LGBTQIAPN+, Famílias atendidas pelos programas de distribuição de alimentos, população em situação de rua e outras.

§ 5º - Cada Conferência Municipal elegerá um número de delegadas/os conforme os seguintes critérios: I - Municípios adesos em 25/02/2025 com critério populacional (veja tabela em anexo); II - Municípios não adesos até 12/02/2025: três delegados (dois da sociedade civil e um do poder público).

§ 6º - Municípios adesos, cujos componentes CAISAN e COMSEA não estejam devidamente nomeados ou fora de prazo de mandato, poderão regularizar-se junto ao CONSEA-MA até 30 de junho para participar com delegação à VI+4 CESAN.

Art. 7º - Os segmentos prioritários da Política de SAN poderão organizar Conferências livres. § 1º - Cada conferência livre com a participação de no mínimo 50 participantes, poderá eleger dois delegados para a VI+4 CESAN.

§ 2º - A conferência livre será validada com a prévia informação ao CONSEA e a participação de um/a ou mais conselheiros/as por ele (Conselho Estadual) indicado/a.

Art. 8º - A etapa estadual da VI+4 CESAN se realizará nos dias 16 a 17 de setembro de 2025 na área metropolitana de São Luís. § 1º - Participarão como delegadas/os da etapa estadual, delegados/as eleitas/os nas Conferências municipais e nas Conferências livres, 72 Conselheiros estaduais (titulares e suplentes), 6 representantes do Fórum maranhense de SAN e 03 representantes indicadas/as pela CAISAN.

§ 2º - São públicos prioritários da Política de SAN: pessoas em situação de Rua, pessoas LGBTQIAPN+, Mulheres, pessoas com deficiência, pessoas idosas, indígenas, quilombolas, comunidades afrodescendentes, que terão sua participação na Conferência Estadual garantida mediante eleição de delegadas e delegados em conferências municipais ou através de Conferências livres.

§ 3º - Entre os participantes configuram ainda 45 (quarenta e cinco) integrantes das comissões de serviço e convidados.

Art. 9º - Delegadas/os escolhidas/os para a conferência regional presencial e a etapa estadual da VI+4 CESAN, pessoas com deficiência e necessidades especiais,

deverão informar à Comissão Organizadora a assistência de que necessitam, com o objetivo de que sejam providenciadas as condições necessárias a sua participação.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DA VI+4 CESAN

Art. 10 - A organização da VI+4 CESAN será coordenado por uma Comissão Organizadora que criará os Grupos de Trabalho e subcomissões necessárias, entre as quais as de a) Infraestrutura; b) Comunicação e mobilização; c) Conteúdo e metodologia.

§ 1º - A direção do CONSEA/MA coordenará o processo da VI+4 CESAN.

§ 2º - A Comissão Organizadora será composta pela Mesa diretiva do CONSEA, por 02 (dois) representantes do Fórum Maranhense de Segurança Alimentar e Nutricional - FMSAN e 02 (dois) representantes da CAISAN.

Art. 11 - À Comissão Organizadora da VI+4 CESAN do compte: I - Coordenar, supervisionar, dirigir e promover a realização da VI+4 CESAN, atendendo os aspectos técnicos, políticos, administrativos e financeiros; II - Designar os integrantes das subcomissões, podendo ampliar a composição destas sempre que houver necessidade; III - Deliberar sobre as despesas a serem realizadas; IV - Discutir e deliberar, através de Resolução, sobre todas as questões julgadas pertinentes sobre a VI Conferência Estadual +4 de Segurança Alimentar e Nutricional e as não previstas nos itens anteriores; V - Apresentar o Regimento Interno da VI+4 CESAN a ser aprovado pelo CONSEA e acompanhar o seu cumprimento.

Art. 12 - Compete à subcomissão de Conteúdo e Metodologia: I - Elaborar textos de apoio sobre o tema central e eixos temáticos, visando orientar e subsidiar os debates e discussões em todas as etapas da VI+4 CESAN; II - Planejar e executar a metodologia da dinâmica da Conferência; III - Elaborar a consolidação dos Relatórios; IV - Elaborar a relação de subtemas e os roteiros para os trabalhos de grupos; V - Propor expositores para os temas; VI - Designar facilitadores para os grupos de trabalho.

Art. 13 - À subcomissão de Mobilização e Comunicação cabe: I - Promover a divulgação da Convocação, do Regimento da VI+2 CESAN e outros documentos, informações e subsídios; II - Orientar, coordenar e acompanhar a realização das atividades de Comunicação da Conferência; III - Providenciar a impressão e divulgação do Regimento e Regulamento da VI+2 CESAN do Maranhão; IV - Encaminhar o Relatório Final da VI+2 CESAN do Maranhão para publicação.

Art. 14 - À subcomissão de Infraestrutura cabe: I - Organizar a estrutura necessária para a realização da VI+4 CESAN, referentes a local, equipamentos e instalações, audiovisuais, reprografia, comunicações, hospedagem, transportes e alimentação; II - Acompanhar e avaliar, juntamente com a Comissão Organizadora, a utilização dos recursos destinados à realização da Conferência; III - Realizar o credenciamento dos delegados/as e os controles necessários; IV - Providenciar os atos e encaminhamentos pertinentes ao fluxo dos gastos com as devidas previsões, cronogramas e planos de aplicação.

CAPÍTULO V – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 15 - As despesas com a organização e com a realização da etapa da estadual da VI+4 CESAN do Maranhão devem ser assumidas pelo Governo do Estado sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Maranhão.

§ 1º - Despesas de hospedagem e de passagem rodoviária de delegadas/os da Sociedade Civil da sede do município para o local da conferência regional e estadual serão assumidas pelo Poder Público estadual.

§ 2º - A alimentação de todos/as delegados/as será assumida pelo Poder Público estadual, sendo deslocamento e hospedagem dos representantes do poder público custeados pelas respectivas prefeituras municipais.

§ 3º - O ressarcimento de deslocamento intermunicipal de ônibus e transporte rodoviário de ida e volta para delegados/as da sociedade civil será feita mediante apresentação das respectivas passagens.

§ 4º - O traslado da Rodoviária e do Anel Viário para o local do evento e sua volta será garantido pelo poder público estadual em horários previamente determinadas pela coordenação das conferencias presenciais. Art. 16 - Cabe à Comissão Organizadora acompanhar a execução das despesas relacionadas à realização da VI+4 CESAN.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 - Os casos omissos e conflitantes não previstos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da VI+4 CESAN.

4. CONSEA/MA - RESOLUÇÃO 039/2025

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, "órgão permanente, colegiado, de caráter deliberativo, de assessoramento ao Governador do Estado e vinculado à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social (SEDES)" (Lei Estadual 10.152/29.10.2014 - LOSAN, art. 11), em reunião ordinária virtual do dia 08 de julho de 2025,

CONSIDERANDO que muitos municípios maranhenses adesos buscam adequar-se às normas nacionais e estaduais de funcionamento efetivo do sistema intersetorial de SAN no seu território;

CONSIDERANDO o pleito de muitos municípios maranhenses para ter o prazo para realização de suas conferências estendido;

CONSIDERANDO que a Conferência Estadual tem por objetivo o fortalecimento do SISAN no Estado do Maranhão e nos seus municípios;

RESOLVE

Art. 1º - Adiar a realização da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional +4 - VI+4 CESAN - para os dias 04 e 05 de novembro de 2025.

Art. 2º - Ampliar o prazo de realização das Conferências Municipais de SAN até o dia 12 de setembro de 2025 e o envio dos seus respectivos Relatórios até o dia 22 de setembro de 2025.

Art. 3º - Manter as determinações para participação dos Municípios à VI+4 CESAN em conformidade com o Regimento Interno da Conferência, aprovado na reunião ordinária do CONSEA-MA em 11 de fevereiro de 2025 e publicizado através da Resolução 006 de 25/02/2025.

São Luís, 08 de julho de 2025

5. CONSEA/MA - RESOLUÇÃO 057/2025

A mesa diretora do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/MA, "órgão permanente, colegiado, de caráter deliberativo, de assessoramento ao Governador do Estado e vinculado à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social (SEDES), (conforme Lei Estadual nº 10.152/29.10.2014 - LOSAN, art. 11),

CONSIDERANDO a opção da realização da VI Conferência Estadual de SAN +4 (VI+4 CESAN) no Centro de Estudos Sindicais Rurais (CESIR) da FETAEMA;

CONSIDERANDO uma informação equivocada da administração do CESIR sobre a data anteriormente informada para a realização da VI+4 CESAN;

RESOLVE ad referendum do PLENO do CONSEA/MA,

Art. 1º- FIRMAR a VI+4 CESAN para os dias 04 (quinta feira) e 05 (sexta feira) de DEZEMBRO de 2025.

São Luís, 23 de outubro de 2025

6. REGULAMENTO DA ETAPA ESTADUAL (Aprovado em Plenário da Conferência no dia 04 de dezembro de 2025)

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - Este Regulamento define as regras de funcionamento da VIª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Maranhão - VI+4 CESAN, convocada pelo pela SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDES pela Portaria nº 19 de 25.02.2025, será organizada pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA e a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, tem como Tema: "Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade";

Art. 2º - A VI+4 CESAN tem como objetivo geral: Ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da Soberania Alimentar, garantindo a todas e todos o direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social e a gestão Intersetorial no Sistema, na Política e no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

a) Analisar os desafios da atual conjuntura estadual, nacional e internacional para a Política de SAN;

b) Redimensionar a situação da fome, desnutrição e subnutrição no Maranhão e sua incidência nas populações mais vulneráveis;

c) Avaliar programas e projetos implementados pelo Governo do Maranhão no combate à Insegurança Alimentar e Nutricional e seu alcance;

d) Fortalecer o SISAN, a adesão dos Municípios, a participação da sociedade (o controle social) através dos Conselhos, a elaboração dos Planos de SAN pelas CAISANs e a parceria e cooperação entre Poder público e Sociedade Civil organizada.

e) Avaliar e rever as diretrizes nacionais do Plano Nacional de SAN;

f) Elegar representantes do Maranhão para o VI Encontro Nacional +2.

Art. 3º - A VI+4 CESAN terá como eixos temáticos:

Eixo 1 - Determinantes estruturais e macrodesafios para a soberania e segurança alimentar e nutricional;

Eixo 2 - Sistema nacional de segurança alimentar e nutricional e políticas públicas garantidoras do direito humano à alimentação adequada;

Eixo 3 - Democracia e participação social.

CAPÍTULO II - DOS PARTICIPANTES

Art. 4º - Constituem as pessoas delegadas com direito a voz e voto são: I - As escolhidas nas Conferências Municipais de SAN, cujos nomes constam nos Relatórios das conferências como titulares, ou na sua ausência, como suplente, conforme definido no Regimento Interna da VI+4 CESAN, publicado na Resolução nº 06/2025 do CONSEA/MA e nas Resoluções nº 39 e nº 48/2025;

II - As e os conselheiras/os estaduais de SAN; III - Seis representantes do Fórum maranhense de SAN; IV - Três representantes da CAISAN estadual.

Parágrafo único - Os representantes da Sociedade Civil terão 2/3 das vagas de delegadas e o poder público 1/3.

Art. 5º - A Conferência, como espaço público, está aberta para observadores, que

não terão direito a voto, nem aos materiais, alimentação ou hospedagem.

CAPÍTULO III - DA REALIZAÇÃO

Art. 6º - A VI+4 CESAN realizar-se-á nos dias 04 e 05 de dezembro de 2025, no CESIR Centro da FETAEMA), município de São José de Ribamar.

Art. 7º - Para o desenvolvimento de suas atividades, a VI+4 CESAN contará com uma comissão organizadora, uma coordenação geral e equipes de apoio, previamente mobilizados pelo CONSEA/MA e pela CAISAN.

Parágrafo único - A coordenação geral da VI+4 CESAN será exercida pela Mesa Diretora do CONSEA/MA.

Art. 8º - O credenciamento das pessoas delegadas terá início às 7.30h do dia 4 de dezembro e se encerra às 14 horas do mesmo dia.

CAPÍTULO V - DAS SESSÕES PLENÁRIAS

Art. 9º - Nas sessões plenárias do primeiro dia, quando forem apresentados os relatórios das instâncias públicas, as intervenções da plenária terão duração de 2 minutos, podendo ser aumentado por mais 1 minuto, a ser concedido pelo moderador da mesa.

§ 1º - O moderador da mesa define, conforme o tempo disponível, o número de intervenções da plenária.

§ 2º - A ordem das inscrições obedecerá a ordem da entrega do crachá.

CAPÍTULO VI - DOS TRABALHOS EM GRUPO

Art. 10 - Nos trabalhos de grupo, as pessoas delegadas discutirão e apreciarão as propostas oriundas das conferências municipais, previamente sistematizadas e condensadas pela Comissão organizadora da Conferência.

§ 1º - Cada grupo contará com um/a coordenador/a e relator/a previamente escolhidas/os pela comissão organizadora e homologadas/os pelo CONSEA/MA.

§ 2º - Quatro grupos irão apreciar as propostas em nível estadual e quatro grupos as propostas para o nível federal.

§ 3º - Propostas que foram aprovadas por 70% ou mais dos votos das pessoas delegadas em dois grupos, serão apresentadas ao Plenária como aprovadas.

§ 4º - Propostas que em dois grupos não alcançaram aprovação de 50% dos participantes, não serão levadas para a plenária final.

§ 5º - Propostas que não alcançaram aprovação ou reprovação em dois grupos, serão levadas para debate na Plenária com uma defesa de 2 minutos e outra de contestação de igualmente de 2 minutos, após as quais a Plenária entra em regime de votação e aprovará por maioria simples.

§ 6º - Cada grupo ordenará de dez propostas prioritárias para a esfera estadual e dez para a esfera federal, numerando-as de um a dez.

Art. 11 - Moções subscritas por no mínimo 10% das pessoas delegadas e entregues à Coordenação Geral até as 14.00 horas do dia 05 de dezembro de 2025, serão lidas e apreciadas na Plenária e aprovadas se alcançaram mais da metade de adesão dos votantes.

Parágrafo único. As moções aprovadas serão encaminhadas pelo CONSEA/MA a seus respectivos destinatários e farão parte do Relatório final da Conferência.

CAPÍTULO VII - DA ELEIÇÃO DE PARTICIPANTES AO VI ENCONTRA NACIONAL +2

Art. 12 - Para o VI ENCONTRO Nacional +2, que está previsto para os dias 09 a 11 de junho de 2026, o CONSEA Nacional está convidando 06 (seis) participantes de cada Estado, sendo: a) a/o presidente do CONSEA Estadual; b) a/o secretária/o executivo ou presidente da CAISAN; c) um representante do Poder Público; d) 3 (três) representantes da Sociedade Civil.

§ 1º - É critério de participação, ter histórico de participação no CONSEA Estadual e dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade com capacidade de contribuir significativamente nos debates.

§ 2º - O CONSEA Estadual convidará as três pessoas que participarão do Encontro Nacional, a partir dos critérios citados no parágrafo anterior.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 - O Governo do Estado do Maranhão, mediante a Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES, dará o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento da Comissão Organizadora da Conferência e da VI+4 CESAN.

Art. 14 - Após o encerramento da Conferência, a Coordenação enviará cópia do relatório final aprovado pelo CONSEA/MA aos órgãos competentes.

Art. 15 - Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Aprovado em Plenária - São José de Ribamar, 04 de dezembro de 2025.

7. MUNICÍPIOS NA VI+4 CESAN

Municípios que participaram da VI+4 CESAN com pessoas delegadas e/ou observadoras.

Amarante	Guimarães	Peritoró
Alcântara	Igarapé do Meio	Pinheiro
Alto Alegre do Pindaré	Igarapé Grande	Pio XII
Anajatuba	Imperatriz	Pirapemas
Apicum-Açu	Itaipava do Grajaú	Porto Franco
Arame	Itinga do Maranhão	Presidente Médici
Bacabal	Jatobá	Primeira Cruz
Bacuri	Jenipapo dos Vieiras	Raposa
Benedito Leite	Joselândia	Santa Filomena do Maranhão
Bequimão	Junco do Maranhão	Santa Inês
Bom Jardim	Lago da Pedra	Santa Luzia do Maranhão
Buriti Bravo	Lagoa do Mato	Santa Luzia do Paruá
Buriticupu	Lagoa Grande	Santa Rita
Cajapió	Lajeado Novo	Santo Amaro
Campestre	Loreto	São Bento
Cândido Mendes	Luís Domingues	São Domingos do Maranhão
Capinzal do Norte	Maracaçumé	São Francisco do Brejão
Caxias	Marajá do Sena	São Luís
Carolina	Matinha	São José dos Basílios
Centro Novo	Miranda do Norte	São José de Ribamar
Central	Mirinzal	São Pedro da Água Branca
Chapadinha	Montes Altos	São Raimundo do Doca Bezerra
Codó	Morros	São Roberto
Coroatá	Olho d'Água das Cunhas	São Vicente Ferrer
Cururupu	Olinda Nova	Satubinha
Davinópolis	Paço do Lumiar	Senador La Roque
Esperantinópolis	Paraibano	Sítio Novo
Estreito	Parnarama	Timbiras
Feira Nova do Maranhão	Passagem Franca	Tuntum
Fortaleza dos Nogueiras	Presidente Juscelino	Timon
Fortuna	Paulino Neves	Vargem Grande
Governador Edson Lobão	Paulo Ramos	Vila Nova dos Martírios
Graça Aranha	Pedro do Rosário	Vitorino Freire
Grajaú	Penalva	





SEDES | SASAN

